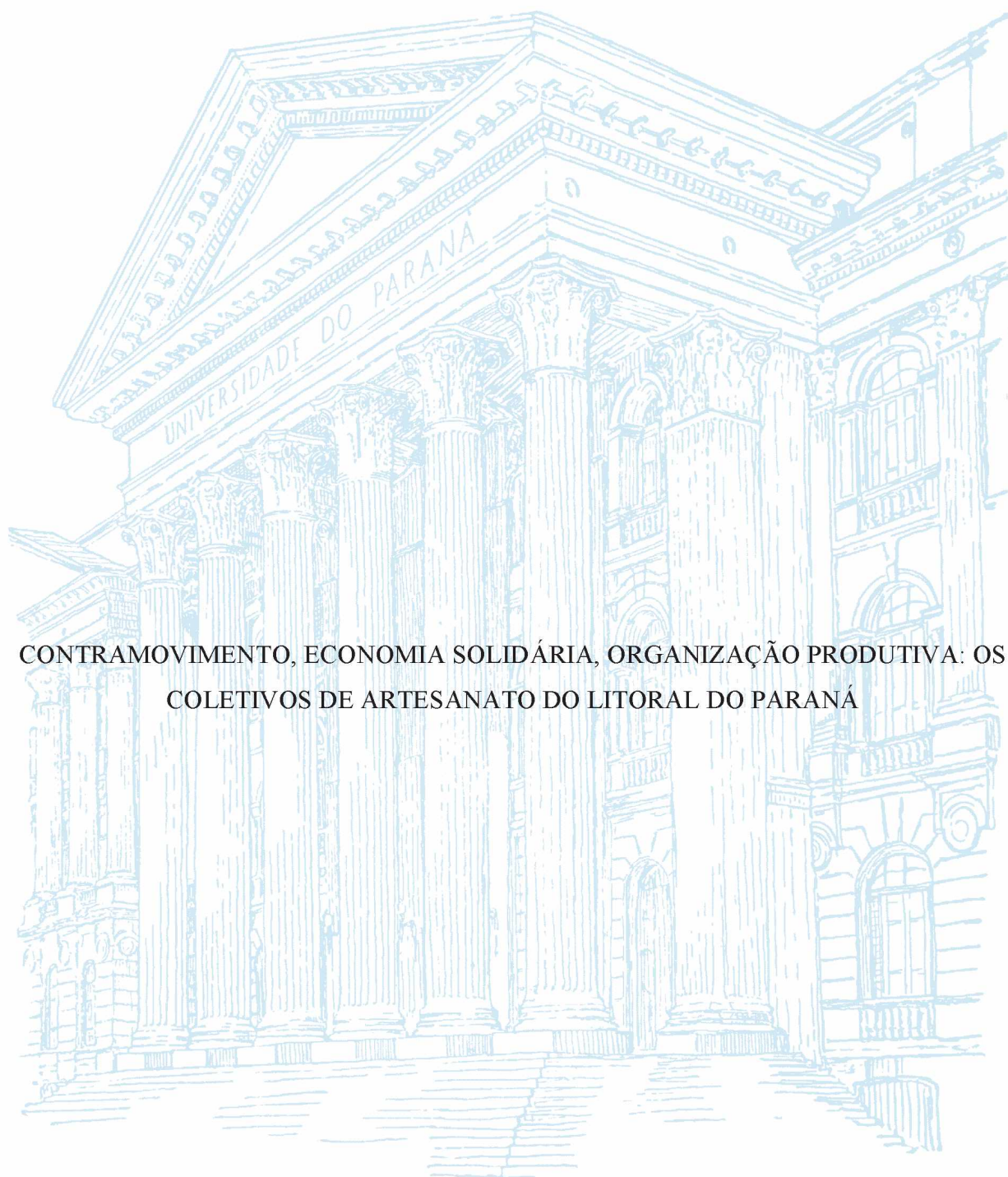


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
LUÍS FERNANDO DA COSTA JÚNIOR



CONTRAMOVIMENTO, ECONOMIA SOLIDÁRIA, ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA: OS
COLETIVOS DE ARTESANATO DO LITORAL DO PARANÁ

MATINHOS

2018

LUÍS FERNANDO DA COSTA JÚNIOR

CONTRAMOVIMENTO, ECONOMIA SOLIDÁRIA, ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA: OS
COLETIVOS DE ARTESANATO DO LITORAL DO PARANÁ

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável, na Universidade Federal do Paraná, área de concentração Ciências Ambientais, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Setor Litoral.

Orientadora: Prof.^a Dra. Mayra Taiza Sulzbach

MATINHOS

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte

334

C837c Costa Júnior, Luís Fernando da

Contramovimento, economia solidária, organização produtiva: os coletivos de artesanato do litoral do Paraná / Luís Fernando da Costa Júnior. – Matinhos, 2018. 102 p.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável) – Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, Matinhos – PR, 2018. Orientadora: Mayra Taiza Sulzbach.

1. Economia solidária. 2. Artesanato – Litoral do Paraná. 3. Artesãos – Litoral do Paraná. I. Sulzbach, Mayra Taiza. II. Universidade Federal do Paraná. Setor Litoral. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável. III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR LITORAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **LUÍS FERNANDO DA COSTA JÚNIOR** intitulada: **CONTRAMOVIMENTO, ECONOMIA SOLIDÁRIA, ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA: OS COLETIVOS DE ARTESANATO DO LITORAL DO PARANÁ**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

MATINHOS, 27 de Setembro de 2018.

MAYRA TAIZA SZT. ZBACH
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

ROBERTO MARTINI DE SOUZA
Avaliador Externo (UFPR)

ELAINE CRISTINA DE OLIVEIRA MENEZES
Avaliador Interno (UFPR)

Dedico às artesãs e aos artesãos do Litoral do
Paraná, por expressarem vida no que fazem.

AGRADECIMENTOS

À ciência da fé. Por existir, acreditar que tudo é possível e pela oportunidade.

Daqui em diante, a ordem da escrita desconsidera a importância:

À família Conforto-Costa: Mariane, Micaely, Daniel Lufmam, Panter, Tigri, Flóki, e aos familiares pelo suporte emocional e espiritual.

À República Federativa do Brasil, através da instituição UFPR (que amo), por oportunizar aos servidores públicos o afastamento remunerado para se dedicar integralmente aos estudos – isso faz diferença para o pesquisador.

Aos colegas de trabalho da Seção de Gestão Pedagógica, por assimilar minhas funções para que eu pudesse me dedicar integralmente aos estudos durante o afastamento.

Aos colegas de trabalho Alan Ripoll, Douglas Hamermuller, Etienne Vaccarelli, Jurema dos Santos, Karin Weissheimer, Luiz Geara, Rafael Deron, Valéria Oliveira pelos incentivos verbais e ações que me propiciou encorajamento necessário para iniciar ou concluir a pesquisa.

À colega de trabalho, professora e minha orientadora Mayra Taiza Sulzbach, pelo caminhar na pesquisa, ensino, dedicação, paciência, aconselhamentos e ação humana quando mais necessitei durante o tempo que estive sob a sua orientação, pela presença constante e rigor teórico, *significa dizer que* sou eminentemente grato, agora sou um pesquisador iniciado.

Aos professores do PPGDTS/UFPR, pela maravilhosa oportunidade de ‘fazer pensar’.

Aos meus professores desde o pré-escolar a graduação, eles constituíram a base sólida do meu conhecimento, espero que com esse título tenha-os honrado.

À professora Adriana Lucinda, por oferecer parte de seu acervo bibliográfico.

Ao colega Me. Vandro Ferretti, pelo enobrecedor e incentivador exemplo de vida.

Aos artesãos e artesãs que me oportunizaram conhecer o seu dia a dia e me concederam dados preciosos para que essa pesquisa tivesse sentido.

Aos professores Elaine Menezes e Roberto Souza, por aceitarem participar da banca e pelas preciosas contribuições para com essa humilde pesquisa social.

Ao professor e humanista Paul Singer (*aeternatum*).

Aos 30 anos da democracia brasileira.

À liberdade.

PRÓLOGO

Durante a lapidação da escrita dessa dissertação, meu filho de dois anos ganhou algo em forma de presente: um trem para brincar – duas locomotivas, um vagão e trilhos. Na minha visão, para a brincadeira ficar completa, faltava outros vagões para que duas composições fossem montadas, assim a monotonia daria espaço para que houvesse deslocamentos múltiplos no traçado/trilho com a intenção de, didaticamente, poder transmitir a ele a noção de como seria o funcionamento de uma ferrovia.

Meu desejo era somar com o meu filho, tão logo, iniciei a confecção de vagões em madeira, fiz três e durante a atividade coordenada pude lembrar (através do olfato ao cortar as madeiras, do esboço à concepção, do manuseio, de uma utilidade) o tempo em que meu pai, com sua habilidade de carpinteiro doméstico, construía seus barcos, carroças e ferramentas.

Por ter aprendido a lidar com madeira (e gostar de fazer isso), consagrei dois dias de trabalho – intensos – até finalizar o brinquedo com sucesso.

Ao iniciar os testes pela ferrovia notei que a locomotiva, ao puxar o vagão, diminuía a velocidade comparando-se com o vagão que veio no presente, além de fazer com que eu tivesse de trocar as pilhas da locomotiva com frequência não regular.

Concebi uma única hipótese: será que o vagão ficou pesado, em relação ao da fábrica? A resposta foi: sim. E essa afirmação não foi o resultado da madeira utilizada como matéria-prima, e sim por causa da utilização de parafusos e arruelas. Logo concluí: fica difícil competir com o plástico! No entanto, isso não desmereceu o feito, produzi o que me propus a realizar.

Essa experiência transportou-me a imaginar sentimentos: a satisfação e o estado de espírito do artífice de Richard Sennett, ao concluir sua obra, após atuar em todo o processo de produção e finalmente materializar um utensílio que demandou tempo, esforço intelectual e físico para transcender do intangível ao tangível.

Mesmo não sendo artesão de ofício, senti que extraí do que fiz alguns significados que, congregados no utensílio, podem transmitir minhas impressões, meu pertencimento no objeto.

Com efeito, a junção da autoria com a transformação da matéria-prima permitiu-me conceber um objeto único, não copiado, embora tivesse como exemplo o de plástico, foi uma aventura intelectual no desconhecido.

Essa aventura teve início em meados de 2013, após o convite de uma colega de trabalho na UFPR para participar de um projeto de extensão universitária, em uma função administrativa, com um grupo de mulheres artesãs na cidade de Antonina/PR.

Certa ocasião participava de uma roda de conversa no ateliê das artesãs junto das extensionistas e da professora responsável... Em dado momento, me deparei com... Em fuga intelectual, bem longe do recinto. Distante, meu consciente falava com meu inconsciente (ou vice-versa): “O que você está fazendo no meio dessas artesãs? Não é a sua área de estudo!”.

Questionamentos vãos me fizeram refletir qual seria, de fato, meu papel em meio a tudo aquilo. Para encurtar o depoimento... Conquistei a confiança daquelas mulheres, fiz amizades e me tornei um potencial pesquisador das relações sociais, trabalhistas, de vida e arte, de reciprocidade, de humanidade através da esplendorosa atividade denominada artesanato.

Eis aqui minha singela contribuição social em agradecimento pela vivência.

Em tempo, quero mencionar o ilustre economista e militante teórico-prático da solidariedade, um austro-brasileiro que na data de 16/04/18, aos 86 anos, atravessou o limiar para a eternidade como um dos pais do conceito-mor aqui tratado: Paul Singer, o qual está presente na materialidade das folhas e guardado na imaterialidade do meu coração pela ampla dedicação à economia solidária, por seu caráter humanista, pela generosidade doada ao próximo e por contribuir com milhares de pessoas, por permiti-las ao menos a oportunidade de trilhar caminhos que as levariam ou levaram a sair da pobreza aguda e da marginalidade socioeconômica – que, ainda hoje, arruínam as classes sociais menos favorecidas em nosso país. Professor Singer, esse trabalho também possui ‘seus dedos’. A ti o dedico.

A colaboração solidária é, pois, uma atitude ética que orienta a nossa vida e uma posição política frente à sociedade em que estamos inseridos.

Euclides Mance

RESUMO

A presente dissertação apresenta os resultados da pesquisa social realizada com os coletivos de artesanato dos sete municípios do Litoral do Paraná. A pesquisa teve origem pela participação do pesquisador em um projeto de extensão universitária, em parceria com o Grupo de artesãs Artesanato Estação, no município de Antonina/PR, devido à observação do pesquisador nas vivências das artesãs que eram compatíveis com os princípios da Economia Solidária – ES, sem que o projeto fizesse referência ao conceito nas atividades. Como objetivo principal, a pesquisa analisa, com base em Mance (1999), Polanyi (2000), Singer (2002; 2005) e Laville e Gaiger (2009), os princípios teóricos da ES na organização produtiva desses coletivos. No campo empírico, a pesquisa buscou, a partir da identificação dos coletivos via informações obtidas junto às administrações públicas municipais e através de relatos dos representantes dos coletivos entrevistados, observar o artesanato como atividade produtiva assimétrica aos padrões de mercado, como também, avaliar os princípios da ES e a organização coletiva nos coletivos, visando responder as seguintes inquietações: Como que os princípios da ES se processam em organizações produtivas de coletivos de artesanato do Litoral do Paraná? Esses princípios ocorreriam de maneira endógena ou exógena? A ES seria uma organização produtiva alternativa, ou atua como um contramovimento ao sistema de mercado? Os componentes metodológicos da pesquisa pautam-se na abordagem social, exploratória, descritiva e analítica, através do estudo de caso qualitativo. Os resultados constataram que, em geral, os coletivos compõem uma estrutura institucionalizada de inserção voluntária devido a sua própria natureza construída nos princípios da ES, como a cooperação solidária, a autogestão e o compartilhamento de resultados. Nos coletivos que tiveram a atuação da instituição de ensino superior, os princípios da ES influenciaram, de um modo ou outro, no seu cotidiano, assim, o pesquisador infere que a ES é exógena a esses coletivos dado à atuação da instituição. Constatou-se, também, que os coletivos de artesanato do Litoral do Paraná são alternativas para um novo estilo de desenvolvimento no território.

Palavras-chave: Economia Solidária. Artesanato. Litoral do Paraná.

RESUMEN

La presente disertación presenta los resultados de la investigación social realizada con los colectivos de artesanía de los siete municipios del Litoral del Paraná. La investigación tuvo su origen en la participación del investigador en un proyecto de extensión universitaria, en asociación con el Grupo de artesanas Artesanía Estación, en el municipio de Antonina/PR, debido a la observación del investigador en las vivencias de las artesanas que eran compatibles con los principios de la Economía Solidaria – ES, sin que el proyecto hiciera referencia al concepto en las actividades. Como objetivo principal, la investigación analiza, con base en Mance (1999), Polanyi (2000), Singer (2002; 2005) y Laville y Gaiger (2009), los principios teóricos de la ES en la organización productiva de esos colectivos. En el campo empírico la investigación buscó, a partir de la identificación de los colectivos vía información obtenida junto a las administraciones públicas municipales y a través de relatos de los representantes de los colectivos entrevistados, observar la artesanía como actividad productiva asimétrica a los patrones de mercado, así como evaluar los principios de la organización ES y la organización colectiva en los colectivos, con el fin de responder a las siguientes inquietudes: ¿Cómo los principios de la ES se procesan en organizaciones productivas de colectivos de artesanía del Litoral del Paraná? ¿Esos principios ocurren de manera endógena o exógena? ¿A ES sería una organización productiva alternativa, o actúa como un contramovimiento al sistema de mercado? Los componentes metodológicos de la investigación se basan en el enfoque social, exploratorio, descriptivo y analítico, a través del estudio de caso cualitativo. Los resultados encontraron que, en general, los colectivos componen una estructura institucionalizada de inserción voluntaria debido a su propia naturaleza construida en los principios de la ES, como la cooperación solidaria, la autogestión y el compartir de resultados. En los colectivos que tuvieron la actuación de la institución de enseñanza superior, los principios de la ES influenciaron, de un modo u otro, en su cotidiano, así, el investigador infiere que la ES es exógena a esos colectivos, dado a la actuación de la institución. Se constató, también, que los colectivos de artesanía del Litoral del Paraná son alternativas para un nuevo estilo de desarrollo en el territorio.

Palabras-clave: Economía Solidaria. Artesanías. Litoral del Paraná.

ABSTRACT

The present dissertation presents the results of the social research carried out with the craft collectives of the seven municipalities of the Coast of Paraná. The research originated from the researcher's participation in an university extension project, in partnership with the artisan Group Craft Station, in the municipality of Antonina/PR, due to the researcher's observation in the artisans' experiences that were compatible with the principles of Solidarity Economy – SE, without the project referring to the concept in the activities. As a main objective, the research analyzes, based on Mance (1999), Polanyi (2000), Singer (2002; 2005) and Laville and Gaiger (2009), the theoretical principles of SE in the productive organization of these collectives. In the empirical field, the research sought, from the identification of the collectives by information obtained from the municipal public administrations and through reports from the representatives of the interviewed collectives, to observe the handicraft as an asymmetric productive activity to the market standards, as well to evaluate the principles of SE and the collective organization in collectives, in order to respond to the following concerns: How do the principles of SE take place in productive organizations of handicraft collectives on the Coast of Paraná? Would these principles occur in mode endogenous or exogenous? The SE would be an alternative productive organization, or does it act as a countermovement to the market system? The methodological components of the research are based on the social, exploratory, descriptive and analytical approach, through the qualitative case study. The results have shown that, in general, the collectives compose an institutionalized structure of voluntary insertion due to their own nature built on the principles of SE, such as solidarity cooperation, self-management and sharing of results. In the collectives that had the performance of the university, the principles of the SE influenced, in one way or another, in their daily life, so the researcher infers that SE is exogenous to these collectives given of the university performance. It was also verified that the craft collectives of the Coast of Paraná are alternatives for a new style of development in the territory.

Key-words: Solidarity Economy. Craft. Coast of Paraná.

RÉSUMÉ

La présente thèse présente les résultats des recherches sociales menées avec les collectifs artisanaux des sept municipalités de la Côte du Paraná. La recherche a son origine par la participation du chercheur dans un projet d'extension de l'université, en partenariat avec le groupe d'artisans de l'Artisanat de la Gare dans la commune de Antonina/PR en raison de l'observation du chercheur dans les expériences des artisans qui étaient compatibles avec des principes de l'économie solidaire – l'ES, sans que le projet fasse référence au concept dans les activités. L'objectif principal, les analyses de recherche, basée sur Mance (1999), Polanyi (2000), Singer (2002, 2005) et Laville et Gaiger (2009), les principes théoriques de l'ES dans l'organisation productive de ces collectifs. Sur le terrain empirique la recherche cherché de l'identification de la négociation collective par le biais des informations obtenues par le gouvernement municipal et par des rapports des représentants des répondants collectifs, observer le métier comme activité productive asymétrique aux normes de l'industrie, mais aussi pour évaluer les principes de l'ES et l'organisation collective en collectifs, afin de répondre aux préoccupations: Comment les principes l'ES sont-ils appliqués dans les organisations productives de collectifs d'artisanat sur la Côte du Paraná? Ces principes se produirait de manière endogène ou exogène? La ES serait une organisation productive alternative ou agit comme un contre-mouvement au système de marché? Les composantes méthodologiques de la recherche sont basées sur l'approche sociale, exploratoire, descriptive et analytique, à travers l'étude de cas qualitative. Résultats contactés que, compose général, les collectifs une structure collective institutionnalisée de l'inclusion volontaire en raison de leur nature fondée sur les principes l'ES, coopération, l'autogestion et partage des résultats. Dans collectifs qui ont la performance de l'université, les principes de l'ES ont influencé, d'une manière ou d'une autre, la vie quotidienne, de sorte que le chercheur en déduit que l'ES est exogène à ces collectifs compte tenu des performances de l'établissement. Il a également été vérifié que les collectifs artisanaux de la Côte du Paraná sont des alternatives à un nouveau style de développement sur le territoire.

Mots-clés: Économie Solidaire. Artisanat. Côte du Paraná.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – CLASSIFICAÇÃO DOS COLETIVOS DE ARTESANATO NO BRASIL ..	53
QUADRO 2 – MATRIZ METODOLÓGICA DA PESQUISA.....	64
QUADRO 3 – SÍNTESE DAS PRINCIPAIS LITERATURAS	69
QUADRO 4 – INFORMAÇÕES DOS COLETIVOS DE ARTESÃOS (PRÉ-CAMPO).....	73
QUADRO 5 – PERFIL DAS/OS ARTESÃS/ÃOS ENTREVISTADAS/OS.....	74
QUADRO 6 – COLETIVOS DE ARTESANATO NO LITORAL DO PARANÁ.....	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AL	- América Latina
CNPJ	- Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
ES	- Economia Solidária
IES	- Instituição de Ensino Superior
ONG	- Organização Não-Governamental
PAB	- Programa do Artesanato Brasileiro
PROEC	- Pró-reitoria de Extensão e Cultura
UFPR	- Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
1.1	OBJETIVOS.....	22
1.1.1	Objetivo Geral	22
1.1.2	Objetivos Específicos	22
2	A ECONOMIA NA CONCEPÇÃO POLANYIANA DA GRANDE TRANSFORMAÇÃO	23
2.1	OS LIMITES AO LIBERALISMO ECONÔMICO PELOS CONTRAMOVIMENTOS	25
2.1.1	Contramovimentos e os interesses das classes sociais	27
2.2	ORIGEM DA PROTEÇÃO SOCIAL DO TRABALHO NOS CONTRAMOVIMENTOS	30
2.2.1	Owenismo.....	31
2.2.2	Cartismo	32
2.2.3	Contramovimento trabalhista: Inglaterra x Continente	33
2.3	OUTRAS ECONOMIAS: A ORIGEM DOS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	36
2.3.1	Owenismo: a base para a Economia Solidária	37
2.4	ALTERNATIVAS DO SÉCULO XX QUE RESSIGNIFICAM A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO	39
2.5	A ECONOMIA SOLIDÁRIA	41
2.5.1	Resistência, crítica e alternativa ao capitalismo	44
3	ARTESANATO: CONCEITUAÇÃO, APOIOS E ECONOMIA SOLIDÁRIA	49
3.1	ARTESANATO COMO ATIVIDADE PRODUTIVA	49
3.1.1	O artesanato no Brasil: Política Pública	51
3.1.2	O artesanato no Brasil: Evidências de outra economia por natureza e movimentos para sua institucionalização	54
3.1.3	O artesanato em coletivos e em organizações de ES no Brasil	55
4	COMPONENTES METODOLÓGICOS.....	59
4.1	ABORDAGEM METODOLÓGICA	59
4.2	POPULAÇÃO-ALVO DA PESQUISA.....	66
4.3	TÉCNICA E INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	66

4.4	ANÁLISE DOS DADOS	68
4.5	PLANEJAMENTO DA PESQUISA.....	70
4.5.1	Identificação dos coletivos nos Municípios	71
5	DIMENSÕES/CATEGORIAS TEÓRICAS/CONCEITUAIS NOS COLETIVOS DE ARTESANATO DO LITORAL DO PARANÁ	75
5.1	CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS COLETIVOS.....	75
5.2	ECONOMIA SOLIDÁRIA NOS COLETIVOS.....	75
5.2.1	Cooperação Solidária	75
5.2.2	Autogestão.....	77
5.2.3	Compartilhamento dos resultados	78
5.3	ARTESANATO E ORGANIZAÇÃO NOS COLETIVOS	78
5.3.1	Identidade	78
5.3.2	Saberes e técnicas.....	79
5.3.3	Realidade.....	79
5.3.4	Matérias-primas.....	80
5.3.5	Valores (simbólico, cultural, ecológico)	80
5.3.6	Relações sociais.....	81
5.3.7	Troca de informações e técnicas	82
5.3.8	Fomento Institucional.....	83
5.3.9	Fortalecimento da atividade pelo coletivo.....	85
5.3.10	Espaço de exercício dos princípios da ES.....	85
6	TEORIA X PRÁTICA	87
6.1	ECONOMIA SOLIDÁRIA NOS COLETIVOS.....	87
6.2	ARTESANATO E ORGANIZAÇÃO NOS COLETIVOS	89
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
	REFERÊNCIAS	95
	DOCUMENTOS CONSULTADOS	100
	ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADO.....	101
	ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .	103

1 INTRODUÇÃO

A organização produtiva do artesanato em coletivos constitui o objeto da pesquisa. A inclinação para pesquisar esse tipo de organização teve início na atuação do pesquisador em um Projeto de Extensão da Universidade Federal do Paraná – UFPR, registrado junto à sua Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PROEC, denominado “Inclusão social e produtiva nos municípios do Litoral do Paraná”, que tinha como objetivo promover aos artesãos locais novos saberes, e ao mesmo tempo, promover ou criar laços de reciprocidade e solidariedade entre os mesmos. O Projeto também buscava contribuir para ampliação quantitativa do coletivo de artesãos por meio da transmissão de conhecimentos e técnicas artesanais de artesãos parceiros para outras pessoas da sociedade, artesãos em potencial ou não, em fragilidade socioeconômica e posterior ingresso no coletivo (UFPR/PROEC, 2015).

O pesquisador atuou no Projeto de Extensão no município de Antonina/PR, entre os anos de 2013 e 2016, com as artesãs do grupo “Artesanato Estação”. O Projeto, naquele período articulou a capacitação com novas técnicas e produtos, e realizou espaços de diálogo, por meio de rodas de conversas, reuniões, cursos, nos quais eram abordados conhecimentos relativos ao associativismo e a cooperação. Em linhas gerais, observou-se no espaço de produção do Grupo que a vivência entre as participantes se baseava em relações harmônicas, muito disso se dava em virtude do trabalho que era desempenhado sob a orientação da igualdade, permitindo a não hierarquização laboral que é típica do gerenciamento *top down* por definir os papéis e os limites dos empregados. Por não deterem os meios de produção nos moldes capitalistas, a gestão do coletivo precedia das necessidades de produção compartilhada das artesãs. Nos momentos de decisão, todas participavam e decidiam democraticamente e havia partilha para a manutenção do espaço físico.

Na prática, o Projeto partia de referenciais teóricos do campo do trabalho para fomentar e consolidar o coletivo, onde o artesanato era o meio, ou seja, se justificava pela melhoria da renda aos membros do Grupo, o Projeto buscava a inclusão produtiva cooperativa e ampliação do Grupo pela transmissão de saberes.

Após cursar a disciplina Configurações produtivas de base coletiva, solidária e sustentável, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, o pesquisador teve acesso à literatura da Economia Solidária – ES, relacionando-a aos objetivos do Projeto. A ES parecia ser uma “mão visível” que havia direcionado as ações do Projeto. Nesse sentido, o objeto dessa pesquisa – organização produtiva do artesanato – é investigado

à luz da concepção teórica da Economia Solidária de Paul Singer (2002), mas que sem outras leituras não faria nenhum sentido.

As abordagens teóricas da disciplina foram de fundamental importância para essa dissertação, principalmente Karl Polanyi (2000), pela discussão histórica dos contramovimentos de trabalhadores face ao mercado. Durante a Revolução Industrial na Inglaterra teve origem a formação da classe de trabalhadores e com ela os movimentos que se opunham a organização da produção e distribuição industrial, ou da sociedade de mercado, ou ainda, do sistema de produção capitalista.

O sistema capitalista de produção e distribuição não só deu origem a classe trabalhadora, mas também possibilitou a luta dessa classe em contramovimentos organizados opostos ao sistema, dentre outros, destaca-se o movimento Owenista o qual Polanyi (2000) considera o precursor empírico da teoria da ES por revelar aspectos sociais e humanos nas relações de produção e distribuição. Os contramovimentos faziam críticas a origem do lucro as custas do subemprego, da expropriação humana e da mercadorização da mão de obra, e buscavam uma ‘outra organização’ do trabalho pelo viés social, tal como propõe a Economia Solidária.

Singer (2002) considera que a solidariedade, a autogestão e o compartilhamento de resultados deveriam consistir na organização do trabalho, ou seja, por meio desses princípios a ‘outra economia’ se estabeleceria, como é o caso da ES. A prática desses princípios no trabalho impediria a ocorrência do subemprego, da expropriação humana e da venda do ‘homem’ como mercadoria do sistema.

A ES assim, se distingue da Economia de Mercado: por não tratar o homem como mercadoria, que vende seu tempo de vida como tempo de produção para que o resultado dessa seja apropriado pelo proprietário do meio de produção; por constituir de princípios que levam a organização social para a produção e não ao contrário, que levam a apropriação coletiva e não individual, que tem propósito cooperativo e não competitivo. Princípios que nos tempos atuais podem superar as desigualdades causadas pela Economia de Mercado (Ibidem).

A cooperação mútua, ou a solidariedade na produção, se efetivaria por meio da organização igualitária entre membros, pela autogestão, onde os membros decidiriam coletivamente e com horizontalidade, desse modo, os resultados seriam compartilhados naturalmente, contrapondo-se a heterogestão organizada em um formato piramidal de centralização das decisões, cabendo aos proprietários/gestores decidirem e aos trabalhadores executarem; cabendo aos proprietários os lucros e aos trabalhadores salários (Ibidem).

Por mais que, a Economia de Mercado e a ES pareçam distintas pela organização da produção e distribuição, elas têm em comum a organização da produção e distribuição em coletivos, um produto social e suas origens, sendo a segunda um contramovimento da primeira, crítica ao modelo de organização da produção capitalista (POLANYI, 2000). A Economia Solidária propõe novas configurações à economia política.

A organização industrial historicamente sucede à artesanal, a qual se caracteriza pela organização e distribuição individual, resulta do trabalho individual que transforma a matéria-prima bruta, sem a interferência de máquinas e equipamentos industriais de larga escala, onde não há divisão social do trabalho. O produto da organização produtiva do artesanato é singular dado o domínio das técnicas de todas as etapas de produção pelo artesão, desde a concepção intelectual até sua materialização (BRASIL, 2012).

De acordo com Keller (2016), a produção do artesanato apresenta características que a desvincula de processos fabris segmentados, pois a “matéria-prima”, base para a confecção de produtos artesanais, independe da transformação por equipamentos industrializados “sem cultura”. Keller (2016) concebe artesanato como “uma forma de expressão cultural entre a tradição e a contemporaneidade” (p. 60); que tem a principal “matéria-prima” o talento humano que procede das relações sociais estabelecidas, seja intergeracional, intercultural ou interpessoal, um talento “enraizado na tradição local e mediado historicamente pela cultura” (p. 60).

A organização da produção artesanal dispõe de atributos sociais e culturais antagônicos à produção industrial, a qual tem como fim o mercado. A organização da produção industrial baseia-se no trabalho assalariado, onde o homem é uma mercadoria, vendida ao proprietário dos meios de produção que determina o quanto, como e o quê essa mercadoria irá compor. Neste sentido, compreender a organização da produção artesanal em coletivos se faz mister na contemporaneidade, pois resgata um modelo de organização da produção que antecede a produção industrial, individual e o conduz para um modelo de organização social.

A produção artesanal também é diversa da produção industrial, segundo Mance (1999), Santos e Rodríguez (2005) e Zaoual (2006) por se fundamentar em relações de proximidade, familiaridade e reciprocidade. No artesanato, as relações de proximidade permitem aos atores locais estabelecer outros vínculos que excedem a dimensão econômica.

De acordo com Keesing¹ (1974, citado por Laraia, 2007, p. 59), os costumes cotidianos dos atores decorrem da inclusão de “tecnologias e modos de organização econômica, padrões de agrupamento social e organização política, crenças e práticas religiosas, e assim por diante”. Os modos de vida dos atores locais, segundo Laraia (2007), quando manifestos em espaços de produção e/ou consumo comuns elevam os relacionamentos interpessoais para ‘níveis familiares’ a ponto de gerar uma cultura organizacional orientada pela partilha de símbolos e códigos sociais.

Neste contexto, um estudo da organização produtiva do artesanato em coletivos somente teria maior sentido se realizado empiricamente em uma área territorial delimitada, no qual conduziu ao trabalho de campo para as observações de coletivos de artesanato do Litoral do Paraná. A microrregião do Litoral do Paraná, segundo Estades (2003), pode ser definida a partir de indicadores econômicos, segundo as características dos municípios: Paranaguá e Antonina, portuário; Antonina, Guaraqueçaba e Morretes, agrícola, e Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná, turístico.

Paranaguá é o município mais antigo do Estado do Paraná, foi a primeira capital do Estado e conduziu o desenvolvimento social, político e econômico da microrregião litorânea. Sua importância para os demais municípios se faz notória, principalmente pela infraestrutura do sistema portuário, serviços públicos disponibilizados e o comércio varejista. Em Paranaguá, mesmo com os investimentos em expansão e a diversificação do sistema portuário, a produção local não foi capaz de manter ou aumentar o número de empregos, especialmente, devido às inovações tecnológicas nas operações diretas e nos transportes portuários (Ibidem).

Em Antonina, Guaraqueçaba e Morretes, a ampliação da produção agrícola se restringiu pela delimitação de áreas de proteção ambiental na década de 1970. Em Antonina, os investimentos no porto privado também não foram suficientes para manter a ascensão produtiva. (Ibidem).

Em Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná, as atividades imobiliárias e a construção civil, historicamente, foram direcionadas a uma população não residente para usufruto no período de veraneio, promovendo sazonalidade no fluxo populacional e instabilidade econômica, inclusive para a ampliação de equipamentos públicos e geração de emprego e renda sustentáveis aos residentes (Ibidem).

¹ KEESING, R. *Theories of Culture*, 1974.

Os estudos de Estades (2003) revelam que, a microrregião possui outra dinâmica que não a industrial, justificadas também pela preservação dos ecossistemas marinho e terrestre, especialmente em Guaraqueçaba, Guaratuba e Antonina. A caracterização econômica da microrregião abre espaço para pensar a expansão da organização produtiva coletiva do artesanato, como uma alternativa a economia local. Conforme pesquisa de Sulzbach e Silva (2010) com 144 artesãos da microrregião, a atividade artesanal constitui um potencial econômico em virtude da precariedade da oferta do emprego formal, mas seu fortalecimento e reconhecimento como organização produtiva necessitaria de ações pelo poder público dos municípios.

A experiência do pesquisador no Projeto somado aos estudos realizados durante a disciplina do PPGDTS permite agora questionar sobre: Como que os princípios da ES se processam em organizações produtivas de coletivos de artesanato do Litoral do Paraná? Esses princípios ocorreriam de maneira endógena ou exógena? A ES seria uma organização produtiva alternativa, ou atua como um contramovimento ao sistema de mercado? Nesse sentido, a construção metodológica emerge e imerge pelos seguintes objetivos:

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar os coletivos de artesanato nos municípios do Litoral do Paraná com base nos princípios da organização produtiva fundamentados na Economia Solidária.

1.1.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos da pesquisa são:

- a) Elencar os princípios teórico-práticos que sustentam a origem da Economia Solidária como outra forma de organização produtiva, como outra economia, um contramovimento do século XX à economia de mercado;
- b) Compreender artesanato no conceito e esse no Brasil, suas dimensões e sua organização em coletivos e na Economia Solidária;
- c) Observar os princípios da Economia Solidária e a organização coletiva nos coletivos de artesanato dos municípios do Litoral do Paraná,
- d) Avaliar os princípios teórico-práticos da Economia Solidária de acordo com a realidade dos coletivos e o artesanato como produto dessa organização social.

2 A ECONOMIA NA CONCEPÇÃO POLANYIANA DA GRANDE TRANSFORMAÇÃO

[...] o reconhecimento da sobrevivência das populações locais, ou seja, do seu próprio desenvolvimento, não está, na maioria das vezes, no plano do modelo de desenvolvimento do mercado e/ou do estado [...] (UFPR/PPGDTS, 2017).

Em busca da composição dos elementos teóricos fundamentais para dirigir a pesquisa, esse tópico apresenta as concepções históricas de Karl Polanyi sobre a formação da economia de mercado na Inglaterra com contribuições da antropologia, da economia política e, principalmente, dos contramovimentos ‘utópicos’ nutridos pelos ideais de libertação do indivíduo pela abordagem social do trabalho.

No esteio da experiência inglesa durante a Revolução Industrial no século XIX, a transição do mercantilismo para a economia de mercado culminou no levante social da classe trabalhadora, o cooperativismo operário, que reivindicava melhorias nas condições de trabalho nas fábricas a desintegrar os laços opressores do mercado. Tal feito contribuiu para a abertura de caminhos na direção de outras possibilidades e configurações econômicas que abrangessem prioritariamente o social ao invés do econômico, a liberdade produtiva em vez da sujeição mercantil.

Na ascensão da economia de mercado, também, revelou-se a “controversa miséria social” através do desenvolvimento da indústria, causando sérias consequências aos trabalhadores. O mercado trilhou um caminho sem volta. Seus defensores e os proprietários fabris objetivavam o acúmulo de lucros em detrimento dos trabalhadores, classe marginal, reduzindo o trabalhador a uma mera mercadoria denominada “mão de obra”, tal como feito com a natureza, um simples acessório, “terra”.

Conforme Polanyi (2000), o século XVII constituiu importante pano de fundo para as práticas econômicas sistematizadas do século XIX. No período feudal, a produção e a distribuição se baseavam nas trocas e na reciprocidade, a partir do estabelecimento do mercado houve a ruptura dessa tradição social fazendo com que o econômico exercesse predominância sobre outras instituições, instituindo inclusive o Estado (POLANYI, 2000).

Naquele período, manifestava-se na sociedade moderna inglesa uma dupla “forma de governo”, conforme denominado por Polanyi, as quais emergiam através da expansão

contínua do mercado² e, paralelamente, os contramovimentos com funções sociais – sendo esse incompatível com a autorregulação do mercado.

O mercado influenciava a sociedade através da complexificação dos componentes de produção e de maximização dos bens envolvidos, e os contramovimentos criavam barreiras protetivas através de medidas político-institucionais a fim de limitar que o trabalho, a terra e o dinheiro (fatores produtivos) fossem transformados em mercadorias, buscavam limitar um sistema autorregulável de mercado e, conseqüentemente, seus iminentes perigos (Ibidem).

O mercado propunha-se à organização da produção de mercadorias, a fixação de preços e quantidades baseados na oferta e na demanda. Nesse, a oferta de trabalhadores (homem) e da terra (natureza) regulariam os preços dos salários e dos aluguéis, respectivamente – preços das mercadorias. No mercado, o trabalho e a terra transformaram-se em mercadorias compradas por dinheiro, dinheiro que era, até então, somente utilizado como meio de troca, com a finalidade de simplificar a troca de mercadorias. Assim, o dinheiro deixa de agir como um mecanismo facilitador das relações de troca para regular o sistema de produção e distribuição do produto do trabalho humano.

O sistema de produção e distribuição, denominado capitalista, aprofundou suas conquistas e desenvolveu ferramentas como o dinheiro bancário, que para Polanyi (2000), produziu uma dinâmica própria, chegando a seu ápice em meados de 1914, quando todo o globo já o incorporava como riqueza.

Os “mercados” de trabalho e de terra enfrentaram contramovimentos, dado que, por pressuposto, a oferta de ambos não poderia ser estabelecida pelo livre mercado. Para Polanyi, os contramovimentos se deram por um lado, pelo liberalismo³ que ocorreu pelo apoio de classes comerciais ao estabelecimento de um mercado autorregulável utilizando-se do *laissez-*

² Mercado, para Sandroni (1999, p. 378), se expressa pela forma de “como se organizam as trocas realizadas em determinado universo por indivíduos, empresas e governos. A formação e o desenvolvimento de um mercado pressupõem a existência de um excedente econômico intercambiável e de certo grau de divisão e especialização do trabalho”.

Mercado, para Mankiw (2005, p. 64) compreende “um grupo de compradores e vendedores de um determinado bem ou serviço. Os compradores, como grupo, determinam a demanda pelo produto e os vendedores, também como grupo, determinam a oferta do produto”. Para o autor, mercado consiste na interação entre as pessoas em um mercado ou mercados (oferta e demanda); onde “oferta” consiste na relação entre preço e quantidade ofertada (lei da oferta) e “demanda” na relação entre preço e quantidade demandada (lei da demanda).

³ O pensamento econômico liberal constitui-se a partir do século XVIII no processo da Revolução Industrial. A doutrina serviu de substrato ideológico às revoluções anti-absolutistas que ocorreram na Europa (Inglaterra e França, basicamente) ao longo dos séculos XVII e XVIII e a luta pela independência dos Estados Unidos da América. Correspondendo aos anseios de poder da burguesia, que consolidava sua força econômica ante uma aristocracia em decadência, amparada no absolutismo monárquico. O liberalismo defendia a mais ampla liberdade individual, o direito inalienável à propriedade, a livre iniciativa e a concorrência como princípios básicos capazes de harmonizar os interesses individuais e coletivos e gerar o progresso social. (SANDRONI, 1999, p. 347).

*faire*⁴ e do livre comércio; por outro, a proteção social da organização produtiva e da classe trabalhadora, esses os mais afetados pela ação do mercado autorregulável. Para Polanyi (2000), a classe média e a trabalhadora desempenharam papéis cruciais para o desenvolvimento do século XIX através de variadas funções na sociedade; no entanto, a classe média conduziu o nascimento da economia de mercado em virtude dos interesses alinhados à produção e ao emprego.

Para Polanyi (2000, p. 182) esse duplo movimento: mercado e Estado (pela proteção social) modelou a história social inglesa na época. O encontro traumático do liberalismo econômico e da proteção social ocasionou o embate entre a classe trabalhadora e os proprietários industriais: “se a economia de mercado foi uma ameaça para os componentes humano e natural do tecido social [...], o que mais se poderia esperar senão que uma ampla gama de pessoas exercesse a maior pressão no sentido de obter alguma espécie de proteção?”.

Segundo o autor, naquele momento esse duplo movimento promoveu interpretações divergentes: por um lado, os liberais acusaram que os seus métodos não surtiram efeito devido às ações aniquiladoras das correntes de esquerda (sindicatos, marxistas, latifundiários etc.), também alegaram que o egoísmo dos contramovimentos coletivistas resultou no protecionismo de interesses agrários (fabricantes e sindicalistas), culminando com a ruína do sistema de mercado; por outro lado, os críticos ao sistema reagiram ao risco da autorregulação do mercado através de ações coletivistas, como escudo contra o mercado e sua expansão, no decorrer da segunda metade do século XIX (Ibidem).

2.1 OS LIMITES AO LIBERALISMO ECONÔMICO PELOS CONTRAMOVIMENTOS

Os defensores do liberalismo, de acordo com Polanyi (2000), a partir de 1820 puseram em prática uma sociedade produtiva do trabalho precificado pelo mercado, do dinheiro controlado por mecanismos baseados no padrão-ouro e dos bens comercializados livremente entre países.

[...] A expansão do sistema de mercado no século XIX foi sinônimo do comércio livre internacional, do mercado de trabalho competitivo e do padrão-ouro – eles formavam um conjunto. Não é de admirar que o liberalismo econômico tenha se

⁴ “Deixar fazer ou deixar passar” são palavras de ordem do liberalismo econômico, proclamando a mais absoluta liberdade de produção e comercialização de mercadorias. O lema foi cunhado pelos fisiocratas no século XVIII, mas sua política foi praticada e defendida de modo radical pela Inglaterra, que estava na vanguarda da produção industrial e necessitava de mercados para seus produtos. Essa política opunha-se radicalmente às práticas corporativistas e mercantilistas que impediam a produção em larga escala e resguardavam os domínios coloniais. Com o desenvolvimento da produção capitalista, o *laissez-faire* evoluiu para o liberalismo econômico, que condenava toda intervenção do Estado na economia. (Ibidem, p. 329).

transformado numa religião secular, depois que se tornaram evidentes os grandes riscos desse empreendimento. (Ibidem, p. 170).

Na Inglaterra, a partir de 1832, os métodos administrativos de nação foram substituídos pela complexificação do Estado, uma instituição burocrática organizada que ratificou o desenvolvimento do liberalismo com a interferência governamental dos órgãos administrativos do poder executivo legitimando a ação ‘garantidora’ da expansão do mercado.

Visando desvincular o liberalismo da ação do Estado, emergiu após 1860 a ‘tendência coletivista do anti-*laissez-faire*’, através da publicação de leis e decretos legislativos. Para os liberais, o contramovimento legislativo-coletivista revelou-se em uma ação planejada dos seus antagônicos, o liberalismo era visto como um processo natural por seus idealizadores.

[...] Seus defensores repetem, com infundáveis variações que se não fossem as políticas apoiadas pelos seus críticos, o liberalismo teria atingido a sua meta; que não foram o sistema competitivo e o mercado autorregulável os responsáveis pelos nossos males e sim a interferência com esse sistema e as intervenções nesse mercado. Esse argumento não encontra apoio apenas nas recentes e inúmeras violações da liberdade econômica, mas também no fato indubitável de que o movimento para difundir o sistema de mercados autorreguláveis foi enfrentado, na segunda metade do século XIX, por um contramovimento persistente que obstruiu o livre [e pleno] funcionamento de tal economia. (Ibidem, p. 175).

A fragilidade desse modelo econômico, de acordo com Polanyi (2000), revelou-se na crise de meados da década de 1930. Nações e povos foram subjugados pela desestabilização da moeda, pela inflação exorbitante, pelo flagelo social causado pelo desemprego e pela perda de direitos. Inclínados a servir ao liberalismo, o Estado tinha como ideal a recuperação da economia com a restauração da integridade monetária, mesmo que para isso lhe custasse à violação dos direitos humanos e trabalhistas de modo a cumprir a agenda do liberalismo. A Grã-Bretanha e os Estados Unidos passaram a controlar suas moedas abandonando o padrão-ouro, um dos pilares do liberalismo, ampliando ainda mais sua influência sobre os demais. Na década de 1940, a participação desses países na Segunda Guerra Mundial lhes proporcionou vantagens com o incremento econômico interno e externo e, desvantagem pela sobrevivência das ditaduras no pior cenário econômico possível (Ibidem).

Insistiam os liberais, com base em Polanyi (2000), que os métodos do liberalismo não foram colocados em prática integralmente pelo desencadeamento das ações sociais que buscavam restringir o livre domínio, no qual se propuseram.

[...] A raiz de todo mal, insistem os liberais, foi precisamente essa interferência com a liberdade de emprego, comércio e moedas praticadas pelas várias escolas de protecionismo social, nacional e monopolista, desde o terceiro quarto do século XIX. Não fosse a aliança profana dos sindicatos profissionais e partidos trabalhistas com os fabricantes monopolistas e os interesses agrários que, na sua ambição tacanha, uniram forças para frustrar a liberdade econômica, o mundo estaria gozando agora dos frutos de um sistema quase automático de criar bem-estar material. (Ibidem, p. 176).

Os liberais econômicos ainda argumentavam que, o legado ‘iluminista’ do liberalismo fora dilacerado pelas massas devido à “fraqueza intelectual e moral” e por “forças do egoísmo” das massas contra o propósito e realização plena, a qual deixou de usufruir os benefícios que seriam direcionados ao todo social, bem como dos pressupostos ao nacionalismo e ao socialismo, principais agentes de barreira (Ibidem).

2.1.1 Contramovimentos e os interesses das classes sociais

Os contramovimentos foram agentes de proteção das classes trabalhadoras. Suas atuações e empenhos lograram conquistas em afastar os trabalhadores das garras da economia de mercado-pura, que poderia conduzir a sociedade ao abismo. Para Polanyi (2000, p. 177), os contramovimentos coletivistas não foram desencadeados pela interferência do nacionalismo ou do socialismo, “mas deu-se exclusivamente ao alcance mais amplo dos interesses sociais vitais afetados pela expansão do mecanismo de mercado. Isto justifica as reações quase universais, de caráter eminentemente prático, convocadas pela expansão desse mecanismo”.

Diferentemente da retórica liberal, os contramovimentos, de acordo com Polanyi (2000), não foram ações planejadas e nem mesmo evocados pela mobilização dos intelectuais, foram sim reações espontâneas. O autor elenca alguns fatores que contribuíram para essas reações:

- 1) As condições fabris determinaram o manifesto por parte da classe trabalhadora, seguido por várias ações simultâneas como as leis de proteção do trabalho, sanitárias e humanitárias que iam de encontro aos interesses públicos, em detrimento do mercado, no qual os liberais denominaram de ‘conspiração’ da tese liberal na indústria;
- 2) O Estado condicionou, via decreto, a responsabilização do empregador aos danos causados no ambiente industrial, dando origem ao seguro do trabalhador (legislação coletiva);

- 3) Nos espaços políticos e ideológicos na Inglaterra e em alguns países do Continente os temas: seguro social, saúde pública, associações comerciais configuravam a ‘legislação antiliberal’, como era chamada, simultaneamente; e
- 4) O marco da intervenção do Estado se dá pela pressão dos liberais para regulamentar e restringir via lei coibindo sindicatos e corporações, dado que consideravam que o contrato poderia configurar ‘abuso’ por parte de ambos, pois os contratos poderiam ser conduzidos por interesses em oposição ao mercado autorregulável.

Para Polanyi (2000), os contramovimentos surgiram sem que houvessem razões planejadas para a ‘derrubada’ do liberalismo econômico e do *laissez-faire*, sendo uma reação espontânea da sociedade. A partir desses movimentos os problemas são resolvidos em coletivo, desenvolve-se o antiliberalismo e o intervencionismo. O *laissez-faire*, para Polanyi (2000), revelou sua incoerência quando seus defensores clamavam ao Estado pela garantia do seu ‘funcionamento’ e pela amplitude do mercado autorregulável em detrimento dos monopólios.

A partir do liberalismo, os contramovimentos revelaram os interesses das classes sociais, em termos econômicos ou não. A busca pelo protecionismo de ambas foi resultado de interesses comuns. Para Polanyi (2000), os interesses foram o condutor natural das mudanças sociais e políticas, independente da origem. O interesse de classe social configura, prioritariamente, o caráter social.

Em decorrência das mobilizações das classes, foram promulgadas leis de interesse econômico das classes. Para a classe trabalhadora, as medidas correspondiam às lutas contra diversas precariedades da ordem industrial: saúde, habitação, condições fabris e seguro social, revelam a primazia das garantias individuais em detrimento aos rendimentos econômicos, ou seja, as mobilizações profissionais estavam para preservar condições da vida humana, da sua existência e de seu ambiente (Ibidem).

O interesse social alcançava considerável parcela da população de diferentes formas (profissionais, consumidores, vizinhos etc.) representada no território por determinadas funções sociais (partidos políticos, sindicatos, igrejas, fraternidades). Para Polanyi (2000, p. 188) “foram os interesses sociais, e não os econômicos, de diferentes segmentos da população que se viram ameaçados pelo mercado, e pessoas pertencentes a vários estratos econômicos inconscientemente conjuraram forças para conjurar o perigo”.

A ampliação do mercado foi, pois simultaneamente adiantada e obstruída pela ação das forças de classes. Dada a necessidade de uma produção de máquina para o estabelecimento de um sistema de mercado, somente as classes comerciais estavam em posição de assumir a liderança nessa primeira transformação. (Ibidem, p. 188).

[...] Entretanto, se a ascensão dos industriais, empresários e capitalistas foi o resultado do seu papel dominante no movimento expansionista, a defesa recaiu sobre as classes fundiárias tradicionais e a nascente classe trabalhadora [...] Se a economia de mercado entrasse em colapso, como ameaçou ocorrer em cada uma das crises maiores, as classes fundiárias podiam tentar um retorno a um regime militar ou feudal de paternalismo, enquanto os trabalhadores fabris viam a necessidade de estabelecer uma comunidade de trabalho cooperativo. (Ibidem, p. 189).

Para os defensores do liberalismo, a classe trabalhadora foi beneficiada economicamente pelo mercado, eles analisavam a proteção social como algo marginal devido à alegação de que o benefício do sistema – para todos – dispensava a sua discussão. Na visão dos críticos, o liberalismo em um período de 70 anos aterrorizou as massas. A pressão exercida pelo mercado fazia com que os camponeses estivessem subjugados, reféns de suas forças, foram repelidos de suas terras dando espaço aos cercamentos para a produção da lã animal e, principalmente, pelos desdobramentos pós-reforma da *Poor Law*⁵ que atenuava a fragilidade social (Ibidem).

O progresso parecia realidade aos proprietários industriais pelo vultoso acúmulo dos lucros, mesmo que esse fosse resultado do pagamento de baixos salários aos trabalhadores, a inconsequente exploração da mão de obra. Sobre os trabalhadores pesavam todos os tipos de mazelas causadas no ambiente de trabalho, na sociedade e na cultura. Mesmo com a notável exploração humana, histórica e econômica, os industriais defendiam que, com a nova vida no e pelo mercado – com o real progresso econômico em voga – não poderia haver disparidades sociais.

Em decorrência das contradições dos interesses de classes, Polanyi (2000) conclui que, o liberalismo produziu catástrofe cultural. Os trabalhadores tradicionalmente rurais, com traços de vida tipicamente do campo, tiveram de subordinar-se à imposição dos métodos ‘inovadores’ do mercado, em favelas, nas margens de unidades fabris; desterrados de seus

⁵ Leis dos Pobres – Lei de amparo oficial aos pobres ingleses que teve consequência direta e profundas transformações sociais decorrentes da exploração dos recursos naturais e da abertura de novos mercados de consumo, que favoreceram a expansão do comércio e da indústria manufatureira. Essa transformação nas formas de produção e de vida causou a proliferação da pobreza, da vagabundagem e da mendicância. Muitas áreas agrícolas, antes cultivadas e que garantiam a subsistência de inúmeras famílias de camponeses, foram cercadas e transformadas em pastagens para a produção de lã. Sem condições de adaptar-se a rígida disciplina da manufatura ou mesmo a vida urbana, os camponeses transformaram-se em mendigos. Geralmente desumanas, as leis proibiam a existência de desempregados, punindo com severas penas o “crime” de vadiagem. A crescente influência das ideias e sentimentos humanitários no século XIX atenuaram os aspectos mais ásperos dessas leis, mas não eliminou de todo os efeitos de sua crença dogmática nas “virtudes redentoras” do trabalho árduo, que penalizava, sobretudo, velhos e crianças. (SANDRONI, 1999, p. 342).

costumes perderam seu chão. Polanyi (2000, p. 191) considera que, a Revolução Industrial inglesa, em um período inferior a 50 anos transformou um elevado número de pessoas antes estabelecidas no campo em “migrantes ineptos” no meio urbano. Para o autor, uma pessoa quando inserida em outro território ou em contato com outra sociedade tende a desintegrar-se do seu “ambiente cultural” tornando-se condicionalmente prejudicada:

[...] o processo econômico pode, naturalmente, fornecer o veículo da destruição, e quase invariavelmente a inferioridade econômica fará o mais fraco se render, mas a causa imediata da sua ruína não é essa razão econômica – ela está no ferimento letal infligido às instituições nas quais a sua existência social está inserida [...]. (Ibidem, p. 191).

Essa mudança produzida configurou a ruptura dos padrões sociais dos trabalhadores rurais. Sua cultura sob pressão e influência exótica, inevitavelmente, esteve marcada pelo preconceito de outras classes sociais ‘mais fortes’.

As implicações culturais decorrentes da exploração econômica são, segundo Polanyi (2000), o desrespeito e a interferência nas instituições básicas, independente do uso da força.

[...] Essas instituições são dilaceradas pelo próprio fato de que uma economia de mercado é impingida a uma comunidade organizada de modo inteiramente diverso; o trabalho e a terra se transformam em mercadorias, o que, mais uma vez, é apenas a fórmula abreviada para a liquidação de toda e qualquer instituição cultural numa sociedade orgânica [...]. (Ibidem, p. 193).

O mercado revelou-se, não apenas para um ou outro grupo e sim, para toda uma sociedade que, de uma forma ou outra, via-se diante do potencial domínio de um inimigo que desarraigava a sua cultura em defesa da concentração de ganhos, com o desprezo pelos fatores sociais.

Os interesses das classes sociais se sucederam em diversos contramovimentos por considerarem a proteção da sociedade como prioridade-excelência, além disso, os contramovimentos perceberam que o homem e a natureza eram únicos quando se tratava da esfera cultural, as práticas de produção tradicionais não poderiam dissociar do universo econômico.

2.2 ORIGEM DA PROTEÇÃO SOCIAL DO TRABALHO NOS CONTRAMOVIMENTOS

Polanyi (2000) em seus estudos observa a relação homem-trabalho na Inglaterra fazendo contrapontos com outros países da Europa, principalmente a França, e considera que

o homem (pessoa) é um ser completo que não pode se submeter, única e exclusivamente, às leis do mercado para dar conta das demais esferas da vida.

Na prática do liberalismo, a nova organização do trabalho estava a nuclealização da atividade que fazia com que a subsistência de uma pessoa estivesse regida por um contrato-labor, o que significava a transformação histórica do trabalho colonial ou feudal. Para Polanyi (2000), a atuação do liberalismo transcendia para o campo das relações comunitárias ou de parentesco; desmantelava e restringia as liberdades individuais, fragmentando as instituições tradicionais, forçando a venda da força de trabalho e liquidação da tradição orgânica de sociedade (no campo/colônia), assim o mercado cooptava o “trabalhador voluntário”, esse em fuga da “penalidade da natureza” (p. 200).

Para além dos interesses unilaterais das classes empregadoras e políticas, o contramovimento sócio-político Owenista (alusivo a Robert Owen⁶) e o contramovimento político-democrático Cartista⁷ visavam à proteção da pessoa, como sociedade trabalhadora, ambos envolveram considerável parte dos artesãos, operários, trabalhadores e demais adeptos unidos para um só objetivo primordial: “livrar-se das garras do mercado” (POLANYI, 2000).

2.2.1 Owenismo

O owenismo, que para Polanyi (2000, p. 203), “representava os anseios do povo comum, esmagado pelo surgimento da fábrica, de descobrir uma forma de existência que tornasse o homem senhor da máquina”, era um desvio do capitalismo, um contramovimento ao sistema de mercado.

Utopia ao sistema na época, as ideias de Owen de acordo com Polanyi (2000) contribuíram para a resistência da corrente que considerava a máquina o padrão do indivíduo.

⁶ Robert Owen (1771-1858) – industrial e reformador inglês, um dos representantes do chamado socialismo utópico. Na sua fábrica em New Lanark, Escócia, adotou melhorias sociais, como a criação de jardins de infância para os filhos dos operários e armazéns que vendiam gêneros alimentícios e outros artigos a preço de custo. Recusava-se a empregar menores de 10 anos, o que era um grande avanço para a época. (SANDRONI, 1999, p. 438-439).

⁷ Cartismo – um dos primeiros movimentos político-reivindicatórios da classe operária, ocorrido na Inglaterra entre 1838 e 1848. Seu nome deriva da Carta do Povo, um programa de seis pontos que os operários apresentaram ao Parlamento, reivindicando: 1) sufrágio universal masculino; 2) igualdade de direitos eleitorais; 3) voto secreto; 4) legislaturas anuais; 5) abolição do censo eleitoral (baseado na propriedade); 6) remuneração das funções parlamentares. Integrado por diversas correntes político-ideológicas (democratas, socialistas, jacobinos) e sob a liderança de Feargus O’Connor, William Lovett, Julian Harney e Brontere O’Brien, o movimento cartista promoveu numerosas manifestações de denúncias das condições de vida dos trabalhadores e defendeu a jornada de dez horas de trabalho e o direito à organização de classe e representação parlamentar. O final do movimento coincidiu com a derrota da revolução de 1848 na Europa. Apesar disso, até 1867 todos os pontos da Carta do Povo, com exceção da legislatura anual, foram incorporados à lei inglesa. (Ibidem, 1999, p. 84-85).

Owen via o indivíduo como o provedor natural da máquina. Owen, de acordo com o autor, era um visionário e revolucionário para o qual o trabalhador descansado poderia responder mais eficientemente as atividades diárias, o trabalho poderia contribuir para além da economia, para o campo social no trabalho da indústria.

Para Polanyi (2000), a força do contramovimento Owenista estava “no fato de sua inspiração ser eminentemente prática, porém seus métodos se baseavam numa apreciação do homem como um todo”, como um credo reconstrutor da classe trabalhadora que viesse a transcender o aparato da economia de mercado (p. 203).

[...] o traço característico do owenismo foi sua insistência na abordagem social [do trabalho]: ele se recusava aceitar a divisão da sociedade em esferas econômica e política e, em consequência, rejeitava a ação política. A aceitação de uma esfera econômica separada teria implicado o reconhecimento do princípio do ganho e do lucro como força organizadora da sociedade, e isto Owen recusava-se a fazer. [...]. (Ibidem, p. 205-206).

O owenismo surgiu comprometido em avançar por meio de outras formas de organização do trabalho (*Labour Exchange*), uma organização que considerasse uma pessoa e sua organicidade integralmente. Despontavam cooperativas agrícolas com objetivos sociais em relação à incorporação de desempregados. As cooperativas agrícolas originavam das experiências das *Villages of Co-operation* de Owen. A *New Lanark* na Escócia foi o laboratório das experiências de inclusão pelo trabalho e embrião para os ‘empreendimentos’ econômico-solidários de produção de Owen, que mesmo sem produção na fábrica, Owen mantinha o pagamento de salário aos trabalhadores.

Polanyi (2000) considera que, Owen permitiu aos trabalhadores inserções nos campos: educacional, cultural e de lazer, conferindo-lhes uma nova condição social; mesmo que recebessem salários abaixo do que outras indústrias da região pagavam, os trabalhadores obtinham vantagens compensatórias como a redução da carga horária.

O pioneirismo de *New Lanark*, segundo Polanyi (2000), inspirou pessoas na Inglaterra, no Continente Europeu e na América do Norte por aliar o fabril com o humano na organização produtiva – a produção social do trabalho.

2.2.2 Cartismo

Outro contramovimento ao mercado, observado por Polanyi (2000), denominado Cartista, decorre dos movimentos da população inglesa em converter o país em uma democracia. Com manifestações em defesa de melhores condições de trabalho (redução da

jornada) e qualidade vida para a classe operária, o cartismo buscava promover, através da participação popular representativa no parlamento, a regulação do trabalho nas indústrias por intermédio de leis, o que impactava diretamente o sistema de mercado.

No final do século XVII e início do XIX, os Cartistas pressionavam o parlamento para estender o voto a toda população (*Six Points of the Charter*), pois, menos de 15 % dos homens possuíam direito ao voto. O cartismo contestava a não participação político-democrática a todos, quando garantiu o voto à classe média. Forças dominantes impediam incisivamente a mobilização do povo e tinham a seu favor a dissipação comercial promovida pelo mercado que gerava empregos. O insucesso do sufrágio universal fora estimulado, dentre outros, pela contrariedade dos liberais a um possível governo popular. Para Polanyi (2000), era a prova de que a democracia estava obscurecida nas concepções da classe média inglesa.

2.2.3 Contramovimento trabalhista: Inglaterra x Continente

A Revolução Industrial no Continente Europeu foi vivenciada mais tarde do que fora na Inglaterra, pois os trabalhadores não foram obrigados a abandonar suas terras por causa da ação do mercado, foram os salários que contribuíram para o deslocamento do rural para o urbano.

No Continente, os trabalhadores passaram a viver conforme os padrões da classe média baixa, mesmo habitando em precárias moradias nas margens das cidades e sob influência do alcoolismo e da prostituição (graves problemas para na época), Polanyi (2000) considera que, pairava sobre eles um ‘sentimento de dignidade’ em associar-se a um novo espaço de vida, diferentemente dos trabalhadores rurais tradicionais ingleses.

Em ambos os lugares, as reivindicações de proteção social (leis fabris, legislação social, seguro-desemprego e sindicalismo) eram buscadas, acima de tudo, para resguardar o caráter humano do trabalho, ao invés de uma simples mercadoria.

Na Inglaterra, a classe média e os proprietários rurais não dependiam da classe trabalhadora para reivindicar direitos trabalhistas. Os trabalhadores, quando imersos na luta de classe e/ou envolvidos com os problemas pessoais e coletivos do sindicalismo para diminuir ou suprimir as opressões ocasionadas pela venda da mão de obra à indústria, deixavam a função política nas mãos de outros (Ibidem).

No Continente, os proprietários se aliavam aos trabalhadores contra o feudalismo. Com o avanço dos trabalhadores na busca de direitos de proteção social, mesmo que sofrendo com algumas perdas, a experiência os fortalecia e transcendia-os do campo social para o

campo político. Em busca de garantias de proteção, através do estado (leis fabris ou sociais), os trabalhadores se elevavam para um nível ‘socialista’ na política objetivando a extensão de vantagens particulares a todos, pois “[...] desempenharam um papel vital nesse processo de construção do estado, o que fortaleceu ainda mais a sua experiência política [...]” (Ibidem, p. 211).

Os partidos socialistas e os sindicatos obtiveram êxito por intermédio da legislação para atender reivindicações, isso colaborou para que houvesse a organização de unidades nacionais em alguns dos países do Continente.

[...] O trabalhador continental não havia sofrido a pauperização degradante da *Speenhamland* e nem havia, na sua experiência, qualquer paralelo com a provação arrasadora da *New Poor Law*. Ele mudara – ou se elevara – do seu *status* de servo feudal para a condição de operário fabril e, logo depois, e com participação política, para a de operário sindicalizado [...]. (Ibidem, p. 211).

O trabalhador do Continente não sofreu e nem teve a sua cultura influenciada pela Revolução Industrial como ocorreu na Inglaterra, especialmente pela industrialização posterior, cujas técnicas e organização produtivas já estavam alicerçadas na experiência inglesa de proteção social.

Enquanto os trabalhadores do Continente buscavam proteção contra a ação do mercado e das condições fabris via legislação, os ingleses buscavam proteção na associação voluntária via sindicalismo. As consequências dos métodos de proteção social voluntário na Inglaterra (sindicalismo) e compulsório no Continente (legislação) foram efetivas no campo político: “No continente, os sindicatos profissionais foram uma criação do partido político da classe trabalhadora; na Inglaterra, o partido político foi uma criação dos sindicatos profissionais”, de modo que no Continente o sindicalismo teve um caráter socialista, na Inglaterra o socialismo político permaneceu no sindicato (Ibidem, p. 212).

O voto universal foi determinante para garantir a proteção social no Continente, caracterizando assim a inclinação política por intermédio do trabalho. Na Inglaterra, o voto estabeleceu caminhos para harmonizar e aumentar a unidade nacional. No Continente, o voto desencadeou o que alguns estudiosos previam: governos populares com ameaça a economia de mercado (Ibidem).

No campo econômico, os métodos de proteção social, tanto para os trabalhadores ingleses quanto para os do Continente obtiveram resultados similares: a ruptura da força de trabalho com o fator da produção. Parafraseando Polanyi, o mercado obteria êxito se os salários fossem paralelos aos preços, em consequência acarretaria em extrema instabilidade de

vencimentos, além da fragilidade dos padrões profissionais e do poder unilateral do mercado em excluí-lo do posto de trabalho a qualquer momento, o trabalhador estaria sujeito a “completa dependência às fantasias do mercado” (Ibidem, p. 212).

O homem-mercadoria não decidiria sobre a sua oferta, nem sobre sua finalidade, preço ou formas de consumo, mas sim o mercado é quem o faria, pois o obrigaria a uma eventual alteração/troca nas ocupações dos trabalhadores em busca de salário para manter sua sobrevivência.

Assim, Polanyi considera que, padrões industriais a favor da mobilidade da mão de obra e da flexibilização dos salários, definiram os parâmetros do significado de mercado de trabalho, ao passo que “o trabalho humano é uma mercadoria” (Ibidem, p. 213).

Em complemento a Polanyi, Fraser (2016), considera que o debate a respeito da mercantilização e da proteção social não foram explorados no dualismo polanyiano, a autora ratifica a necessidade de constante exame sobre os temas e observa que, em ambos, existem opressões e excessos.

Fraser (2016, p. 47) destaca como terceiro eixo ao dualismo os “ideais dos movimentos de emancipação” (hoje inculcados no multiculturalismo, no feminismo internacional e em movimentos sociais modernos), dando origem ao pensamento de um “triplo movimento”, proposto para enfrentar projetos políticos atuais em uma nova perspectiva “quase polanyiana que pode explicar a crise capitalista do século XXI”. A autora considera a emancipação como recusa ao domínio que no liberalismo poderia se revelar através da proteção social, com suas restrições através de leis, ao passo que os liberais buscavam eliminar toda e qualquer barreira ao projeto emancipatório em Polanyi, desse modo, são as relações complexas dos três eixos que precedem o triplo movimento, na atual crise da sociedade capitalista.

2.3 OUTRAS ECONOMIAS: A ORIGEM DOS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Agora podemos mais facilmente afirmar que vender sua capacidade de produção ao capital não é a única nem a mais livre maneira de se ganhar a vida, bem como melhor avaliar as possibilidades presentes na matriz ocupacional dos países periféricos, onde a maioria da população economicamente ativa nunca esteve formalmente inserida. (LISBOA, 2001, p. 41).

O presente subcapítulo tem o objetivo apresentar a existência de outra economia, como as existentes nos países do Sul, onde o capitalismo produziu disparidades econômicas, e por fim, sociais. A literatura básica considera os diálogos de Mance (1999), Singer (2002), Laville e Gaiger (2009), Coraggio (2012) para sugerir o movimento do Sul em favor da Economia Solidária, partindo do referencial histórico de Karl Polanyi (2000) – obra “A Grande Transformação” –, que desvela a origem e os caminhos que contribuíram para a organização da sociedade na atualidade, com base em uma releitura dos trabalhadores camponeses da Inglaterra e sua inserção na organização industrial.

No intervalo entre o final do século XVIII e início do século XIX a vida dos camponeses ingleses transforma-se. Antes do liberalismo econômico, esses viviam em comunidades feudais orgânicas de onde tiravam seu sustento e, com a inserção desse novo regime econômico, passaram a promover seu sustento através do trabalho assalariado em unidades fabris, cujo salário (preço da mão de obra) era fixado pelo mercado, tal como uma mercadoria (POLANYI, 2000).

No ambiente fabril, o mercado conduziu os camponeses ao experimento de uma calamidade social, sem precedentes. Para Polanyi (2000, p. 156), o “novo sistema institucional era, sem dúvida, a destruição do caráter tradicional das populações organizadas e sua transmutação em um novo tipo de gente, migratório, nômade, carente de auto-respeito e disciplina”.

O sistema de mercado, que alterou as formas de organização da produção, foi também um marco nos contramovimentos reivindicatórios de melhores condições de trabalho, moradia e remuneração por parte dos trabalhadores; por meio da mobilização os trabalhadores expressavam resistência e, através das manifestações e reivindicações trabalhistas pavimentaram os caminhos para distanciarem-se do sistema.

A fragilidade nas relações de trabalho entre proprietários e operários mostrou que haveria espaço para outras organizações produtivas. Os contramovimentos trabalhistas – inclinados a romper com o capitalismo – sustentavam outras economias por meio de organizações de trabalhadores que pudessem decidir sobre os processos produtivos (Ibidem). Os contramovimentos trabalhistas, segundo Polanyi, resistiram ao sistema de mercado, buscando alternativas para a libertação do trabalhador fabril, permitindo a participação democrática desses nas decisões da organização produtiva.

A integração social decorrentes dos contramovimentos trabalhistas contribuiu para a ampliação de uma sociedade econômica, para além da visão restrita ao mercado, através das relações de cooperação, do protagonismo de trabalhadores com a apropriação dos meios de produção, da sensibilização para o consumo prudente (recursos naturais finitos) e da atuação político-social para dissipar a tendência ao conformismo da civilização industrial- tecnológica (CORAGGIO, 2012).

A experiência prática dos trabalhadores industriais ingleses permitiu segundo Polanyi (2000), conscientizá-los acerca do desprezo do mercado para com o trabalhador na qualidade de sujeito, possibilitando pensar um novo modelo de sociedade baseada na liberdade e na igualdade econômica: a Economia Solidária – ES (SINGER, 2002).

2.3.1 Owenismo: a base para a Economia Solidária

Autores como Fourier, Saint-Simon e Owen, de acordo com Singer (2002), contribuíram para o pensamento do socialismo utópico, que posteriormente confluíram para o surgimento prático e conceitual da ES. Entre os críticos da sociedade capitalista industrial que denunciaram a exploração da mão de obra do liberalismo econômico destacou-se o inglês Robert Owen (SINGER, 2002).

Owen é considerado por Polanyi (2000) um profundo observador do *modus operandi* da sociedade industrial inglesa e protagonista de um contramovimento social e político que, devido sua noção humana aplicada na indústria, tornou-se referência teórica nas discussões de cooperativismo no trabalho, fundamentando a ES (SINGER, 2002).

Segundo Polanyi (2000) é a partir da degradação social e cultural, causada pela exploração trabalhista pelo sistema de mercado industrial, que se originam as organizações cooperativas de trabalhadores. De acordo com o autor, o liberalismo na Inglaterra, ou ainda, a organização fabril causou o empobrecimento dos artesãos e camponeses, transformando-os

em massa proletária ao serviço da exploração predominantemente dos proprietários industriais.

Com a recessão econômica na Inglaterra⁸, decorrente do fim da demanda armamentista (Revolução Francesa) que ocupava sua mão de obra, ocorreu a multiplicação dos pobres, o que fez com que Owen apresentasse ao governo inglês uma proposta para o restabelecimento da economia local através da reinserção dos desempregados na produção (Ibidem), deixar o governo subsidiar o sustento aos pobres. De acordo com Singer (2002), Owen argumentava que os fundos de sustento do governo não poderiam ter finalidade apenas distributiva para a sobrevivência dos pobres, deveriam ser revertidos para a aquisição de terras e construções de aldeias cooperativas onde viveriam determinado número de pessoas que cultivariam a terra para a subsistência e o excedente serviria para a troca com outras aldeias produtivas. Embora o plano de reinserção de desempregados de Owen pudesse reduzir os gastos do governo, esse entendeu que a proposta não se resumiria ao sustento de pobres, mas desencadearia uma considerável mudança no sistema social, levando perigo à empresa capitalista.

Sem sucesso com o governo Inglês, em 1825, Owen implementou a aldeia cooperativa em *New Harmony* (Estados Unidos), ficando na direção durante quatro anos. Desiludido com os resultados retornou à Inglaterra. Durante a ausência de Owen na Inglaterra em 1822, Mudie, um jornalista de Londres, organizou uma cooperativa de jornalistas e gráficos, os quais publicaram *The Economist*, sendo esse considerado o primeiro jornal cooperativo da Inglaterra. Com base nessa organização produtiva, muitas outras cooperativas owenistas surgiram, inclusive fundamentando o contramovimento sindical da classe trabalhadora, tal como a organização do Sindicato Nacional de Fiandeiros de Algodão em 1829 e a fundação do Grande Sindicato Nacional consolidado em 1833, que reunia todas as categorias de trabalhadores ingleses (SINGER, 2002). Esses contramovimentos, de acordo com Singer (2000, p. 29), criavam espaços para mudança no sistema:

[...] Os trabalhadores em conflito com seus empregadores, em vez de se limitar a reivindicações de melhora salarial e de condições de trabalho, passavam a tentar substituí-los no mercado. A greve tornava-se uma arma não para melhorar a situação do assalariamento, mas para eliminar o assalariamento e substituí-lo por autogestão.

Owen, com o objetivo de retirar o domínio dos empreiteiros privados da Inglaterra, em 1833, propôs a criação de uma cooperativa de mão de obra para construção civil. No

⁸ Após a vitória da Inglaterra sobre Bonaparte, em 1815.

mesmo ano fora aprovada a legislação que estabelecia proteção ao trabalhador fabril, deixando de fora a redução de carga horária de trabalho, vital no processo de não-exploração do trabalhador, a qual havia sido reivindicada pelos trabalhadores.

A intensificação do contramovimento sindical fez com que, empreiteiros excluíssem da produção trabalhadores ligados ao sindicato da construção, bem como empregadores das fábricas têxteis excluíssem trabalhadores com participação sindical. Derrotados, os trabalhadores retornavam ao trabalho em detrimento da participação sindical, e em repúdio os sindicatos incentivavam a abertura de cooperativas operárias para a venda de trabalho nas bolsas espalhadas pela Inglaterra (SINGER, 2002).

2.4 ALTERNATIVAS DO SÉCULO XX QUE RESSIGNIFICAM A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Mesmo com as conquistas dos contramovimentos dos trabalhadores ingleses, durante todo o século XIX, mais precisamente em meados da década de 1940, os trabalhadores perderam de vista o objetivo primordial que era libertar-se do liberalismo, passando a lutar, via sindicato, para a manutenção e ampliação do assalariamento e da seguridade social. Os “sindicatos tornaram-se organizações poderosas, cuja missão passou a ser a defesa dos interesses dos assalariados, dos quais o mais crucial é [era] conservar o emprego” (SINGER, 2002, p. 109).

Sem futuro, as alternativas para outras economias cederam à subordinação da produção assalariada.

Esta mudança foi sem dúvida uma das causas do crescente desinteresse pela economia solidária e pela tolerância com a introdução do assalariamento nas cooperativas e da “profissionalização” de suas gerências. [...]. Surgiu uma classe operária que se acostumou ao pleno emprego (que vigorou nos países centrais entre as décadas de 1940 e 1970) e se acomodou no assalariamento. (SINGER, 2002, p. 110).

Na década de 1970, segundo Singer (2002, p. 110), a perda de postos de trabalho formal fragilizou as bases dos sindicatos, em consequência, houve pressão sobre os que permaneceram empregados. Com a adequação à nova realidade de incertezas, de arrocho salarial e de direitos “a instabilidade no emprego se agravou e a competição entre os trabalhadores dentro das empresas, para escapar da demissão, deve ter se intensificado”. A partir desse cenário ocorre, segundo Singer (2002, p. 111), a reinvenção da ES, que se intensificou com a criação de novas cooperativas nos moldes de produção associada: “o que

distingue este ‘novo cooperativismo’ é a volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento.”

Com esses desdobramentos houve transformações que reafirmaram a importância de participação da sociedade civil para o redesenho emancipatório da ES, sem depender estritamente do Estado (SINGER, 2002).

Singer (2002) elenca dois fatos, no final do século XX, que contribuíram para levar as nações ao encontro ou ao reencontro do capitalismo e, ao mesmo tempo, buscar novas alternativas econômicas: o fim da União Soviética (1985-1991) e o fracasso dos governos social-democratas da Europa e da América Latina – AL, manifestados pela privatização dos serviços públicos e pelo insucesso em retirar as economias nacionais das mãos do capital financeiro global.

O neoliberalismo na AL, de acordo com Coraggio (2012), tem sido marcado pelos alcances e possibilidades da ES, tal mobilização visa à defesa da sociedade e dos direitos à natureza e que vem ressignificando a organização das comunidades pobres e excluídas em busca de sobrevivência dentro de uma ética de solidariedade.

En América Latina, habiendo sido por siglos colonia de Europa y patio trasero del Imperio Norteamericano, emergen con rebeldía y fuerza extraordinaria un magmático movimiento social cuyas variadas expresiones convergieron en el Foro Social Mundial desde la última década del siglo pasado. Este movimiento desde la sociedad tiene raíces profundas. Porque aquí pervivieron descendientes de los pueblos originarios, en una lucha civilizatoria de larga duración que hoy se hace cada vez más manifiesta a través de los movimientos indígenas y etno-campesinos y las nuevas corrientes de la decolonialidad, críticas de la modernidad y las múltiples formas del colonialismo. Porque aquí germinó y se desarrolló la teología de la liberación, que aunque para algunos fue derrotada por los poderes jerárquicos de la Iglesia, sigue viva en las prácticas de la Economía Social y Solidaria. Porque aquí surgió la pedagogía de la liberación, cuyas reglas de construcción de saber y democratización del poder están encarnadas en casi toda práctica de ESS⁹. Porque aquí se enraizó la propuesta cooperativista y mutualista que trajeron los inmigrantes europeos. Porque aquí se gestaron con fuerza y duración modelos nacional-populares y populistas como el Peronismo en Argentina y el Varguismo en Brasil. Porque la historia de América Latina muestra que es un subcontinente revolucionario, que ahora busca su propia definición del socialismo y de lo nacional y de las vías para avanzar con proyectos nacionales de sentido popular. (CORAGGIO, 2012, p. 23).

⁹ Economía social e solidária.

2.5 A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Na busca de uma sociedade mais igualitária, a ES é uma forma de organização produtiva e distributiva que, segundo Singer (2002), baseia-se em princípios de solidariedade, autogestão e divisão dos ganhos igualitários. Princípios que, para Lavelle e Gaiger (2009), fundamentam o associativismo do mundo contemporâneo, os quais serão discutidos neste tópico. De acordo com Polanyi (2000), as experiências do cooperativismo de Robert Owen, que em meados do século XIX fundamentaram o socialismo utópico, na contemporaneidade, de acordo com Singer (2002), inspiraram e fundamentam os pilares da ES.

Para Singer (2002, p. 8), a ES surge em contraponto à competição da economia de mercado, criticada devido aos seus perversos efeitos no campo social. Para o autor, a competição via mercado torna a vida uma corrida sem precedentes, e a busca para a superação do outro promove um mundo de perdedores e ganhadores, desse modo, “perdedores acumulam desvantagens nas competições futuras”. Para que haja avanço na igualdade, Singer (2002, p. 9) afirma que, “seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva, isso significa que os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si em vez de competir”. O autor considera que, a solidariedade na economia “só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comercializar, consumir ou poupar”. Assim, a chave da ES está na associação entre iguais, se houver lucro ou se acumular prejuízos todos compactuam igualmente. Em outras palavras, a colaboração deve prevalecer para além dos enlances mercantis.

De acordo com Lavelle e Gaiger (2009, p. 162), a ES surge pela intensificação e organização de trabalhadores que buscavam atuar segundo os princípios da cooperação produtiva, autonomia e gestão democrática nas relações econômicas. Segundo os autores, nos coletivos de geração de renda, de associações de mulheres, entre outros, a ES privilegia o comum, a “solidariedade sobre o interesse individual” e “a socialização dos recursos produtivos e a adoção de critérios igualitários”. A ES também “cumpre uma série de funções em domínios como saúde, educação e preservação ambiental”.

Solidariedade, para Lavelle (2009, p. 310), baseia-se na ajuda mútua, manifestando-se de forma reivindicativa em simultaneidade com a auto-organização, sendo parte de um movimento social. A solidariedade é a:

[...] igualdade de direito entre as pessoas que nela se engajam. Pressupondo a liberdade de acesso ao espaço público para todos os cidadãos, ela se empenha em aprofundar a democracia política mediante uma democracia econômica e social.

Para Mance (1999), a solidariedade nas organizações produtivas amplia as relações de responsabilidade das pessoas para com o coletivo, onde os interesses e deveres comuns são partilhados em prol da coesão do grupo social, prevalecendo o apoio mútuo em defesa de objetivos mobilizados, dentre eles o trabalho. Para o autor, o compartilhamento do trabalho contribui para a colaboração solidária, um exercício humanitário, onde o “vínculo recíproco entre as pessoas advém, primeiramente, de um sentido moral de corresponsabilidade pelo bem-viver de todos e de cada um em particular” (p. 17).

A solidariedade, para Laville e Gaiger (2009, p. 192), é instigada “por meio do engajamento cidadão em questões de interesse comum”, regendo os participantes de iniciativas econômicas ao coletivo, instituindo nesse vínculo de reciprocidade para produzir, consumir, inserir desempregados e/ou prover desamparados.

Para Mance (1999, p. 15), a solidariedade cumpre seu papel quando, a atuação mútua de um grupo ou sociedade tem por objetivo “ampliar, a cada dia, as possibilidades do exercício das liberdades públicas e privadas” transformando para melhor a realidade social.

Em oposição à hegemonia e expansão do capitalismo, Mance (1999) argumenta que, a colaboração solidária consiste em alternativa econômica por reproduzir e articular valores sociais em redes que transcendem aos interesses individuais do mercado. Para o autor, a dicotomia entre colaboração solidária e o capitalismo é singular, dado que as dicotomias que as fundamentam transcendem: a) ao invés do individualismo, a colaboração; b) da competitividade, a solidariedade; c) do desemprego, a geração de empregos; d) da destruição dos ecossistemas, o desenvolvimento ecologicamente sustentável; e) da exploração do trabalho, a redução da jornada; f) da dependência de capital externo, o aumento da poupança interna; g) da concentração do capital, a distribuição da riqueza; h) do crescimento macro urbano, o desenvolvimento sustentado distribuído no território e; i) da livre iniciativa privada, a livre iniciativa solidária.

A colaboração solidária é, pois, uma atitude ética que orienta a nossa vida e uma posição política frente à sociedade em que estamos inseridos. Eticamente trata-se de promover o bem-viver de cada um em particular e de todos em conjunto, e politicamente de promover transformações na sociedade com esse mesmo fim. (MANCE, 1999, p. 19).

Para Singer (2002), a autogestão caracteriza-se pela democracia, mesmo que complexa por expressar os anseios e multiplicidades de pensamentos dos envolvidos, a

autogestão precede de espaços coletivos que conduzem as tomadas decisões. A autogestão promove a autonomia política.

De acordo com Singer (2005), as organizações coletivas ou empresas autogeridas por trabalhadores cumpriram a função social de inserção ou reinserção de pessoas na produção, especialmente nos momentos de crises geradas pela competição do capital privado, e consequente desemprego.

Segundo Mance (1999), a autonomia na colaboração solidária possibilita que o trabalhador se organize para suprir necessidades básicas de consumo no coletivo, construindo uma sociedade onde os que se encontram excluídos e marginalizados na economia de mercado pratiquem da reprodução social e de outros processos emancipatórios.

A ação coletiva da ES, para Laville e Gaiger (2009, p. 166), quando consolidada na “autogestão, institui novos protagonistas no mundo de trabalho e nos embates da cidadania em resposta a anseios de bem-estar, reconhecimento e vida significativa”. A atividade produtiva torna-se o meio para alcançar outros objetivos.

Para Singer (2005), a autogestão é um exercício obrigatório para que a ES seja uma alternativa ao capitalismo, ele afirma que a ES

[...] só se viabiliza e se torna uma alternativa real ao capitalismo quando a maioria da sociedade, que não é proprietária de capital, se conscientiza de que é de seu interesse organizar a produção de um modo em que os meios de produção sejam de todos os que os utilizam para gerar o produto social. (p.87).

O compartilhamento que propõe a ES não se restringe à tomada de decisão, mas também à propriedade social dos meios de produção possibilitando a repartição dos ganhos ou partilha das sobras entre os trabalhadores. Desse modo, Singer (2002), o princípio da repartição dos ganhos na ES, divisão igualitária entre os associados ou cooperados, supera o economicismo das relações entre proprietários e assalariados, práticas do capitalismo que originam o lucro.

Para Laville e Gaiger (2009, p. 163), a ES caracteriza-se pela produção e consumo baseados em vínculos de reciprocidade de modo que, a “produção material subordina-se a necessidades coletivas e guarda um sentido primordialmente social”. Para os autores, a experiência solidária denota princípios de produção amparados na indissociabilidade entre as relações sociais e econômicas, consolidadas sob a coordenação de práticas voluntárias de associativismo.

A ES tem sua origem na história do cooperativismo de trabalhadores no início do século XIX e baseia-se em princípios que nortearam a organização do trabalho na produção contrapondo os princípios implícitos na racionalidade do sistema de mercado (LAVILLE; GAIGER, 2009). Os princípios elencados por Singer (2002), e que norteiam o associativismo atual, para Chanial e Laville (2009, p. 21), partem da defesa de um objeto ou causa em comum por meio da ação coletiva, permitindo com que “a associação pode ser abordada sociologicamente como um espaço que opera a passagem, graças a um encontro interpessoal, entre redes de sociabilidades primária e secundária, entre esferas privada e pública”.

Segundo Chanial e Laville (2009, p. 24), a associação possui duplo significado: é social e é política. Ela surge como a reorganização compartilhada dos meios de produção (propriedade social), ao passo que, “a democracia permite organizar essa co-propriedade” (propriedade cívica), ou seja, a autogestão para a produção com base em equipamentos de propriedade social.

Pela propriedade social, concretiza-se tanto o ideal de justiça social, quanto o imperativo de liberdade e de cidadania social. Propriedade cívica, a propriedade social supõe uma extensão da democracia, assegurando a participação direta dos operários associados ao poder econômico. O princípio de associação, desenvolvido como “autogoverno dos cidadãos associados”, constitui o único meio de se praticarem conjuntamente o socialismo e a democracia. (Ibidem, p. 25).

Para Chanial e Laville (2009), no associativismo, a consolidação das liberdades individuais precede da sociabilização nas relações de cooperação, essas liberdades demandam ampliação de espaços para o cultivo das mais variadas formas de atuação coletiva, bem como o empenho mútuo, “é por meio do envolvimento em tais relações de associação que o indivíduo poderá desenvolver livremente cada uma de suas faculdades, realizar-se como indivíduo social” (p. 25).

2.5.1 Resistência, crítica e alternativa ao capitalismo

Ao lado da ES e da economia capitalista são observadas outras economias baseadas em diferentes formas de organização da produção e de sua distribuição (KRAYCHETE, 2000).

Para Zaoual (2006), diferentes alternativas de economia surgiram diante da urgência em resolver problemas da falta de emprego e da exclusão social nas sociedades. As alternativas estão sendo observadas especialmente nos países do Sul, onde o capitalismo se desenvolveu com características diferenciadas em relação aos países do Norte.

Santos e Rodríguez (2005, p. 47) consideram válidas as alternativas de economia que se configuram de baixo para cima (*bottom-up*), nas quais a decisão e as iniciativas não dependem do poder do Estado ou das elites econômicas, e sim da sociedade civil. Nessas alternativas, os atores locais são centrais devido ao papel político que exercem pela capacidade de organizar a comunidade, em coletivos, de modo que, “um processo de construção de poder comunitário pode criar o potencial para que os efeitos das iniciativas econômicas populares atinjam a esfera política e gerem um círculo virtuoso que contrarie as causas estruturais da marginalização” (ibidem, p. 47).

Na perspectiva de Santos e Rodríguez (2005, p. 55), as alternativas, dentre as suas atribuições, visam confrontar desenvolvimento com crescimento econômico, combatendo o crescimento por ser ele disseminador de uma cultura materialista-consumista com foco unilateral na produção de novas necessidades. As economias alternativas propõem a satisfação do consumo básico humano sem a interferência danosa ao ecossistema – sem excessos desnecessários –, assim “a resistência ao desenvolvimento como crescimento e a formulação de alternativas baseadas em culturas não-hegemônicas segue uma tradição de pensamento e ação que teve as suas manifestações mais importantes na luta contra o colonialismo”.

De acordo com Coraggio (2009, p. 29), como alternativa econômica a ES vem sendo resistência à reestruturação capitalista em escala global, através de ações e comportamentos solidários locais, capazes de redesenhar outras frentes de ação produtiva para além dos critérios de competitividade que privilegia uns e marginaliza outros. Desse modo, o autor justifica a ES como uma possibilidade não utópica para estabelecer as bases de outra economia como suporte material para outra sociedade, uma vez que a economia de mercado é regida por “atores poderosos que incidem sobre a materialidade das relações sociais e sobre o imaginário social, pretendendo justificar a produção de uma sociedade para minorias”.

Vieira (2016, p. 31-32) reconhece que, com a extensão da crise socioecológica e o surgimento de novos delineamentos associados à ecologia humana promovam-se o “cultivo de um novo olhar sobre o ‘lugar onde se vive’, pensando em diversas escalas (do local à global) e levando-se em conta toda a diversidade de aspectos interdependentes envolvidos”, como os aspectos culturais, econômicos e políticos.

A crítica à modernidade e seus efeitos danosos à sociedade e ao meio ambiente, ou ainda, a expansão do sistema de mercado, durante o século XX até o presente, vem promovendo a busca de alternativas econômicas, como o caso da ES.

Zaoual (2006, p. 179) considera que, o interesse individual que se sobrepõe ao social, de um sistema impulsionado pela revolução técnica e científica, onde “produzir consiste em responder às exigências do lucro e da concorrência, o objetivo-alvo da produção é o mercado e a recorrência em ocupar cada vez mais espaço nesse mercado passa a orientar a produção motivando a acumulação do capital”, é específico de algumas sociedades, existindo múltiplas motivações para produzir, o que promove outras economias.

Para Severino (2008, p. 31), a economia capitalista tende a desintegrar-se por não assegurar “a felicidade aspirada e esperada” (utopia para o capitalismo). Para o autor, a “condição ontológica do indivíduo” é de suma importância para promover a existência integral do ser humano sob orientação dos aspectos de sua natureza – um novo paradigma de conhecimento “não mais ‘da’ verdade, mas, sim, voltado para a solidariedade”.

Em Zaoual (2006, p. 181), a ética no capitalismo se aproxima de uma linha tênue que ao permitir aceitar ou recusar, obriga a escolha de uma única visão de mundo; a singularidade do sistema econômico exclui as outras visões, negligenciando a diversidade que há no meio e nas relações sociais. Por outro lado, “a visão pluralista da humanidade é um convite à tolerância e à preservação da biossociodiversidade cujo desaparecimento constitui uma ameaça, inclusive para o sistema econômico dominante”.

Severino (2008), Sen (2010), Santos (2001), Sachs (2009) e Fraser (2016) também argumentam sobre a ruptura do sistema capitalista e pavimentam caminhos de transição para outra economia que transcenda os limites atuais. Para os autores, existe a necessidade repensar e imergir em outros ideais econômicos, como fonte de diálogos para a vida.

Severino (2008, p. 40) advoga para pensar uma economia plural que não vitimize pessoas. Sua “avaliação crítica de que o problema fundamental do momento histórico da civilização humana é aquela da convivência, da vida em sociedade, de modo minimamente harmonioso, que não seja destruído pela violência”. Para o autor, a vida harmônica perpassa por movimentos sociais, eclesiásticos, organizacionais, comunitários, estudantis, dentre outros.

Sen (2010, p. 23) faz uso do termo fissura para defender a queda do sistema produtivo atual como necessidade básica para o bem da humanidade; a mudança de rumo permite ressignificar o sentido das dimensões econômica, social e política “como um processo integrado de expansão de liberdades substantivas interligadas”.

Santos (2001) por sua vez, considera que, a globalização produtiva é uma forma perplexa de deixar mais pobres e com menos direitos os que mais trabalham. Para o autor, se faz necessário repensar o papel do trabalho na sociedade pós-moderna, além da necessidade

de, através de uma “convulsão social”, abandonar os modos de vida, fomentar a libertação de excluídos, defendendo a criação de outras estruturas e de outras formas de inserção produtiva; outras economias políticas, ou seja, a quebra do paradigma do mundo Norte e Sul.

De acordo com Fraser (2016), o que se apresenta na contemporaneidade evidencia a necessidade de fazer pensar a dimensão econômica da crise capitalista, em decorrência de instabilidades que resultam em ascendente desemprego causado pelo congelamento da produção e da crescente inserção de tecnologia multissetorial. Do mesmo modo, a autora evoca a importância do debate acerca das dimensões ecológica, social, política, como também da própria crítica ao econômico e da emancipação desse, ela pressupõe que a crise atual é a volta da “Grande Transformação” polanyiana.

Para além da superação do Norte e do Sul, Sachs (2009, p. 58) enfatiza que, o progresso sustentável na prática é um desafio global e que “os padrões de consumo do Norte são insustentáveis”, necessitando serem revistos. No Sul, a replicação dos padrões de consumismo materialista do Norte beneficiou uma minoria, causando aculturação da massa populacional, onde a mídia fugaz coopta seus perceptores.

No Brasil, as abordagens contemporâneas, mais especificamente relacionadas aos desdobramentos a partir dos governos de esquerda, desencadearam novas metodologias de inclusão social através de arranjos produtivos, com o fomento para a geração de renda e evasão da pobreza (SINGER, 2002).

A construção de um modo de produção alternativo ao capitalismo no Brasil ainda está no começo, mas passos cruciais já foram dados, etapas vitais foram vencidas. Suas dimensões ainda são modestas diante do tamanho do país e de sua população [...]. O resgate da dignidade humana, do respeito próprio e da cidadania destas mulheres e destes homens já justifica todo esforço investido na economia solidária. É por isso que ela desperta entusiasmo. (SINGER, 2005, p. 127).

Ainda de acordo com Singer (2002), de geração em geração, as desigualdades sociais e econômicas são marcas registradas no Brasil. Famílias que acumularam capital permanecem com distância confortável em relação àquelas que insistentemente lutam contra a pobreza ou foram socialmente excluídos.

Menezes e Flores¹⁰ (20__, citado por FLORES, 2006, p. 13) defendem a construção de economias alternativas desenvolvidas por meio de benefícios comuns, as quais permitiriam a distribuição da renda territorial “a partir da ética da cooperação” como precedente para a formação de uma solidariedade econômica territorial.

¹⁰ MENEZES, E.C.O.; FLORES, M.X. **Os limites da teoria econômica e a perspectiva da ecossocioeconomia** (à publicar).

Flores (2006) destaca a importância da noção do território construído para a inclusão social. O território construído, de acordo com o autor, corresponde aos espaços de representações relações sociais, de ações coletivas, que criam laços de solidariedade, harmonia e inclusão. A noção de território evoca do sentimento de pertencimento com o local, por parte de seus atores.

No contexto exposto acima, a ES apresenta-se como uma alternativa à geração de trabalho e renda, rebatendo as mazelas sociais e individuais do capitalismo tardio dos países do Sul. A tão almejada ruptura ao sistema capitalista, que fez do homem, da terra e do dinheiro mercadorias e, que historicamente nasce no Norte e se expandem ao Sul, tem na ES fissuras com a divisão dos retornos da produção entre os trabalhadores, com a participação dos trabalhadores nas tomadas de decisões e no agir solidário e colaborativo, produzindo sentimentos de pertencimento com o local.

3 ARTESANATO: CONCEITUAÇÃO, APOIOS E ECONOMIA SOLIDÁRIA

[...] É uma rede e é isso que me dá satisfação. [...] Você percebeu a amplitude da rede? Isso é o que eu chamo de solidariedade, de certa maneira [...]. De uma maneira solidária é que eu estou participando de elos espirituais com uma série de artesãos, uma série de outras atividades que faz com que, quando uma pessoa ganha um presente desses [diz]: “Uau!”. Ela viu o conceito do belo e a partir do momento que ela vê aquela imagem do conceito do belo, como eu já vi acontecer ao vivo e a cores, a pessoa se emociona, eu me emociono com a emoção daquela pessoa... É isso que o artesanato traz para mim [...]. (Diogo Rodrigues Alves, artesão do Litoral do Paraná).

Esse capítulo objetiva compreender o artesanato a partir de conceitos acadêmicos e atividade produtiva no Brasil, bem como de pesquisas relacionadas ao artesanato realizado em coletivos com atuação na ES no Brasil.

Para os conceitos foram utilizados Ferreira (2008), Sennett (2009), Borges (2011), Keller (2011, 2016), Lima (2016) e Priberam (2017), já para sua compreensão no Brasil tem-se o PAB (2012) e para as experiências relacionadas à ES destacam-se Tonet (2004), Nistal (2009), Silva (2010), Vilasboas (2010) e Medeiros (2011). Sob orientação de princípios solidários, as experiências demonstram que é possível articular a produção com os significados humanos e local, por meio da interação, unidade, autonomia e de valores humanos ou ambientais. As experiências foram viabilizadas pelas relações sociais com viés econômico, dissociadas da divisão do trabalho e da hierarquia na produção.

3.1 ARTESANATO COMO ATIVIDADE PRODUTIVA

Para Keller (2016, p. 61), “o trabalho artesanal é um fenômeno sociocultural e econômico presente na sociedade contemporânea”. No Brasil e na AL, essa atividade é exercida por pessoas ligadas por relações de proximidade. Segundo o autor, a diversidade na promoção social do artesanato configura caminhos para a estabilidade social, bem como frentes de resistência.

Para ser concebido, o artesanato demanda do seu autor a articulação do raciocínio mediado pela aplicação de técnicas manuais ou corporais, assimiladas ou transmitidas por outros, que se confluem em determinado produto ou utensílio (SENNETT, 2009).

De acordo com Borges (2011, p. 205), os produtos artesanais oferecem experiências do real. São objetos não formatados, e nas suas imperfeições concentram-se nos diversos,

porém são únicos e revelam “um lugar preciso, onde foram feitos por pessoas concretas. São honestos, confiáveis. Transmitem cultura, memória. Trazem um sentido de pertencimento”.

Keller (2011, p. 189) considera o artesanato “diverso e rico tanto pelas matérias-primas que emprega, quanto pelas técnicas segundo as quais os objetos são confeccionados e também, devido às realidades que são vividas por aqueles que o produzem”. A partir dos saberes aplicados ao artesanato revelam-se especificidades culturais de onde foram produzidos, sendo diversificado, proporcionando identidades.

Lima (2016, p. 9-10) destaca que, os saberes do artesão são o seu principal ativo, imaterial, fonte de diálogo com a realidade:

Fruto do conhecimento de longa duração, que remete ao passado, à história e à tradição, o artesanato é, portanto, também um discurso sobre o mundo contemporâneo, um campo que põe em diálogo o homem [pessoa] e sua capacidade inventiva. Mais que isso: o artesanato pode ser tido como a terceira margem do rio de que nos falou o poeta [citando Guimarães Rosa]. O caminho alternativo para a dura escolha entre o isto e aquilo, a opção que nos permite outra via: não o mero consumo de objetos massificados, padronizados da indústria.

Para Keller (2011, p. 191), o artesanato possui um duplo caráter, por um lado é um produto econômico, por outro, é um produto cultural “resultante do significado da vida daquela pessoa”. O autor, em observações sociais, constatou que, o artesanato é parte da vida da pessoa que o confecciona, inexistindo a possibilidade de se fazer dissociações entre o objeto e pessoa. Um objeto criado que não pode ser reduzido em uma mercadoria.

Para Keller (2016), além do valor do objeto artesanal, existem diversos valores, não monetários, que são atribuídos ao trabalho do artesão, como o simbólico, cultural e ecológico. Assim, o artesanato é a materialização do trabalho de um indivíduo que carrega as particularidades do cotidiano, da vida, do lugar que o concretiza.

Para Ferreira (2008), o artesão é um “artista”, “indivíduo que exerce por conta própria uma arte, um ofício”.

De acordo com Priberam (2017), a palavra artesã ou artesão tem origem no termo italiano *artigiano*, e significa “pessoa que fabrica manualmente determinadas peças ou produtos (de olaria, carpintaria, tecelagem, renda etc.)” ou “pessoa que faz os seus próprios produtos e os comercializa diretamente”.

Para Borges (2011), o artesão ao servir-se das identidades culturais locais, durante a realização de suas obras, potencializa o sentido de pertencimento ao espaço, gerando apropriações culturais, valorizando os coletivos que constituem a paisagem do lugar. Assim, o

artesanato são obras que materializam identidades aos locais, expressam singularidades e revelam proximidade com o meio.

A figura humana do artesão constitui sentido vivo para a produção, junto com a percepção das cores e paisagens, o artesão transfere para o objeto sua visão de mundo (KELLER, 2011).

De acordo com Borges (2011, p. 25), o saber fazer do artesão é assimilado através de relações sociais, ou seja, não são natas:

As técnicas podem ter sido transmitidas por gerações da mesma família ou por habitantes mais velhos de uma comunidade ou podem ter sido ‘inventadas’ recentemente por uma ou mais pessoas. Muito raramente essas técnicas foram aprendidas na escola, mesmo nos casos em que os grupos artesanais pertencem à classe média.

3.1.1 O artesanato no Brasil: Política Pública

Na história da civilização humana é impossível precisar datas para a origem da forma artesanal de produção, existindo registro na literatura, nas artes, nas habitações, nas vestimentas, nos utensílios domésticos entre outros. No Brasil, em termos de políticas públicas, o mais recente e maior esforço do Governo Federal em definir artesanato, ocorreu através do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC, em 1995, numa tentativa de geração de renda e valorização da atividade artesanal de forma equivalente em todas as regiões do Brasil, pelo Programa do Artesanato Brasileiro – PAB¹¹ (BRASIL/MDIC, 2012).

O PAB foi instituído com a finalidade de desempenhar:

Ações voltadas à geração de oportunidades de trabalho e renda, o aproveitamento das vocações regionais, a preservação das culturas locais, a formação de uma mentalidade empreendedora e a capacitação de artesãos para o mercado competitivo, promovendo a profissionalização e a comercialização dos produtos artesanais brasileiros. (Ibidem, p. 9).

O PAB consiste em implementar políticas em nível nacional e nos Estados com objetivo de atuação na gestão, desenvolvimento, promoção comercial, coordenação do sistema de informações cadastrais e estruturação de núcleos para o artesanato (Ibidem).

De acordo com a Artigo 4º da Portaria nº 29, de 5 de outubro de 2010, da Secretaria de Comércio e Serviços – SCS do MDIC, que torna pública a Base Conceitual do Artesanato

¹¹ No início do ano de 2018, o PAB estava vinculado na Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa do MDIC, durante a presidência da república de Michel Temer, do Movimento Democrático Brasileiro – MDB.

Brasileiro para padronizar e estabelecer os parâmetros da atuação do Programa do Artesanal Brasileiro – PAB em todo território nacional, o Artesanato é definido como:

Compreende toda a produção resultante da transformação de matérias-primas com predominância manual, por um indivíduo que detenha o domínio integral de uma ou mais técnicas, aliando criatividade e valor cultural (possui valor simbólico e identidade cultural), podendo no processo de sua atividade ocorrer o auxílio limitado de máquinas, ferramentas, artefatos e utensílios. (Ibidem).

Com base no parágrafo 1º do Art. 4º do PAB (Brasil/MDIC, 2012), não se configuram artesanato:

- a) Trabalho realizado a partir de simples montagem, com peças industrializadas e/ou produzidas por outras pessoas;
- b) Lapidção de pedras preciosas;
- c) Fabricação de sabonetes, perfumarias e sais de banho, com exceção daqueles produzidos com essências extraídas de folhas, flores, raízes, frutos e flora nacional,
- d) Habilidades aprendidas através de revistas, livros, programas de TV, dentre outros, sem identidade cultural.

O PAB, no Brasil reconhece 52 técnicas de produção artesanal, dentre elas: o bordado, a carpintaria, a cerâmica, a cestaria, a costura, o crochê, o entalhe, a pintura, a reciclagem, a renda, a tapeçaria e o tricô.

Para o PAB (Brasil/MDIC, 2012, p.11), artesão é todo o trabalhador que, a partir da ação individual, “exerce um ofício manual, transformando a matéria-prima bruta ou manufaturada em produto acabado”, e possui “domínio técnico sobre materiais, ferramentas e processos de produção artesanal na sua especialidade, criando ou produzindo trabalhos que tenham dimensão cultural”. O artesão, de acordo como o PAB, pode recorrer a equipamentos para realização da produção, porém, para exprimir artesanato, não se pode haver a utilização de equipamentos industriais.

Considera-se matéria-prima no artesanato:

[...] toda substância principal, de origem vegetal, animal ou mineral, utilizada na produção artesanal, que sofre tratamento e/ou transformação de natureza física ou química, resultando em bem de consumo. Ela pode ser utilizada em estado natural, depois de processadas artesanalmente/industrialmente ou serem decorrentes de processo de reciclagem/reutilização (Ibidem, art. 20).

O PAB reconhece organizações coletivas para a atividade artesanal (Quadro 1):

QUADRO 1 – CLASSIFICAÇÃO DOS COLETIVOS DE ARTESANATO NO BRASIL

NÚCLEOS DE ARTESÃOS	<p>Agrupamento de artesãos, com poucos integrantes, organizado formalmente ou não, com objetivo comum de desenvolver e aprimorar temas pertinentes ao artesanato. São atividades do núcleo, entre outras: o manejo, a produção, a divulgação, a comercialização e o ensino. Eles podem ser classificados em:</p> <p>I – Grupos de produção artesanal – organização informal de artesãos atuando no mesmo segmento artesanal (até duas tipologias);</p> <p>II – Núcleos de produção familiar – A força de trabalho é constituída por membros de uma mesma família, alguns com dedicação integral e outros com dedicação parcial ou esporádica, podendo ser formais ou informais;</p> <p>III – Núcleos mistos – artesãos que trabalham com diferentes matérias-primas e técnicas de produção, que se unem formalmente ou informalmente, para integrar os processos de desenvolvimento de produtos, buscarem benefícios comuns e estabelecer estratégias conjuntas de promoção e comercialização.</p>
ASSOCIAÇÃO	<p>Instituição de direito privado, sem fins lucrativos, constituída com o objetivo de defender e zelar pelos interesses de seus associados. Regidas por estatutos sociais, com uma diretoria eleita em assembléia para períodos regulares. A quantidade de sócios é ilimitada.</p>
COOPERATIVA	<p>Entidade e/ou instituição autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, com número variável de pessoas, não inferior a 20 participantes, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida (CLT). O objetivo essencial de uma cooperativa na área do artesanato é a busca de uma maior eficiência na produção com ganho de qualidade e de competitividade em virtude do ganho de escala, pela otimização e redução de custos na aquisição de matéria-prima, no beneficiamento, no transporte, na distribuição e venda dos produtos.</p>
SINDICATO	<p>Pessoa jurídica de direito privado que tem base territorial de atuação e são reconhecidas por lei como representante de categorias de trabalhadores ou econômicas (empregadores). A representação sindical constitui um direito fundamental dos trabalhadores e empregadores nos termos do artigo 8º da Constituição Federal de 1988.</p>
FEDERAÇÃO	<p>Organização que congrega outras associações representativas de atividades idênticas, similares ou conexas, podendo ter base regional ou estadual.</p>
CONFEDERAÇÃO	<p>Coligação de federações para um fim comum.</p>

EXTRAÍDO DE: Base Conceitual do Artesanato Brasileiro – PAB (BRASIL/MDIC, 2012).

3.1.2 O artesanato no Brasil: Evidências de outra economia por natureza e movimentos para sua institucionalização

A produção do artesanato se diferencia da produção industrial pela escala. A produção em escala é derivada do trabalho assalariado, onde o homem é reduzido a uma mera mercadoria, e objetiva um produto materializado, segmentado, comercializável e com valor de mercado.

No âmbito da troca, Lima¹² (2005, citado por BORGES, 2011, p. 142) considera que “é importante que se entenda o objeto dentro das relações de mercado, como um produto, mas que se perceba que o objeto artesanal é um produto diferenciado; para que não se perca a dimensão cultural que está imbuída nele”.

No mesmo sentido, Keller (2011, p. 193) propõe “formar o mercado para o objeto artesanal, o mercado é que tem que perceber que esses objetos não são mera mercadoria, que há uma cultura embutida neles”, contestando formar o artesão para o mercado.

Para Keller (2011), o artesanato, no saber fazer manual e das técnicas que perpetuam por gerações, tende a desaparecer por causa da incisiva industrialização, a qual dispõe para a comercialização produtos similares aos artesanais, porém sem identidade. No Brasil, inúmeras pessoas dependem diretamente do artesanato como atividade e fonte de renda, sobretudo, os que se encontram nas camadas marginalizadas da sociedade (BORGES, 2011; KELLER, 2011, 2016).

Para Keller (2011), o artesanato cumpre papel importante para aqueles que estão ou ficaram fora do mercado de trabalho, por opção ou em decorrência de crises, no entanto, não há dados econômicos precisos. No Brasil, o artesanato tem contribuído para a subsistência de pessoas, configurando uma rede de geração de trabalho e renda.

De acordo com Keller (2011, p. 193), no Brasil, é considerável o número de pessoas que estão atuando em defesa do artesanato como alternativa para outro viés econômico: “pelos valores culturais dos próprios artesãos e por uma estética nativa e pelo respeito que se tem que ter com essas formas culturais que não podem estar sujeitas às regras do mercado somente.”

Na visão de Keller (2011), as políticas públicas no Brasil legitimam diversas formas de se fazer artesanato, mas por outro lado, o PAB buscou fomentar o artesanato a partir das tendências da moda e do design, orientando-o ao mercado urbano e com utilização de

¹² LIMA, R. In: **Artesanato: cinco pontos para discussão**. Cadernos Artesol 1, 2005.

matérias-primas oriundas, em parte, da indústria. Para o autor, esse tipo de artesanato está descolado da tradição cultural do conceber e do fazer artesanal.

Para Keller (2011, p. 195), as influências externas, viés institucional (áreas do design, moda, mercado etc.), por mais que envolvam boa vontade para a promoção do artesanato, são perigosas ao processo criativo de grupos/associações com alguma tradição, colocando em evidência a dicotomia entre o saber e o fazer, o que, para o autor, separou a sociedade em classes sociais: “visão de que as classes subalternas só sabem fazer e só à elite pensante cabe programar as coisas a serem feitas”.

Como forma de reafirmar o saber fazer artesanal, Instituições de Ensino Superior – IES vêm atuando em diferentes regiões do Brasil com grupos de artesãos com o objetivo de promover o fomento de produtos, processos e organização da produção, bem como de renda, sociabilidade e inclusão social.

Borges (2011) observa programas e projetos de extensão e de pesquisa parceiros do artesanato brasileiro, em diferentes regiões do país: Laboratório de pesquisa e extensão “O imaginário”, da Universidade Federal de Pernambuco, que atua em municípios da região desde 2003; o projeto de extensão “Design possível”, da Universidade Mackenzie, que atua em bairros periféricos no município de São Paulo desde 2004; o “Artesanato solidário no aglomerado da serra”, da Universidade da Fundação Mineira de Educação e Cultura, com atividades de ensino, pesquisa, extensão e oficinas práticas em Belo Horizonte desde 2007; e as pesquisas interdisciplinares dedicadas ao fazer artesanal da cultura afro-maranhense em São Luís e em municípios vizinhos, pela Universidade Federal do Maranhão desde 2010.

No Litoral do Paraná, na Universidade Federal do Paraná, um grupo de pesquisadores vem realizando estudos com artesãos dos sete municípios da região desde 2008. Além da promoção de saberes dos artesãos e da inserção produtiva pelo artesanato, o projeto, em suas várias designações, também buscou promover o empoderamento de mulheres, a cooperação e a solidariedade nos grupos, contribuindo com a melhoria da renda familiar (SULZBACH; SILVA, 2010).

3.1.3 O artesanato em coletivos e em organizações de ES no Brasil

Para Borges (2011), o artesanato propicia transformação social quando o artesão atua em associações ou grupos, já que a participação do artesão num grupo permite que ele troque, com os demais membros, técnicas de trabalho e informações sociais; interação no convívio coletivo, além da possibilidade de fomento da atividade com instituições parceiras.

As associações de artesãos, segundo Keller (2016) propiciam a formação de lastro colaborativo e funcionam como barreira para proteger os membros do grupo de comerciantes atravessadores. Em uma pesquisa Keller (2016) identificou que, o número de associações de artesãos é pequeno se comparado ao número de artesãos que produzem de forma individual no ambiente familiar e posteriormente comercializam por intermédio de atravessadores, auxiliando na renda, mas a organização em associações, para o autor, melhorou as condições de trabalho, fomento, ganhos, além de fortalecer a atividade.

Segundo Mazzeto (2010, p. 82), um local em comum, seja ele espaço de comercialização ou produção, é um elemento comum para oportunizar mudanças nos princípios de igualdade, participação, isonomia, de grupos de artesanato, ele permite a “prevalência de relações interpessoais face a face, mais frequente e intensa no interior de pequenos grupos [...], o local provê a base para a ação coletiva, para a divisão de responsabilidade, coordenação”.

As iniciativas de ES, para Mazzeto (2010, p. 85), buscam “meios de resgatar a noção de cidadania que significa a capacidade de reconhecer-se como cidadão, ou seja, um membro ativo da sociedade”. A ES permite torná-lo um ator social, dado que nos empreendimentos solidários os critérios de eficiência e produtividade não são objetos fins.

As iniciativas de ES, de acordo com Mazzeto (2010, p. 85), “não devem ser apenas vistas como um campo de luta contra a pobreza, mas contra as desigualdades sociais, econômicas, étnicas, de gênero e ainda em favor da sustentabilidade do homem e dos seres vivos do planeta”, permitindo pavimentar a integração e a emancipação social do local e dos envolvidos.

Algumas pesquisas no Brasil observam a ligação entre o artesanato e a ES, entre elas Tonet (2004), Nistal (2009), Silva (2010), Vilasboas (2010) e Medeiros (2011).

Tonet (2004), em pesquisas com artesãos da Feira do Largo da Ordem, na região central de Curitiba, Paraná, considera que, os traços da atividade econômica transcendem ao capitalismo. Para Tonet (2004, p. 137), o artesanato produz “valores e objetivos diferenciados” devido à “busca por realização pessoal e autonomia”, além da “possibilidade real de ocupação e renda e de um desenvolvimento da sociedade em bases diferentes das oferecidas pela economia ortodoxa”.

Nistal (2009), em pesquisas com empreendimentos locais de iniciativa econômico-solidária no Estado do Amazonas, considera que, eles são capazes de propiciar a abertura de ocupação profissional e geração de renda, e se apresentam como “alternativa de desenvolvimento econômico e social para a população” (p. 102). Por serem empreendimentos

alternativos à economia formal, de acordo com Nistal (2009), encontram dificuldades para se viabilizarem devido sua localização em territórios onde o capitalismo opera e a remuneração “inferior ao proporcionado pelas empresas capitalistas”. Para o autor essas variantes “diminuem a capacidade de formação de capital social”, principalmente, em relação à confiança nos empreendimentos “uma vez que a proximidade dos seus sócios [membros] com a sociedade capitalista, e todos os seus valores, impulsiona-os a adquirirem essa atitude, por conseguinte, menos solidários” (p. 101). Mesmo diante de dificuldades, para Nistal (2009), a propagação dos empreendimentos solidários permite consolidar a função do bem-estar social à população, mas requer ampla atuação que excede a da sociedade civil organizada, a começar pelos agentes públicos locais.

Silva (2010, p. 103) advoga que, a associação é uma instituição-base para o fomento da ES. Com base em pesquisas realizadas com associações de artesanato no município de Machado, no Estado de Minas Gerais, a autora considera que, há “fortes elementos culturais que favorecem a implantação dos princípios da economia solidária” entre os artesãos membros que permaneceram associados. No entanto, Silva (2010, p. 104) afirma que, o principal desafio é a consolidação das associações sob o ponto de vista da construção coletiva do “aprendizado das racionalidades substantivas”, bem como da necessidade de “construir uma base sólida de conhecimentos associativos e cooperativos”.

Para Vilasboas (2010), os princípios que regem uma organização de artesãos são importantes para a geração de identidades, as quais são construídas a partir da vivência (interação e sociabilização) no ambiente de trabalho. Após pesquisar e analisar experiências de ES em cooperativas e associações de artesanato nos municípios de Goiânia/GO e Campinas/SP, Vilasboas (2010) constata, a ausência de identidade autogestionária e democrática nas relações coletivas de artesãos. As experiências de ES em Campinas apresentavam envolvimento com o poder público dando visibilidade aos empreendimentos: abertura de crédito, subsídios para o espaço físico, disponibilização de equipamentos e auxílio para legalização; porém em Goiânia, o poder público estava ausente. A autora observa que, os membros das cooperativas e das associações participavam dessas organizações a partir da perspectiva econômica, as questões políticas dos empreendimentos e as práticas de autogestão não eram exercidas.

Em outra pesquisa com artesãos, membros de associações e cooperativas do roteiro turístico do Seridó Potiguar, região composta por 23 municípios situada na mesorregião central do Rio Grande do Norte, Medeiros (2011, p. 84) constata que, “a inserção dos artesãos

nas associações e cooperativas, de forma geral, tem contribuído para a inclusão” social e econômica dos cooperados.

Medeiros (2011, p.85) considera que, “a economia solidária associada à produção do artesanato local, pode fazer o elo entre a simbologia da arte local e a melhoria dos aspectos sociais e econômicos dos envolvidos”. A autora observa que, nessas organizações também existem fragilidades devido à falta de protagonismo dos grupos em atuar através da ES, necessitando de “intervenção de entidades públicas ou privadas” para fortalecer e melhorar princípios já consolidados.

Para Mazzeto (2010, p. 87), no Brasil, de fato as “formas alternativas de organização da produção e de geração de renda consubstanciada na ES” existem e continuam em expansão.

4 COMPONENTES METODOLÓGICOS

Este trabalho trata-se de uma pesquisa científica que atende a uma abordagem social de caráter exploratório; descritiva e analítica; de estudo de caso; e qualitativa pelo processo investigativo baseado em entrevistas selecionadas pelo pesquisador.

4.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Minayo (2013, p. 16) entende pesquisa como “atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade”, na qual a dúvida e o questionamento de algo, amparado em conhecimentos anteriores, exprimem o ponto de partida para buscar respostas científicas. Mesmo que seja “prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação”.

Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática. As questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. São frutos de determinada inserção na vida real, nela encontrando suas razões e seus objetivos. (Ibidem).

Por abordar a realidade prática da população dos municípios do Litoral do Paraná na organização produtiva do artesanato com base na ES, a qual é uma concepção teórica-ideológica que propõe uma alternativa para a prática de organização industrial de produção, essa originária na Europa e, principalmente, por ouvir os artesãos a presente investigação caracteriza-se como pesquisa social.

De acordo Minayo (2013, p. 12), a pesquisa social é feita “por aproximação, mas, ao progredir, elabora critérios de orientação cada vez mais precisos”, estabelecendo cientificidade. Para a autora, a pesquisa social incorpora: objeto de estudo *histórico*, que apresenta particularidade de determinada sociedade ou organização (p.12); *consciência histórica*, pelos atores envolvidos na pesquisa darem “significado à suas ações e a suas construções” (p. 13); *identidade entre sujeito e o objeto*, por trabalhar com pessoas onde as “razões culturais, de classe, de faixa etária, ou por qualquer outro motivo, têm um substrato comum de identidade com o investigador” (p. 13); caráter *ideológico*, “a relação entre o pesquisador e o campo de estudos se estabelece definitivamente. A visão de mundo de ambos está implicada em todo o processo de conhecimento, desde a concepção do objeto aos resultados do trabalho” (p. 13) e; *essencialmente qualitativa*, como um marco, a realidade social congrega os elementos da vida (individual/coletiva) “com toda a riqueza de

significados dela transbordante”, onde “os códigos das ciências que por sua natureza são sempre referidos e recortados são incapazes de conter a totalidade da vida social” (p. 14).

Complementando, Minayo, Flick (2013, p. 18) define que a pesquisa social:

É a análise das questões de pesquisa por meio de métodos empíricos (perguntas, observação, análise dos dados, etc.). Seu objetivo é fazer afirmações de base empírica que possam ser generalizados ou testar essas declarações. Várias abordagens podem ser distinguidas e também vários campos de aplicação (saúde, educação, pobreza, etc.). Diferentes objetivos podem ser buscados, variando desde uma descrição exata de um fenômeno até sua explicação ou a avaliação de uma intervenção ou instituição.

A pesquisa social para Flick busca descobrir, por meio da coleta e análise de dados, outras ou novas relações da práxis com a teoria, testar via conhecimento empírico as teorias e saberes já existentes, documentar – causas e efeitos de intervenções exógenas e, oportunizar conhecimentos – através de análises e resultados para subsidiar decisões institucionais e/ou sociais.

A pesquisa é exploratória, pois a literatura sobre o tema e a região delimitadas no problema é escassa, embora existam alguns artigos relacionados com o artesanato, os mesmos não respondem aos objetivos propostos. Para Gil (2002, p. 41) pesquisa exploratória objetiva “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito”, de maneira a obter o “aprimoramento de ideias”.

Trata-se de uma pesquisa descritiva e analítica em decorrência das ações que se propõe o investigador. Segundo Gil (2002, p. 42), a pesquisa descritiva tem por objetivo “a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

A descrição vem ao encontro de, ser essa, uma pesquisa exploratória, necessitando descrever as formas de organização do artesanato nos coletivos do Litoral do Paraná, os quais serão objeto de análise.

A pesquisa descritiva utiliza-se de técnicas e padrões para a coleta de dados, como questionário e observação sistemática, dando ênfase às características do objeto de pesquisa para além da “simples identificação da existência de relações entre variáveis” a fim de “determinar a natureza dessa relação” (Ibidem, p. 42).

Em relação à validade do constructo, a pesquisa propõe ser analítica em seus resultados, por eleger fundamentações teóricas, as quais fornecerão as categorias analíticas para apreciação das práticas sociais.

Para Yin (2005), as proposições teóricas fundamentam a pesquisa no elenco de temas relevantes, no ordenamento das explicações de fenômenos investigados e, sobretudo, nas explicações das relações causais.

As análises dos relatos empíricos dos diferentes coletivos de artesanatos e dos diferentes municípios são conduzidas pela teoria da nova sociologia econômica, que se origina a partir da crítica ao modelo de organização da produção capitalista e pelo modelo conceitual da ES, como uma alternativa às economias do Sul, ou seja, trata-se de olhar a vida real sob hipóteses teóricas não claramente definidas.

Esse tipo de pesquisa como sugere Gil (2002) é um estudo de caso (modelo operativo), devido à especificidade da pesquisa, bem como pelo protocolo utilizado para a coleta de dados. De acordo com o autor, o estudo de caso visa revelar os possíveis aspectos ligados ao problema de pesquisa (seja endógeno ou exógeno), com diferentes propósitos. O estudo de caso busca “explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos, preservar o caráter unitário do objeto estudado, descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação, formular hipóteses ou desenvolver teorias” (p. 54).

Para Yin (2005, p. 32), o estudo de caso se estabelece em decorrência do propósito da pesquisa. O autor o define como uma “investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Segundo o autor, trata-se de um método estratégico e abrangente, onde as situações no ambiente de pesquisa nem sempre podem ser discriminadas, necessitando de outros atributos técnicos.

Em complemento, Yin considera que, a investigação no estudo de caso

Enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado, baseia-se em várias fontes de evidências, com os dados precisando convergir em um formato de triângulo, e, como outro resultado, beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados. (Ibidem, p. 33).

Segundo Yin (2005), o estudo de caso é utilizado para a percepção da complexidade de fenômenos sociais sobre atitudes comportamentais sobre as quais não há controle, como pessoas, grupos, famílias, organizações; com o estudo de caso. O estudo de caso:

Permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real – tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões

urbanas, relações internacionais e a maturação de setores econômicos. (Ibidem, p. 20).

Para Yin (2013, p. 54), o estudo de caso, em casos múltiplos/coletivos, permite generalizar os resultados a “proposições teóricas, e não a populações ou universos”. Assim, os recortes sociais em amostra devem ter como objetivo “expandir e generalizar teorias (generalização analítica) e não enumerar frequências (generalização estatística)”.

Estudo de caso coletivo é aquele cujo propósito é o de estudar características de uma população. Eles são selecionados porque se acredita que, por meio deles, torna-se possível aprimorar o conhecimento acerca do universo a que pertencem. Casos desse tipo são constituídos, por exemplo, por um certo número de empresários numa pesquisa cujo objetivo é analisar as crenças e os temores da categoria. (GIL, 2002, p. 139).

Para Laville e Dionne (1999, p. 157), o estudo de caso não se limita a “fornecer uma simples descrição” do problema, ele objetiva “compreender” os elementos inerentes à realidade pesquisada.

Por mais que a pesquisa tenha como objeto pessoas de diferentes coletivos de artesanato, espacialmente distribuídos nos sete municípios do Litoral do Paraná, os resultados não devem ser generalizados para demais coletivos, servindo apenas para compreender os princípios teóricos da ES pelos membros que os compõem, tampouco o número de coletivos e do espaço geográfico que os situam deve ser tomado como significativo, pela abordagem qualitativa que se espera da pesquisa.

A pesquisa possui abordagem qualitativa dado que, para Silveira e Córdova (2009, p. 32), esse tipo de pesquisa se concentra na compreensão de grupos sociais, cuja representatividade numérica – de quantos fazem parte do grupo – não faz parte de sua base, o que importa são os aspectos da realidade de cada um, os quais não podem ser quantificados.

Para Minayo (2013), a pesquisa qualitativa responde a questões sobre a realidade social de seres humanos, questões essas incapazes de se expressarem por números. Para a autora “o universo da produção humana, que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é o objeto da pesquisa qualitativa, dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos” (p. 21).

Desse modo, a análise qualitativa consiste da organização sistemática de atividades como a redação, categorização e interpretação dos dados e fatos (GIL, 2002).

Complementando, Minayo (2013, p. 26) considera que, a análise qualitativa “não é uma mera classificação de opinião dos informantes”, para a interpretação e compreensão da existência/prática “aporta uma contribuição singular e contextualizada do pesquisador.”

Segundo Flick (2013, p. 93), a pesquisa qualitativa é recomendada para a exploração e descoberta do que é novo. Em geral “a pesquisa qualitativa pode ter como objetivo oferecer uma descrição ou avaliação, ou o desenvolvimento de uma teoria”.

De acordo com Minayo (2013, p. 21), “o foco nos estudos qualitativos traz uma diferença em relação aos trabalhos quantitativos que não é de hierarquia e sim de natureza. [...] a abordagem qualitativa se aprofunda no mundo dos significados”.

A seguir, apresenta-se o Quadro 2 com os eixos metodológicos que delinearam a pesquisa.

QUADRO 2 – MATRIZ METODOLÓGICA DA PESQUISA

Eixo da pesquisa	Campo teórico	Objetivo específico	Categorias/ dimensões	Instrumentos de coleta dos dados	Dados	Procedimento metodológico
CONCEITUAL	ECONOMIA SOLIDÁRIA Origem – contramovimento Contemporaneidade – alternativa	a) Elencar os princípios teórico-práticos que sustentam a origem da Economia Solidária como outra forma de organização produtiva, como outra economia, um contramovimento do século XX à economia de mercado	Contramovimentos à economia de mercado, séculos XVII e XX Sindicatos – cooperativismo Owenismo – participação nos resultados Cartismo – participação democrática	Revisão da literatura	Polanyi (2000)	Descritivo
			PRINCÍPIOS DA ES Cooperação solidária Autogestão Compartilhamento de resultados		Mance (1999) Lisboa (2001) Santos (2001) Singer (2002, 2005) Santos; Rodríguez (2005) Flores (2006) Coraggio (2009, 2012) Laville; Gaiger (2009) Mazzetto (2010) Brasil (2015)	
	COLETIVOS DE ARTESANATO	b) Compreender artesanato no conceito e esse no Brasil, suas dimensões e sua organização em coletivos e na Economia Solidária	ARTESANATO Identidade Saberes/técnicas Realidades Matérias-primas Valores (simbólico, cultural, ecológico)	Revisão da literatura e de documentos	Tonet (2004) Nistal (2009) Sennett (2009) Mazzetto (2010) Silva (2010) Sulzbach; Silva (2010) Vilasboas (2010) Borges (2011) Keller (2011, 2016) Medeiros (2011) Brasil (2012) Lima (2016)	Discursivo
ORGANIZAÇÃO COLETIVA Relações sociais Troca de informações e técnicas Fomento institucional Fortalecimento da atividade Espaço de exercício dos princípios da ES						

Continuação

Eixo da pesquisa	Campo teórico	Objetivo específico	Categorias/ dimensões	Instrumentos de coleta dos dados	Dados	Procedimento metodológico
EMPIRICO	ECONOMIA SOLIDÁRIA NOS COLETIVOS	c) Observar os princípios da Economia Solidária e a organização coletiva nos coletivos de artesanato dos municípios do Litoral do Paraná	PRINCÍPIOS DA ES	Contato telefônico para identificar os coletivos (pré-campo) Entrevistas	Dirigentes das Secretarias Municipais envolvidas com o artesanato na Região Transcrição das entrevistas	Análise, seleção e descrição das transcrições com base nas categorias/dimensões teóricas/conceituais
	A ORGANIZAÇÃO NOS COLETIVOS		ARTESANATO E ORGANIZAÇÃO COLETIVA			

Resultados	Teoria x prática	Objetivo específico	Categorias/ dimensões	Instrumentos de coleta dos dados	Dados	Procedimento metodológico
QUALI-SOCIAL	COLETIVOS DE ARTESANATO	d) Avaliar os princípios teórico-práticos da Economia Solidária de acordo com a realidade dos coletivos e o artesanato como um produto dessa organização social	Coletivos de artesanato do Litoral do Paraná	Bibliográfico/ transcrição	Teorias/Conceitos/ Entrevistas	Análise dos discursos com base nas categorias/dimensões teóricas-conceituais

Elaborado pelo autor (2018).

4.2 POPULAÇÃO-ALVO DA PESQUISA

As pesquisas qualitativas ocorrem, principalmente, por intermédio das interações do entrevistador com o entrevistado, permitindo a imersão e a extensibilidade da pesquisa (Minayo, 2013).

O campo de observação da pesquisa abrange coletivos de artesanato no Litoral do Paraná, assim, cada singularidade constitui a unidade-caso de análise para “proporcionar evidências inseridas em diferentes contextos” (GIL, 2002, p. 139).

O critério utilizado para identificar os indivíduos entrevistados se deu pela atuação coletiva desses em organização produtiva artesanal coletiva (concepção e/ou confecção e/ou comercialização), descartando assim artesãos com vínculos privados patronais ou em grupos familiares. Ao mesmo tempo o coletivo foi o foco da pesquisa, sendo esses identificados pela seleção *in loco* do pesquisador, com base nos mesmos critérios de seleção individual.

Ao selecionar a população-alvo optou-se pela estratégia de amostragem não-probabilística intencional (FLICK, 2013), em decorrência do número de coletivos e cooperadores.

4.3 TÉCNICA E INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

A pesquisa baseia-se em informações coletadas de base de dados secundários e primários.

Os dados secundários foram obtidos através da pesquisa documental e de informações oficiais necessárias por meio das repartições públicas municipais.

Para os dados primários, referente aos coletivos de artesanato, a pesquisa serviu-se de entrevistas semiestruturadas, por intermédio de questões abertas a fim de proporcionar estímulo à narrativa do entrevistado abstendo-se de formulações preconcebidas e respostas possíveis, tal como sugerido por Flick (2013). Para a realização de pesquisa social de fatos empíricos, o autor argumenta que através das entrevistas semiestruturadas “espera-se que os entrevistados respondam de forma mais livre e extensiva que desejarem” sobre o assunto abordado (p. 115).

Devido à realidade pesquisada, a técnica de coleta de dados utilizada foi a da observação direta intensiva por meio da observação e da entrevista, na modalidade sistemática não participante (MARCONI; LAKATOS, 2008, 2017).

A observação do ambiente de descoberta para Marconi e Lakatos (2008) permite ao pesquisador reconhecer elementos do cotidiano do entrevistado, elementos que mesmo presentes em sua atividade passam despercebidos a racionalidade e impactam o próprio ambiente. Desse modo, para as autoras observação é o meio para captar dados e/ou informações que transcende o ‘ver e ouvir’ dos fatos pesquisados, ela visa, também, a investigação dos mesmos, a observação “desempenha papel importante nos processos observacionais, no contexto da descoberta, e obriga o investigador a um contato mais direto com a realidade”, bem como “utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade” (p. 76).

De acordo com Minayo (2013, p. 64), a inserção do observador, em determinado grupo, permite “compreender aspectos que vão aflorando aos poucos, situação impossível para um pesquisador que trabalha com questionários fechados e antecipadamente padronizados”, ela auxilia para “vincular os fatos a suas representações e a desvendar as contradições entre as normas e regras e as práticas vividas”.

Para Marconi e Lakatos (2008, p. 78), a observação sistemática ocorre em situações onde as “condições são controladas, para responder a propósitos preestabelecidos”, o que não significa rigor, devido às condições do objeto pesquisado, o pesquisador “deve ser objetivo, reconhecer possíveis erros e eliminar sua influência sobre o que vê ou recolhe”.

Na observação não participante, o pesquisador ainda que em contato com o objeto de pesquisa, não se integra ao mesmo, ele dissocia a participação do fato, no entanto, não significa que a “observação não seja consciente, dirigida, ordenada para um fim determinado. O procedimento tem caráter sistemático” (Ibidem).

Entrevista, segundo Marconi e Lakatos (2008, p. 80) é uma “conversação de natureza profissional” entre pessoas que objetiva colher e explorar informações a respeito de um tema previamente definido para subsidiar no “diagnóstico ou no tratamento de um problema social”.

As entrevistas foram aplicadas pelo pesquisador, permitindo assim a observação direta, ou seja, a inserção do observador no espaço de realização da pesquisa social.

Para a aplicação da técnica, como forma de orientar a entrevista, elaborou-se o instrumento guia de entrevista (Anexo A). Também, utilizou-se o diário de campo, no qual se fez anotações das observações obtidas permitindo subsídios para as análises e/ou convergência de dados.

4.4 ANÁLISE DOS DADOS

Para analisar os dados, a técnica utilizada foi a da análise de conteúdo com base nas categorias/dimensões da Economia Solidária, Artesanato e Organização Coletiva.

De acordo com Severino (2016 p. 129), a análise de conteúdo visa o “tratamento e análise de informações’ orais, gestuais e de dados obtidos cujo objetivo geral é “compreender criticamente o sentido manifesto ou oculto das comunicações” a fim de significar mensagens expressadas em busca de descobrir o que está por trás da linguagem.

Para Severino (2016, p. 129), as manifestações corporais são “indicadores significativos, indispensáveis para a compreensão dos problemas ligados às práticas humanas e seus componentes psicossociais”; para o autor, a análise de conteúdo age “sobre a fala, sobre o sintagma”.

QUADRO 3 – SÍNTESE DAS PRINCIPAIS LITERATURAS

Autora/autor	Obra	Tema da obra	Tema apropriado
Mance (1999)	A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual	Alternativa viável aos excluídos e marginalizados pelo mercado através de tecnologias socialmente disponíveis	Conceitos-base para viabilizar a construção de sociedades de consumo solidário
Polanyi (2000)	A grande transformação	Estudo sobre a origem da economia de mercado, notadamente a transição do feudalismo para o capitalismo	Mobilização de classes trabalhadoras (diante do estabelecimento do “moinho satânico” do mercado), visando à proteção social do trabalho (séc. XIX) Ruptura da classe trabalhadora em busca de outra organização produtiva
Kraychete (2000)	Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia	Elementos de/para outra economia	
Singer (2002)	Introdução à ES	Origem histórica da ES	Mecanismos de organização para o trabalho coletivo e cooperado
Singer (2005)	A recente ressurreição da ES no Brasil	Inserção política, econômica, social e prática dos princípios da ES no Brasil, entre as décadas de 1980 e 1990	
Santos e Rodríguez (2005)	Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista	Cooperação produtiva	Proposta de desenvolvimento alternativo na periferia
Zaoual (2006)	Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global	Hibridização entre a economia e a solidariedade, entre a economia e a pluralidade: uma construção dos atores sociais	Renovação epistemológica das relações econômicas no plano político
Laville; Gaiger (2009)	ES	Conceito de ES	Mecanismos de organização para o trabalho coletivo e cooperado
Sennett (2009)	O artífice	Organização da produção artesanal	
Borges (2011)	Design + Artesanato: o caminho brasileiro	Identidades culturais em comunidades artesãs, a pesquisa como resistência ao tema	Preconceito x valor
Coraggio (2012)	<i>Karl Polanyi y la outra economia en América Latina</i>	Integração social de outra economia	
Keller (2016)	Artesanato no Maranhão: práticas & sentidos	O artesão e a economia do artesanato	Trabalho artesanal na contemporaneidade
Vieira (2017)	Ecodesenvolvimento: desvelando novas formas de resistência no antropoceno	Espaços alternativos como meio de criação à concepção neoliberal	

Elaborado pelo autor (2018).

4.5 PLANEJAMENTO DA PESQUISA

A pesquisa foi planejada para ocorrer em quatro momentos (MO):

MO1) conceituação, princípios e práticas de ES;

MO2) compreensão do artesanato em coletivos de ES no Litoral do Paraná;

MO3) observação dos princípios da ES nos coletivos,

MO4) avaliação dos princípios da ES, considerando artesanato como produto social.

A seguir, os procedimentos técnicos e instrumentais utilizados para responder aos objetivos específicos:

MO1) Para elencar os princípios da ES como suporte à pesquisa empírica, realizou-se a revisão da literatura para fundamentar a origem histórica do campo da ES, o estado da arte na contemporaneidade e suas transformações.

Instrumento (s) utilizado (s) para coletar os dados – Dados primários: entrevista com as lideranças das organizações. Dados secundários: revisão da literatura.

MO2) Para compreender o artesanato e suas dimensões nos coletivos do Litoral do Paraná foram realizadas pesquisas junto às secretarias responsáveis pela geração de emprego e renda (SINE, Agência do trabalhador, *sites* oficiais etc.), Secretaria de Turismo e Cultura, Secretaria da Indústria e Comércio dos Municípios com a finalidade identificar os coletivos e levantar informações, cadastros e contatos para a visita técnica de campo (Quadro 4), na sequência, os coletivos foram catalogados e realizaram-se as entrevistas.

Instrumento (s) utilizado (s) para coletar os dados – Dados secundários: pesquisa documental junto às secretarias municipais e catalogação das organizações.

MO3) Com a descrição teórica da ES elaborou-se o roteiro de entrevista com a finalidade de observar os princípios da ES nos coletivos.

Instrumento (s) utilizado (s) para coletar os dados – Dados primários: entrevistas com, no mínimo, um membro de cada coletivo (em número igual).

MO4) Para avaliar como os princípios de ES se aplicam nos coletivos realizou-se a transcrição das entrevistas, posteriormente, sistematização inter-relacional e análise dos dados com base na literatura.

Instrumento (s) utilizado (s) para analisar os dados – Dados primários: entrevistas com os membros das organizações. Dados secundários: revisão da literatura.

4.5.1 Identificação dos coletivos nos Municípios

As informações dos coletivos estão sintetizadas no Quadro 4.

1ª Fase: Contatos telefônicos realizados entre os meses de setembro e outubro de 2017 (pré-campo).

Antonina – contato com o Sr. Celso Wistuba, Secretário de Indústria e Comércio do Município. O artesanato está vinculado a essa Secretaria, ele mencionou que a gestão está reestruturando o trabalho com os grupos de artesãos, principalmente com os artesãos da Feira Itinerante que ocorre aos finais de semana, ao qual a Prefeitura fornece o espaço e as barracas. O espaço físico aonde se encontra a Arténina e o Artesanato Estação, também é disponibilizado pela Prefeitura.

Guaraqueçaba – contato com o Sr. Sérgio, Secretário de Turismo do Município, argumentou que existe apenas o grupo da Arte Nossa, e que o grupo da localidade do Morato está se reestruturando. A artesã Sra. Ida, que se identificou como a responsável pela parte financeira da Associação Arte Nossa, disse que o grupo iniciou suas atividades no Município em 2005, e que o espaço aonde se encontra a Associação foi cedido pelo Governo do Estado através da Provopar.

Guaratuba – contato com a Sra. Eliane, Secretária de Cultura e Turismo do Município que argumentou existir dois grupos de artesãos no Município, informou o contato telefônico dos responsáveis. Em contato com a Sra. Cissa, artesã da Casa do Artesanato a mesma falou que, atualmente, a Prefeitura não está mais cedendo o espaço público ao Grupo. As/os artesãs/ãos contribuem financeiramente a cada mês para cobrir aluguel e demais gastos com o espaço físico público aonde funciona a “Casa”, salientou que o espaço de venda que tinham era mais bem localizado e que o atual, que ficava no Morro do Cristo, foi solicitado pela atual gestão do Município. Referente ao espaço, a Secretária havia mencionado que a Superintendência do Patrimônio da União – SPU fez a exigência de retirada do Grupo do local, mas que a Prefeitura está reivindicando o espaço para a realocação dos artesãos. Em contato com o Sr. Mário, responsável pelos artesãos da Feira da Praça, o mesmo falou que o Grupo possui 60 membros, não se estendendo porque estava em viagem, ficando de precisar as informações em contato posterior.

Matinhos – contato com o Sr. Délcio, Diretor de Cultura do Município, falou que a Prefeitura vem apoiando os artesãos locais há aproximadamente dez anos, cedendo os espaços públicos aonde se encontram os grupos e realizando cursos de capacitação para o fomento do artesanato local. Falou sobre a Feira do Artesanato, que acontece todo o sábado no calçadão

central há mais de seis, falou que existe outro grupo ocupando espaço público no bairro Caiobá, mas não entrou em detalhes.

Morretes – contato com o Sr. Fausto, Secretário de Agricultura, Meio Ambiente, Cultura e Turismo do Município, quando questionado se ele teria a informação a respeito de coletivos de artesãos existentes no Município falou que seria melhor entrar em contato com o Diretor de Turismo Sr. Orley. Em contato com o Diretor, esse falou de um grupo, mas não soube informar a quantidade de pessoas relacionadas, disse que não possui dados oficiais, pois desconhecia a existência de informações quando assumiu a pasta. Não havendo Diretor de Cultura nomeado contactou-se a Sra. Maria Teresa, artesã que se identificou como responsável pelas finanças da Associação da Estação das Artes, falou que o espaço foi cedido pelo Provopar, em meados de 2008, e toda a administração do espaço é feita por eles, falou que a Prefeitura não participa para do fomento do artesanato do local, apenas cedeu o espaço em parceria.

Paranaguá – contato com a Sra. Cristiane, Assessora da Secretaria de Turismo e Cultura do Município. A Assessora falou que a Prefeitura promove todos os espaços aonde se encontram grupos de artesãos, ficando a exposição dos produtos e o funcionamento/abertura do espaço sob responsabilidade dos artesãos.

Pontal do Paraná – Sem informações pelos representantes da administração pública local. De acordo com a Sra. Juliane, do Departamento de Cultura, vinculado a Secretaria de Desenvolvimento do Município, existem dois coletivos. No entanto, ela não forneceu informações precisas sobre a quantidade de pessoas envolvidas e local, solicitou que agendasse um horário para atendimento presencial na Secretaria.

QUADRO 4 – INFORMAÇÕES DOS COLETIVOS DE ARTESÃOS (PRÉ-CAMPO)

Município	Órgão cessionário do espaço	Grupo/ Associação	Local	Artesãos (nº informado pelo Órgão)	Funcionamento
Antonina	Sec. Indústria e Comércio	Artesanato Estação	Estação Ferroviária	5	Aleatório
		Artenina	Frente ao trapiche central	8	Diário
Guaraqueçaba	Provopar	Arte Nossa	Rocio	25*	Diário
	Prefeitura	Arte Nossa	Mercado Municipal	*ibidem	Fins de semana e feriados
Guaratuba		Guará Artesanal	Praia Central (Av. Curitiba)	28*	Diário
	Sec. Cultura e Turismo	Guará Artesanal	Morro do Cristo	*ibidem	Fins de semana e feriados/temporada
Matinhos	Sec. Educação e Cultura	Salão de Artes	Casa da Cultura	34	Diário
		Casa do Artesanato	Calçadão Caiobá (Av. Paraná)	N/I	Diário
Morretes	Provopar	Estação das Artes	Próx. Praça Rocha Pombo	32	Diário
Paranaguá	Sec. Cultura e Turismo	Mercado do Artesanato	Praça Mario Roque	8	Diário
		Balaio das Artes	Mercado do Artesanato	N/I	Diário
		Mercado Criativo	Espaço próprio	N/I	Aleatório
Pontal do Paraná	Sec. Desenvolvimento/ União	AAPP	Balneários	N/I	Fins de semana e feriados/temporada

Elaborado pelo autor (2018).

2ª Fase: Pesquisa de campo

Para garantir o respeito para as/os entrevistadas/os e ao uso das informações coletadas em campo (de acordo com o Anexo B), os coletivos são representados com o código M(nº)E(nº), conforme o Quadro 5.

Por exemplo: **M8E5**

M8 – significa o Município de atuação do coletivo

E5 – significa a/o representante do quinto coletivo pesquisado, no respectivo Município.

O código desconsidera a ordem dos Municípios previamente elencados no Quadro 4.

QUADRO 5 – PERFIL DAS/OS ARTESÃS/ÃOS ENTREVISTADAS/OS

Código de Identificação	Idade	Função no coletivo	Função fora do coletivo
M1E1	65	Membro (antigo)	Professora aposentada
M1E2	42	Membro (antigo)	Artesã
M2E1	65	Membro (antigo)	Professora aposentada
M3E1	65	Presidente	Professora aposentada e empresária
M4E1	55	Tesoureira	Artesã
M5E1	44	Presidente	Artesão
M5E2	54	Membro (antigo)	Artesã e estudante
M6E1	74	Presidente	Professora aposentada e empresária
M7E1	56	Membro	Empresária
M7E2	72	Membro	Artesão
M7E3	72	Presidente	Artesão

Elaborado pelo autor (2018).

5 DIMENSÕES/CATEGORIAS TEÓRICAS/CONCEITUAIS NOS COLETIVOS DE ARTESANATO DO LITORAL DO PARANÁ

5.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS COLETIVOS

A pesquisa de campo permitiu investigar 11 coletivos de artesãos (Quadro 6), sendo quatro Núcleos de artesãos (grupos), seis Associações e uma Cooperativa, segundo a definição do PAB (BRASIL/MDIC, 2012).

QUADRO 6 – COLETIVOS DE ARTESANATO NO LITORAL DO PARANÁ

Coletivos/ Municípios	Antonina	Guaraqueçaba	Guaratuba	Matinhos	Morretes	Paranaguá	Pontal do Paraná
Núcleos	M1E2			M5E2		M7E1 M7E2	
Associação	M1E1		M4E1	M5E1	M2E1	M7E3	M3E1
Cooperativa		M6E1					

Elaborado pelo autor (2018).

Os coletivos de artesanato do Litoral do Paraná, em sua maioria, apresentam estatuto/regimento. Dos onze, quatro não apresentam registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ. O coletivo mais antigo iniciou em 1997 e o mais novo em 2018; nesse período, sete se constituíram entre os anos 2005 e 2010.

5.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA NOS COLETIVOS

5.2.1 Cooperação Solidária

Entre os membros dos coletivos M1E1, M2E1, M4E1, M5E1, M5E2, M6E1, M7E1, M7E3, a cooperação solidária ocorre no espaço de uso comum, basicamente, no local da venda dos produtos (loja-sede), sendo que nem todos os coletivos possuem espaços comuns. Entre os onze, o M3E1 não dispõe nem de espaço comum de venda. Apenas os coletivos M1E2 e M6E1 possuem a disponibilidade de uso de equipamentos para a produção coletiva.

O total dos membros de cada coletivo não costuma estar presentes no mesmo momento no espaço loja-sede, eles geralmente se organizam em escalas para: atendimento ao público, limpeza, manutenção e reformas, e mesmo atuando em momentos distintos os membros acabam por cooperar com o outro para a limpeza, venda, voluntariado, mutirões:

[...] tipo na limpeza, na minha semana que eu precisei falei com [outra colega] e ela me ajudou na limpeza [...], porque tinha que fazer uma faxina mesmo! (ENTREVISTADA DO M1E1).

A gente às vezes é passível de alguma coisa, eles suprem a minha escala, eles me ajudam na loja, tudo é feito em conjunto, é bem bom o grupo. Respeitam a gente, com a opinião da gente, quando vão fazer algumas coisas você coloca a tua ideia, é discutido, mas a ideia da gente é respeitada [...]. A gente se sente bem ali, faz falta quando eu não vou. (ENTREVISTADA DO M2E1).

A cooperação entre eles [membros] é boa, não é ruim não, ela é boa, eu considero boa. Tem muito trabalho dentro de uma associação [...]. Envolve muita gente [...]. Ninguém ganha nada com isso, tudo é feito voluntariamente. (ENTREVISTADA DO M4E1).

[...] A gente não tem funcionário, a gente se reveza no plantão da [loja-sede] para deixar ela em funcionamento [...]. Tem escala da limpeza, o básico; a cada três ou seis meses a gente faz um mutirão de limpeza geral, de lavagem por fora, pinta, faz a manutenção que precisa [...].

[...] tem que lembrar, tem que pedir. São poucos os que têm iniciativa própria, mas a maioria [fala] “se o outro não faz, eu também não faço”, se for deixando não rende [o trabalho coletivo]. (ENTREVISTADO DO M5E1).

A cooperação solidária parece não ocorrer nos coletivos M1E2, M3E1 e M7E2. No M1E2, observou-se a indisponibilidade dos membros para atuação em coletivo, apesar de ser um Núcleo. No M3E1, talvez a cooperação solidária não seja exercida por não existir espaço comum dada à estrutura autorizada pela gestão municipal, lojas individualizadas montadas sobre terreno público, mas de posse individualizada de cada membro. No M7E2, observou-se que as questões pessoais contribuem para a não cooperação solidária.

[sobre a loja-sede] Hoje está meio parado, antes possuía uma escala. Tem que fazer uma escala, cada dia uma, para poder manter aberto [...] mais tempo fechado, por falta do compromisso das pessoas, porque daí tem uns que eu não acho justo porque vou lá deixo de fazer minhas coisas em casa, abro [a loja-sede], às vezes, vendo o do outro e o outro não está nem aí de procurar ir também ajudar. (ENTREVISTADA DO M1E2).

[a loja] é de cada associado, não é da Associação, porque nós temos o Estado, a Prefeitura que cederam o espaço, e nós construímos [as lojas], então é nosso. Se a pessoa tem [loja e for convidada a se retirar da Associação, se ela não conseguir vender [a loja] ela pode retirar e por na casa, por no quintal dela [...], o artesão que não tem [loja], vem pra mim: “[colega] eu quero expor meus trabalhos [na tua loja], eu posso?”. É a palavra minha com ele, a Associação em si não, não... Só está no estatuto que nós podemos ajudar um ao outro, mas não que eu seja obrigada, não tem obrigação. (ENTREVISTADA DO M3E1).

[...] resumindo, o [coletivo] ficou nisso, algumas poucas pessoas preocupadas em melhorar o processo, posso dizer Z pessoas, das X entre Y a Z pessoas preocupadas em melhorar o processo, o restante não, o restante estava preocupado em picuinhas, em faturar: “faturei está bom”, sem uma preocupação, (ENTREVISTADO DO M7E2).

5.2.2 Autogestão

Em nove dos coletivos pesquisados, a autogestão revela-se por meio da participação dos membros nas tomadas de decisões, em geral, tratadas em assembleias ordinárias e extraordinárias e no dia a dia todos tem autonomia, compartilham as responsabilidades para o bem comum.

Tudo é repassado, nós temos uma página no *Facebook*, tem a página do *Whats* da Associação, então é convocado para reunião e a gente toma as decisões lá em reunião. (ENTREVISTADA DO M2E1).

[...] geralmente o pessoal fala que: “Quem manda é o caixa. O caixa do dia, que manda naquele grupo do dia”. Por exemplo, eu sou na quinta-feira, só que eu não mando nada, porque aqui são todos adultos, todos capazes, inteligentes e cada um sabe o que fazer. A gente não precisa ficar mandando. Tem que limpar o vidro, organizar o banheiro, ajeitar a cozinha, varrer o salão, limpar a sua prateleira. Não precisa, é uma comunidade unida e o grupo trabalhando junto se fortalece cada vez mais. (ENTREVISTADA DO M5E2).

[decisões] Em grupo, a gente faz reunião... Todas as quartas-feiras têm reuniões daí a gente discute em grupo. É organizado, somos poucos, mas é organizado. (ENTREVISTADA DO M6E1).

A gente faz reuniões mais ou menos a cada 15 dias, a gente se reúne para ver o que faz [...]. (ENTREVISTADA DO M7E1).

Isso acontece nas reuniões né. É feita a prestação de contas, a reunião é feita para isso aí. (ENTREVISTADO DO M5E1).

No coletivo M3E1 as decisões são tomadas previamente pela diretoria, que posteriormente são compartilhadas com os demais membros. No M7E2, o poder de representação parece assumir uma autoridade de “chefia”, o qual tenta designar o que os demais membros do Núcleo devem fazer, inclusive tenta exercer o poder sobre a administração pública, instigando-a sobre o que ou como ela deveria proceder:

[tomada de decisões] Faz em diretoria, diretoria. Uma reunião ordinária, daí se resolve em diretoria, depois faz outra reunião para que todos tenham conhecimento do que está acontecendo. (ENTREVISTADA DO M3E1).

[...] eu fiz o regimento interno e não consegui conscientizar e sensibilizar as autoridades na época [para regulamentar o uso do espaço público] [...]. É preciso norma para gerir aquilo, eu era o representante dos artesãos perante a secretaria, mas eu não tinha, por exemplo, autonomia de chefia, eu não podia [ao menos tentar organizar] fazer isso, tem que fazer aquilo. A coisa era totalmente *la volonté*. (ENTREVISTADO DO M7E2).

5.2.3 Compartilhamento dos resultados

Nos coletivos M1E1, M2E1, M3E1, M4E1, M5E1, M5E2, M6E1, M7E1, M7E3 observou-se o compartilhamento de contribuições financeiras dos membros para o pagamento de despesas de manutenção, tais como: água, esgoto, energia, telefone, materiais para limpeza e reforma, vigilância/alarme, embalagens, impostos/taxas. A entrada de recursos para o pagamento dessas despesas decorre de mensalidades, percentuais sobre a venda de produtos na loja/sede e uma “joia” no momento do ingresso no coletivo. Somente o coletivo M4E1, além dessas despesas, paga aluguel pelo espaço físico, o que demanda maior compartilhamento de recursos entre os associados.

[...] Nós temos que pagar uma mensalidade e, quando a pessoa entra, ela paga uma joinha lá, um pouquinho a mais da mensalidade, porque, às vezes, tem que dar uma segurada nessas pessoas porque nós pagamos a luz, a água, pagamos as despesas da Associação com essa mensalidade [...]. (ENTREVISTADA DO M2E1).

[...] paga o aluguel daqui para o ano todo. As outras despesas que nós temos aqui [o pagamento] vêm dos 15% das vendas efetuadas aqui, mais a mensalidade, a água, luz, telefone, embalagem [...], nós temos uma mensalidade de X reais. As vendas, o que você vender aqui você paga 15%, você deixa 15% para loja e com esses valores que a gente arrecada a gente paga as despesas [...]. (ENTREVISTADA DO M4E1).

Nos coletivos M1E2 e M7E2 não há a obrigatoriedade de quaisquer contribuições financeiras nem mesmo para a manutenção. O coletivo M1E1 obtém recursos coletivos com a venda de produtos não produzidos por eles, ou seja, criaram um mecanismo de arrecadação compartilhada sem que nenhum membro fosse favorecido.

A luz, por exemplo, a bala [artesanal] a gente vende pega o lucro da bala e deixa para pagar isso aí, daí já é tirado o lucro da bala, camiseta que é vendido pra loja, desse é tirado. (ENTREVISTADA DO M1E1).

5.3 ARTESANATO E ORGANIZAÇÃO NOS COLETIVOS

5.3.1 Identidade

Nos coletivos M1E1, M1E2, M2E1, M4E1, M5E1, M5E2, M6E1, M7E2, M7E3, observou-se a preocupação dos grupos em promover uma identidade aos produtos artesanais, geralmente caracterizados pela transmissão de paisagens e/ou atributos culturais ou de materiais locais e da região na confecção dos produtos artesanais. Não foi possível observar a representação cultural, ou seja, de identidade nos coletivos M3E1 e M7E1.

[...] mesmo que eu não faça o prato [a cerâmica], mas eu trabalho em cima do barro, então eu tenho um produto que representa a cidade que são os pratinhos [retratando a cidade] que é o que está ainda, assim, [levando] a identidade de um produto [local]. (ENTREVISTADA DO M2E1).

Como somos do Litoral, a gente trabalha muito com brinco de escamas, com conchas, usamos muito material daqui mesmo, para divulgar mesmo o nosso artesanato, o crochê, couro de peixe, as bolsas. (ENTREVISTADA DO M3E1).

[...], então começou a dar aquela peneirada, que era a questão do artesanato em si. Nós começamos a buscar, criar produtos com identidade, produtos que, se alguém ver fala: “esse é de [um município do Litoral do Paraná]”. Quando você vai nessas feiras nacionais vê lá os bonequinhos de barro: “esse é de Pernambuco, esse é lá do Recife, esse é da Paraíba, esse é do Sul”, então você sabe [de onde vem], a gente queria criar alguma coisa que identificasse aqui o Litoral [...]. (ENTREVISTADA DO M4E1).

A entrevistada do M4E1 evidencia que a identidade territorial ocorre pelas matérias-primas típicas do Litoral do Paraná: “[...] uma das oficinas, que foi de bastante sucesso, foi a da fibra de bananeira, que é uma coisa que a gente tem aqui no Litoral e a gente buscava um produto em relação a isso [...]”. Outra constatação recente foi através da “[...] oficina com bambu, que não tínhamos aqui, agora já temos dois artesãos trabalhando com bambu, estão se dando bem [...]”.

5.3.2 Saberes e técnicas

A identidade do local, às vezes se revela pela transmissão de conhecimentos/técnicas locais intergeracionais, conforme observada na entrevistada do M5E2: “[...] Mas a maior parte dos nativos daqui... Porque eu aprendi com parte da família minha que são caiçaras, daqui mesmo. Eles foram me incentivando a fazer isso [...]”.

5.3.3 Realidade

Em geral, o produto do artesanato expressa ou se relaciona a realidades de vida de cada membro do coletivo, podendo essas ser evidenciadas nas entrevistas pela importância que dá a atividade: geração de renda, para tratamento de saúde, terapia, pela realidade social na infância, pelo sentimento de pertencimento à cultura e história local e, principalmente, como estilo de vida.

[...] me aposentei como professora, para mim foi uma coisa que serviu até como uma terapia, uma motivação para a gente formar um grupo [...] fazer um produto que identificasse a associação [...]. (ENTREVISTADA DO M2E1).

O que me marcou mais na minha vida [...], como a gente não tinha brinquedo quando era criança, eu e minha irmã, minha mãe já reciclava, então eu comecei a produzir peças de brinquedo através do lixo reciclado. Eu me tornei artesã... Comecei e desde então, não parei mais. (ENTREVISTADA DO M5E2).

[...] E essa paixão que eu tenho [pela cidade], minha família é mineira, por parte da mamãe, papai é carioca, morei, criei e me formei em São Paulo, mas eu me apaixonei [pela cidade]. Hoje estou tão envolvido com a história e a cultura [da cidade] e a impressão que eu tenho é que eu nasci aqui [...]. (ENTREVISTADO DO M7E2).

5.3.4 Matérias-primas

Em todos os coletivos, o uso de matérias-primas da natureza, se fazem presentes nos produtos do artesanato como: a palha do milho, a fibra da bananeira, o cipó e as escamas; bem como aquelas para confecção de trabalhos manuais (crochê, pano de prato etc.).

[...] como somos do Litoral, a gente trabalha muito com brinco de escamas, com conchas, usam muito material daqui mesmo para divulgar mesmo nosso artesanato, o crochê, couro de peixe, as bolsas. (ENTREVISTADA DO M3E1).

Não, aqui a gente coleta nosso material, leva pra casa. Que nem as conchas, por exemplo, eu colete as conchas, levo pra casa, tenho que lavar [...] para depois fazer o manuseio das peças, para depois trazê-las pra cá [...].

Têm muitos que lidam com feltro, com tecido, com conchas, com restos de madeiras, com parte reciclada do lixo também. Então, a gente utiliza tudo. Tudo que for possível transformar em artesanato nós estamos transformando [...]. (ENTREVISTADA DO M5E2).

[...] trabalho de tapeçaria, da fibra da bananeira, flores com escama de peixe, papel, [...], entalhe em madeira, tem cestaria, tem outros tipos de trabalho, por exemplo, canoas, barquinhos [...]. (ENTREVISTADA DO M6E1).

5.3.5 Valores (simbólico, cultural, ecológico)

Nos coletivos, o entendimento de valor para artesanato, de maneira geral, revela-se no campo econômico, como também em outros campos: cultural (M1E1, M1E2, M2E1, M3E1, M4E1, M6E1), ecológico (M5E1, M5E2) cultural, ecológico e social (M7E2, M7E3) e econômico (M7E1).

Eu fui me aprofundando mais em conchas do mar, na areia, em pedras. Eu aproveito tudo que tem na natureza. Tudo que a natureza descarta pra fora, eu vou lá, junto e vira artesanato. (ENTREVISTADA DO M5E2).

[...] eu agrego valor a canoa, quem faz isso para mim é o mestre [pessoa de um lugar], é o mestre artesão. Quem faz o meu cavalete, que eu coloco as minhas telas é uma artesã de [uma localidade]. No meu produto, o meu artesanato eu utilizo três, quatro artesãos, eu tenho parcerias [...]. (ENTREVISTADO DO M7E2).

[...] o artesanato não é uma atividade pejorativa, não é uma atividade para quebrar galho, não é uma atividade de passatempo, é uma atividade rentável, é uma atividade que está no contexto do belo, desde que ele trabalha o conceito de estética em cima disso. Ele te dá satisfação pessoal, te dá qualidade de vida. Ele agrega valor a tudo que você, como artesão, espera de uma atividade que você está participando [...]. (ENTREVISTADO DO M7E3).

5.3.6 Relações sociais

O artesanato não se apresenta apenas como atividade econômica, mas uma atividade que promove satisfação pessoal como colocado pelo entrevistado do M7E3 e relações sociais. De maneira geral, nos coletivos de artesanato do Litoral, a inclusão de novos membros não está relacionada ao pagamento monetário. Nos coletivos M1E2 e M6E1, qualquer membro pode participar do coletivo independente do produto confeccionado ou saber. Já para o M1E1, existe a obrigatoriedade de o produto ser diferente do exposto pelo coletivo.

A gente está de porta aberta. A pessoa vem, ele vai fazer uma experiência, ele vai olhar o que é que produz, se ele sentir que tem que ir para cerâmica, se é para o barro, ele vai. Também, se ele quiser fazer a tapeçaria, o papel e outras atividades, ele escolhe o que mais interessar e fica [...]. (ENTREVISTADA DO M6E1).

É difícil de ter mais gente, porque a presidente quer que a pessoa que entre, faça um trabalho que não tenha lá e que trabalhe uma semana, direto na loja. (ENTREVISTADA DO M1E1).

O requisito para inclusão nos coletivos M2E1, M4E1, M5E1 também é dado pela possibilidade de participação em escala semanal na loja, como exposto acima pelo entrevistado do M5E1.

[...] Para a pessoa que quer entrar na Associação a nossa regra é: não fazer o que já existe de peça aqui, uma questão de ética né, [o novo artesão] passa por uma avaliação desses fiscais que vão avaliar a peça, aprovado ele passa a fazer parte da Associação e fazer o plantão [...]. (ENTREVISTADO DO M5E1).

Outro requisito para inclusão no coletivo observado foi residir no município, esse imposto tanto pelo coletivo, como é o caso dos coletivos M2E1, M3E1, M7E1 e M7E3, como pelo gestor público municipal no coletivo M5E2. Nesse último, o estabelecimento das regras de inclusão é dado pela administração pública municipal, que além da exigência de residência no local, exige que o membro exerça seus direitos políticos no município, sujeito ainda a avaliação e aprovação de seu produto por parte do gestor público municipal. O coletivo M4E1 é o único que possibilita a inclusão de membros residentes em quaisquer municípios do Litoral, inclusive com prerrogativa assegurada em estatuto/regimento.

O pessoal tem que morar aqui [no município], não pode ser de outro lugar, tem que ter residência aqui e também ele tem que mostrar o trabalho que ele faz. Então, a

gente reúne um grupo aonde vai fazer a avaliação desse trabalho para ele se integrar na Associação. (ENTREVISTADA DO M3E1).

[...] [para o ingresso] a gente quando vem falar com o [gestor público], passamos por uma avaliação dos nossos artesanatos. Mostrando para ele, que é coletado aqui na praia, casca de coco, conchas, areia e tudo que é possível de ser reciclado também, no município. Então, ele avalia essas peças, daí a gente passa para o setor de baixo, pega uma autorização, vai à prefeitura, a prefeitura te dá um protocolo, você fica com um para você e traz um para [o departamento] com as documentações. Só que você tem que ser morador daqui e eleitor daqui para poder fazer parte. (ENTREVISTADA DO M5E2).

Ah, a nossa Associação é aberta para o Litoral. É para os sete municípios só, Curitiba, outros, não entra, só para os sete municípios. Já tivemos vários artesãos de outros municípios [...]. (ENTREVISTADA DO M4E1).

No coletivo M7E2, as relações sociais do coletivo passam por conflitos:

[...] ficou esse pessoal do conflito. O que é que aconteceu? Essa imagem negativa, que antes era só interna extrapolou, extrapolou. Então, a imagem [da loja], hoje aí fora é: “[a loja] é um espaço de picuinha, de conflito. Só tem cobra” [...].

5.3.7 Troca de informações e técnicas

A socialização de informações gerais relativas ao coletivo e a cursos que ocorrem, ou até mesmo transferências de conhecimentos entre os membros dos coletivos M1E2, M2E1, M4E1, M5E1, M5E2, M6E1, M7E1, M7E3, ocorre durante as reuniões, vezes semanais ou quinzenais (ordinárias), ou via aplicativos de redes sociais nos coletivos, bem como no cotidiano na loja-sede, para as que possuem esse espaço.

Tudo é repassado, nós temos uma página no *Facebook*, tem a página do *Whats* da Associação, então é convocado para reunião e a gente toma as decisões lá em reunião. (ENTREVISTADA DO M2E1).

Em relação à troca de informações de técnicas, que auxiliam na produção artesanal, foi possível observar que ocorrem nos coletivos M1E2, M5E1, M5E2, M6E1.

No coletivo M7E2 ocorre parcialmente.

Nos coletivos M1E1, M2E1, M3E1, M4E1, M7E1, M7E3, a troca de técnicas não ocorrem devido à especificidade de produção de cada membro.

Até um limite. Dependendo da pessoa ela não passa o que você precisa saber. Se sentir ameaçada que [outra] vai ser uma concorrente ela não te passa o conhecimento, aí você tem que procurar em outros lugares [...]. (ENTREVISTADA DO M1E2).

[...] Já me ofereci para dar aula de desenho para eles, para eles desenvolverem habilidades na parte de design para melhorar a qualidade do produto. Alguns aceitaram outros não aceitam e acabou [...]. (ENTREVISTADO DO M7E2).

Quase nada, a gente faz mais em casa, a gente faz uns cursos aí também, mas individual. [e na loja?] Não, não tem nada, antigamente até tinha, mas o espaço é só para a venda. (ENTREVISTADA DO M1E1).

Agora a parte de auxiliar no artesanato dos outros a gente não tem esse tipo de [troca/trabalho em conjunto] [...] que fosse feito em grupo, não precisava que cada uma fizesse [apenas em sua particularidade] [...]. (ENTREVISTADA DO M2E1).

5.3.8 Fomento Institucional

Os coletivos M1E1, M1E2, M3E1, M4E1, M5E1, M5E2, M6E1, M7E2 e M7E3 recebem amparo da administração pública municipal que concede prédio ou terreno público destinado para as vendas dos produtos, que ao mesmo tempo funciona como sede, em alguns casos. Dois desses coletivos, contam com outros espaços: o M4E1 possui a loja-sede em imóvel alugado e, o M6E1 ocupa um imóvel que é oriundo da construção e cessão pelo Governo do Estado do Paraná, que congrega loja e ateliê.

O coletivo M2E1 ocupa, apenas, um imóvel oriundo da construção e cessão pelo Governo do Estado do Paraná.

O coletivo M7E1 ocupa espaço em imóvel particular.

Não, nada [...]. O espaço é da prefeitura. A prefeitura é que cedeu [...]. A gente paga à luz. (ENTREVISTADA DO M1E1).

Foi só a [IES] mesmo, [durante] dez anos. O local que é pela prefeitura, luz e água a gente não paga. (ENTREVISTADA DO M1E2).

Não. Hoje em dia a gente tem [o Departamento de] Cultura conosco, então a Cultura [do município], sempre quando tem evento, trabalhos para gente mostrar, eles convidam a gente, mas nada concretizado de a gente ter uma coisa bem... (ENTREVISTADA DO M3E1).

Com a Associação, especificamente, não. Só a prefeitura na questão do espaço [turístico]. (ENTREVISTADA DO M4E1).

Não, não. [e o espaço aqui, como funciona?] O espaço físico é cedido pela prefeitura e pela União. Luz e água a prefeitura paga [...]. (ENTREVISTADO DO M5E1).

Não, é só com [outro órgão público] no tempo do [governante tal]. (ENTREVISTADA DO M6E1).

Além do apoio de instituições públicas na concessão de espaços para a venda, os coletivos também receberam apoio dessas instituições através de cursos para capacitação.

[...] precisávamos fazer o design do produto, daí eles vinham e nos auxiliavam naquilo. [...] os estudantes da [IES] que direcionavam a gente, em relação a curso [...]. (ENTREVISTADA DO M1E2).

[a instituição], na época, conheceu o nosso trabalho, então resolveram dar o curso. Primeiramente, eles deram o curso, depois abriu a cooperativa aqui, então, vieram os instrutores; um ano foi assim, só de curso, como abrir [a cooperativa], o que poderia ser feito por nós artesãos [...]. (ENTREVISTADA DO M6E1).

A entrevistada do M6E1 também comenta a respeito da doação de equipamentos para a produção por instituições públicas: “[...] Daí eles resolveram construir um prédio para nós aqui, depois equiparam tudo, equiparam com todos os fornos e com os teares [...]”.

Outro tipo de apoio que os coletivos recebem decorre das IES’s, conforme os relatos dos coletivos M1E2, M4E1 e M5E2:

O Grupo começou com... Veio um pessoal da [IES], os alunos, para fazer um trabalho, estudo em grupo mesmo. Eles reuniram os artesãos que faziam parte da feira [...], porque a dificuldade que a gente tinha, precisávamos fazer o design do produto, daí eles vinham e nos auxiliavam naquilo. [...] os estudantes da [IES] é quem direcionavam a gente, em relação a curso, a escala, eles que faziam isso no começo, depois que terminou o projeto a gente mesmo que teve que se organizar. (ENTREVISTADA DO M1E2).

Nessa fase [no início do coletivo], tinha um grupo de estudo da [IES], capitaneada pelo professor (nome), então, ele acompanhou muito nossos primeiros passos, também nos ajudou com algumas dúvidas que a gente tinha com relação ao estatuto, enfim. (ENTREVISTADA DO M4E1).

[...] quando abriu a [loja-sede] eu já era integrante daqui, porque essa sala do fundo fazia parte do projeto da [IES] que se chamava “Artes sem fronteiras”. E eu ingressei nesse “Artes sem fronteiras” [...].

[...] É mais a [IES], às vezes a [ONG] que dá alguns projetos aqui, daí a população que vai e vê se faz os cursos. Mas, a gente mesmo tem envolvimento com a [IES]. (ENTREVISTADA DO M5E2).

Se por um lado existe o apoio de instituições públicas, por outro, o coletivo M2E1 menciona que os empreendimentos privados não se organizam de maneira a oportunizar o artesanato no município, inclusive registra a inexistência de estratégia do próprio coletivo em atuar contra o problema relativo ao local de visitação.

[...] Falta de apoio, é um conjunto porque o nosso local [loja] não fica naquele aglomerado que o turista está acostumado a sentar, comer. [A loja] está retirado. Nós temos a saída do trem aqui que é meio-dia e meia, uma hora, e eles [turistas] têm duas horas para almoçar e voltar para ir para o trem de volta, quando eles passam aqui, eles passam com a sacola já com as coisas compradas, com a sacolinha cheia ou então correndo que não dá nem tempo de entrar no trem. Na Associação, nosso turista realmente é o do trem só, porque os outros, nas vans, pegam dali e deixam lá no restaurante. Esse sistema de van prejudicou muito nossa cidade, daí eles [as vans] já levam no local de almoço. Agora... Aqui está sendo muito difícil, quem está permanecendo nas lojas, ainda, é porque tem um apego né. (ENTREVISTADA DO M2E1).

Mesmo com o apoio de espaços concedidos por instituições públicas, os coletivos M2E1 e M6E1 “queixam-se” da falta de apoio do poder público municipal para a atividade.

Não tem nada destinado a [atividade artesanal pela prefeitura], a não ser na festa [anual] que eles comunicam a gente e tem a participação da Associação. Eles destinam a barraca para a Associação [sem ônus]. Antigamente, eles davam uma barraca enorme para a Associação que entrava todo mundo [artesãos], era bonito de ver o artesanato em um conjunto, ficava todo mundo reunido [...]. (ENTREVISTADA DO M2E1).

Não, nada. Esse prefeito não ajuda em nada. Então a gente não tem essa colaboração deles. A gente vai fazer o projeto eles dizem: “Ah, se vocês fizerem o projeto a gente vai ver se dá para [fazer] um convênio, de onde tirar a verba”. Então, eles ficam naquela de onde tirar a verba da secretaria, se é do Turismo. Então, ficam naquela e não estavam ajudando em nada [...] Pena não valorizam [...]. (ENTREVISTADA DO M6E1).

5.3.9 Fortalecimento da atividade pelo coletivo

A importância pela necessidade de fortalecimento da atividade, através da inclusão de novos membros e capacitação a todos, se manifesta nos coletivos M1E2, M4E1, e M5E2. Em outros coletivos, o fortalecimento da atividade decorre através do compartilhamento de informações, estímulos e significados (M2E1, M5E1, M6E1, M7E3). O trabalho em coletivo, ou ainda, a existência de um coletivo de artesãos, que se unem de forma voluntária como acima exposto, pressupõe a união para o fortalecimento individual ou sua atividade, justificando “coletivo”. O objetivo de coletividade é observado nos argumentos do entrevistado do M1E2 quando diz buscar novas alternativas para o crescimento do “grupo” e no coletivo M2E1, que argumenta sobre a necessidade da estrutura, não só para os membros atuais, mas também para os que virão.

[...] estou tentando buscar outras coisas, alternativas para que o grupo cresça. Alternativa era trazer mais gente, para poder participar de feiras, para momento de conhecimentos, técnicas novas [...]. (ENTREVISTADA DO M1E2).

[...] fazendo um trabalho de agrupamento mesmo, para que eles se sintam estimulados a continuar, porque nós estamos ali empenhados que eles não percam esse espaço, porque é uma coisa importante para o artesão, nós estamos com certa idade, mas tem pessoas mais jovens, porque aquilo ali é uma vitrine. A colaboração da gente é dar estímulo para eles continuarem. (ENTREVISTADA DO M2E1).

5.3.10 Espaço de exercício dos princípios da ES

A loja-sede foi identificada como um espaço para a prática dos princípios da Economia Solidária, pois nela ocorrem as tomadas de decisão coletivas, bem como nela se executam as tomadas de decisões, em geral tomadas nos coletivos. A loja-sede também é o espaço para o exercício de cooperação solidária, onde os membros se apoiam mutuamente sem que haja o pagamento em dinheiro. A loja-sede é por fim o espaço que unem os membros como um bem coletivo de responsabilidade de todos.

No coletivo M3E1, a falta de espaço comunitário não oportuniza a prática dos princípios da ES:

Esse [lugar comum] é que nós brigamos até hoje. A gente queria a casa do artesão, por quê? Para fazer uma oficina, exemplo, quer máquina X, então teria lá, outra que fura, teria lá. A casa do artesão seria para dar essa assistência para todos. Nunca conseguimos [...].

6 TEORIA X PRÁTICA

6.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA NOS COLETIVOS

Os princípios da cooperação solidária, autogestão e compartilhamento de resultados estão presentes no cotidiano dos coletivos de artesanato do Litoral do Paraná.

Como constatado, o princípio da cooperação solidária ocorre nas ações práticas na maioria dos coletivos. De acordo com Laville e Gaiger (2009), o princípio se processa por meio da pactuação dos interesses comuns e contribui para o estabelecimento de laços de reciprocidade no coletivo. A corresponsabilidade dos artesãos, para com o comum que lhes unem, permite consolidar o exercício da reciprocidade, conforme assinalado pelo sentido moral entre membros de Mance (1999), uma rede ética que transforma as relações sociais.

A cooperação solidária é, para Mance (1999), à antítese do individualismo que é uma característica do capitalismo, ou seja, a cooperação solidária é uma característica da Economia Solidária. Desse modo, os compromissos comuns dos artesãos do coletivo constantemente precisam ser pautados, lembrados pelos pares, inclusive sendo um dos critérios para participação nos coletivos de artesanato, exceto um dos coletivos que parece ter a gestão do poder público municipal.

A ajuda mútua é um comportamento autônomo que, segundo Laville e Gaiger (2009), auxilia na coesão coletiva para a obtenção de objetivos comuns, fato que ocorre até mesmo no coletivo em que cada artesão da associação possui sua loja, já que se predispõe a apoiar outro associado que ainda não dispõe de espaço de venda.

Ao observar esses coletivos, o pesquisador infere que o conceito de cooperação solidária existe, pois nenhuma das ações observadas ocorre motivada pela troca monetária, onde um artesão se valeria do outro para obter ganhos individuais. Nos coletivos prevalecem as relações horizontais que, como proposto por Singer (2002), coopera para superar a competição, em quaisquer aspectos.

A ausência da produção coletiva, em dez dos onze coletivos, em nada prejudica a cooperação solidária, dado que o coletivo é estabelecido para a venda da produção individual. Esse aspecto possibilita observar a diferença da organização produtiva artesanal e da produção industrial, essa como descrita por Polanyi (2000). Na história da organização produtiva industrial, os trabalhadores vendem sua força de trabalho para a produção de um bem, o qual eles não são proprietários (Ibidem). Na organização produtiva artesanal

contemporânea, os trabalhadores vendem um bem, produto de seu trabalho resultante de um ambiente diferenciado como afirma Tonet (2004); em um espaço de concentração urbana onde a renda se diferencia (diversidade de produtos em um mesmo espaço).

Para Chaniel e Laville (2009), o compartilhamento dos meios de produção oportuniza espaços de ‘propriedade social’, e também o exercício da autogestão da produção, que na produção coletiva de artesanato o compartilhamento se dá no momento de venda.

Na maioria dos coletivos, a autogestão se manifesta pela tomada de decisões em momentos quando o coletivo está reunido, onde os participantes têm liberdade para manifestar-se. Para Singer (2002), as assembleias, onde todos participam, são espaços que funcionam como uma espécie de incubadora social que oportuniza posicionamentos democráticos, onde são testados os limites individuais para estabelecer o consciente e a ação coletiva. A autogestão na tomada de decisão dos coletivos de artesanato não é uma prática exercida em todos os coletivos analisados, já que há registro de deliberações pelo poder público municipal e execução de artesãos individuais.

Nos coletivos, onde a tomada de decisão ocorre em coletivo, a autogestão apresenta limites impostos pela propriedade do espaço físico que impõe limites para outros aspectos. O poder público ao fornecer espaço físico para os locais de venda, em geral, impõe condicionalidades, as quais recorrentemente estão na pauta das reuniões coletivas. Nos períodos de transição governamental, a não garantia de uso do espaço físico gera incertezas e indefinições para a organização coletiva, para Santos e Rodrigues (2005) e Silva (2010) tal insegurança contribui para a fragilização da construção social.

A estruturação dos coletivos de artesanato em núcleo, associação ou cooperativa, conforme Brasil/MDIC (2012) é baseada na definição de um líder ou representante e uma diretoria, que tem o papel de tomada de decisões administrativas, fazendo-se valer de estatutos ou acordos informais. Na prática, a diretoria desses coletivos parece não ser efetiva, já que muitas vezes o líder/presidente, toma decisões e só após comunica aos artesãos do coletivo, limitando assim a participação ou expressão dos artesãos sobre demandas administrativas. Apesar disso, não se observou na prática da tomada de decisão do tipo heterogestão, a qual Singer (2002) adverte ser ela antidemocrática, com exceção do coletivo no qual as decisões estruturais são tomadas pelo poder público municipal e após levadas aos artesãos pelo presidente do coletivo.

O coletivo de pessoas em si, não parece ser o objeto de discórdia entre os artesãos dos coletivos pesquisados, mas sim o uso compartilhado do espaço comum. Se nas organizações produtivas industriais a divisão do trabalho é que une os trabalhadores, na

produção artesanal, o que une os trabalhadores é o compartilhamento do espaço para expor o produto do trabalho individual de cada um. Apesar das tensões observadas no compartilhamento do espaço de venda, também se observa a harmonia entre os artesãos na busca do melhor uso do que lhes é comum. A existência de um 'comum' é, para Laville e Gaiger (2009), o principal fundamento para a existência e manutenção do associativismo, ou seja, de um coletivo voluntário, frente aos desafios modernos.

De acordo com Singer (2002), a busca pela igualdade demanda a mobilização e a aplicação de recursos físicos, materiais ou financeiros sob a prevalência dos interesses coletivos comuns sobre os individuais. Nos coletivos de artesanato do Litoral do Paraná, tanto a mobilização quanto a aplicação dos recursos são vezes fracas, vezes fortes, quase sempre determinadas pelos interesses individuais latentes.

Os coletivos de artesanato podem não parecer um movimento organizado de trabalhadores à resistência ao capitalismo, mas o é pela organização produtiva específica e, também, pela finalidade que não se baseia apenas no lucro, organização social específica para fins sociais.

6.2 ARTESANATO E ORGANIZAÇÃO NOS COLETIVOS

O produto artesanal dos coletivos observados parecem criar ou reafirmar uma identidade com base territorial quando fazem uso da matéria-prima de origem do ecossistema atlântico, oceânico e terrestre, como as escamas de peixe e a fibra da bananeira. Esses, além do uso dos recursos da biodiversidade ecossistêmica, também incorporam elementos da natureza e da história local: baías, flores, árvores, igrejas, praças, casarios entre outros construídos pelo homem e preservados demonstram a singularidade de cada local. Artefatos que, segundo o PAB, fazem caracterizar um artesanato típico, cultural, de uma determinada região do Brasil.

A valorização de elementos culturais e ecológicos são atributos que se manifestam no território pesquisado, instrumentos que para Keller (2011; 2016), moldam o produto artesanal dando-lhes múltiplos significados; o artesão ao utilizar matérias-primas com aplicação de saberes locais concebe identidade ao território. A incorporação do local nos produtos também expressa, segundo Flores (2006) e Borges (2011), sentimento de pertencimento ao local, fortalecendo a cultura, nesse caso, a do Litoral do Paraná.

De acordo com Borges (2011), a identidade materializada na confecção do produto artesanal revela elementos do ambiente no qual esse ator esteja inserido, expressa sua

experiência do real, definindo e redefinindo o local. O produto com identidade territorial poderia assim, colaborar para o turismo na microrregião litorânea, ao propor ao visitante o diferente.

Se artesanato, de acordo com Keller (2011), expressa a realidade de vida do artesão e os coletivos de artesanato são a realidade vivida dos artesãos, então, esses levam as práticas de organização do trabalho para outras estruturas. O coletivo de artesanato é uma organização da vida econômica dos artesãos, nesse sentido eles estão fora do mercado de trabalho.

Com base em Tonet (2004), o artesanato transcende ao objetivo econômico, contribuindo para inclusão de pessoas em outras esferas sociais, nos coletivos de artesanato dos municípios do Litoral do Paraná pessoas aposentadas são frequentes. Como observado na pesquisa, pessoas são a razão da existência dos coletivos ainda que, em alguns, a possibilidade de inclusão obedeça a critérios estabelecidos no coletivo que vão contra a ampliação do mesmo, como os impostos pela limitação (ou não) do espaço físico para exposição ou pela existência de produtos similares, o que ocasionaria “competição”. Esses critérios, segundo Mance (1999) e Singer (2002), contribuem para desestimular e restringir a composição do arranjo “coletivo”, ou invalidar princípios solidários ora expressados.

De acordo com Borges (2011), as trocas de informações e técnicas são de fundamental importância para a consolidação e transformação social. Nos coletivos observou-se que, as informações são veiculadas principalmente durante as reuniões, pelas mídias sociais e, mais frequentemente, nos espaços de venda dos produtos, ou seja, existem espaços de diálogos tanto presenciais como através de mídias entre os membros, o que pode proporcionar transformações sociais.

Todos os coletivos de artesanato pesquisados atuam com parcerias, em especial, a administração pública municipal que faz a concessão de prédios públicos ou equipamentos (no caso da única cooperativa) para apoiar o artesanato local, desse modo a organização em coletivos cumpre importante função para angariar apoios. De maneira geral, os coletivos não visualizam a concessão do espaço público para comercialização como uma parceria ou um apoio para a atividade, clamando por outros auxílios pela administração pública municipal. A ação do poder público, para Vilasboas (2010), permite visibilidade aos coletivos ao oportunizar subsídios físicos (também financeiros, por isentá-los de aluguéis) para a atividade nos municípios, porém, ao mesmo tempo ocasiona interferência nos coletivos, pois as regras internas estão atreladas aos mesmos subsídios do poder público, o que contribui para a fragilização da construção de um ambiente comum em virtude da dependência da propriedade.

Alguns dos coletivos de artesanato pesquisados, além do apoio físico, dispõem de parcerias com IES's por meio de projetos de extensão. Conforme Borges (2011), a atuação das IES's permite contribuir para alavancar ou fortalecer a atividade, através da organização coletiva e jurídica, de orientação profissional, de incentivos à participação política, de incentivos ao protagonismo empreendedor, da criação de espaços para a geração de trabalho e renda, da capacitação de técnicas e saberes e, sobretudo, no empoderamento social nos princípios da ES, como uma estrutura de resistência.

O fortalecimento da atividade decorre da constante busca de novos artesãos, bem como pelo estímulo de permanência dos que já fazem parte do coletivo. Esses esforços vão ao encontro do que Fraser (2016) destaca como movimento de emancipação coletivo: a dependência da ação concentrada em poucos atores contribui para a supressão dos movimentos de emancipação coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O núcleo, associação ou cooperativa de artesanato, nessa pesquisa é uma estrutura de inserção voluntária que pactua compromissos entre os que participam dos coletivos de artesanato do Litoral do Paraná, zelando pelo que lhes são comuns: saberes de vida entre o grupo, um bem público.

O artesanato, produzido e vendido individualmente, se transforma após o movimento capitalista de organização do trabalho industrial. Entre os principais contramovimentos do artesanato contemporâneo está a organização social do trabalho artesanal, a qual no Litoral do Paraná é observada por partilhar o espaço comum de venda dos produtos individuais. Esse espaço, que é comum, é também um elemento ameaçador, pois se trata de um espaço público, do qual os artesãos não possuem a “posse”, tampouco os retornos financeiros necessários para a manutenção, são insuficientes.

Mas é sobre esse espaço comum que se constroem laços de reciprocidade que permitem aos artesãos a convivialidade, o diálogo, a troca de informações sociais, políticas e culturais, e por fim, o exercício da gestão de um espaço comum conduz ao empoderamento de lutas que permitem designá-lo espaço de resistência, de luta ao reconhecimento do modo de vida diferente do que impera na sociedade brasileira – o trabalho assalariado.

Na gestão do espaço comum se desenrola os coletivos de artesanato consolidando valores e princípios de cooperação e solidariedade, os quais são princípio da Economia Solidária, ou seja, de outra economia. As IES's no Litoral do Paraná foram determinantes na manutenção desses coletivos com princípios da autogestão e na construção do território com base nos princípios de inclusão social e solidária, ambos na organização produtiva. O fortalecimento dos coletivos de artesanato por meio das IES's vai além dos propósitos de inclusão social e renda, dado que o artesanato auxilia em preservar a história, os saberes, a natureza, enfim, valores culturais que antecedem o modo de vida das sociedades do trabalho. O artesanato agrega para os artesãos: satisfação, “qualidade de vida”, participação e renda. As IES's transmitem conhecimentos e proporcionam caminhos para “outro” desenvolvimento local.

Para além dos princípios teóricos da ES, os coletivos de artesanato pesquisados exercitam a cooperação entre iguais, de Singer (2002), e ajuda mútua, de Laville (2009), exercitam em suas relações nos coletivos, reciprocidades pautadas em princípios (valores) não monetários, que conforme Polanyi (2000) superam a produção com fins de obtenção de lucros e salários. Os coletivos foram, em sua maioria, criados, conduzidos e institucionalizados a

partir de objetivos comuns, de viver com base em saberes materializados nos produtos do seu trabalho e não viver como mercadorias para materialização de produtos de propriedade alheia. Eles não atuam a partir da competição, se consolidam através dos princípios da cooperação, permitindo o ingresso, a todo o momento, de novos integrantes, pois, somente com esses o artesanato é fortalecido.

Os coletivos de artesanato do Litoral do Paraná demonstrar ser alternativas para um novo estilo de desenvolvimento territorial, com base em Santos e Rodríguez (2005), Menezes e Flores (2006), Zaoual (2006), Coraggio (2009) e Vieira (2016).

Essa pesquisa, além dos seus objetivos, contribui para pensar outro estilo de desenvolvimento que ultrapasse as instituições, fortalecidas, transformadas ou criadas com o capitalismo e que, se assim foram, se limitariam a maiores e efetivos esforços à mudança de paradigma de organização produtiva e social.

Como desafios aos coletivos pesquisados, a dependência da tutela do poder público, por disponibilizar espaço físico, custear a manutenção dos coletivos e apoiar a venda dos produtos locais em pontos turísticos estratégicos nos municípios, pode restringir a prática dos princípios da ES e a emancipação coletiva dos artesãos. A tutela do poder público, também pode por vezes, reduzir os espaços democráticos dos coletivos e, conseqüentemente, a transformação dos espaços coletivos em apenas espaços de venda sem a participação do artesão. Fato que se observa em municípios como Florianópolis e Recife, onde o poder público assumiu, através de fundações de cultura, espaços de venda de produtos típicos do local, não havendo nenhuma participação dos artesãos, tampouco a existência de coletivos. Desse modo, a participação individual nos coletivos é secundária ao espaço comum. O comum entre os artesãos é o modo de vida, que somente com sua participação democrática efetiva decisões com o que fundamenta o modo de vida. Nesse contexto é possível observar, através da literatura histórica, que o artesanato contemporâneo e organizado em coletivos transcende o individualismo para a coletividade, promovendo emancipação política.

A emancipação política dos artesãos, nada mais foi do que o desenvolvimento da capacidade de autonomia individual a partir das relações sociais nos coletivos. Nos coletivos de decisão, a permanência de cada indivíduo resulta em solidariedades individuais, que de decisões sobre espaço comum, promovem saberes compartilhados, permitem troca de informações e de conhecimentos da produção artesanal e da vida cotidiana entre os artesãos.

As relações sociais nos coletivos de artesanato transcendem as relações sociais mercadológicas da sociedade do trabalho ou da economia de mercado, na qual o homem para ter acesso a mercadorias se transforma em mercadoria. Nessa lógica, mesmo que haja o

convívio entre os trabalhadores nem sempre os vínculos são orgânicos, as informações e os conhecimentos são partilhados pelos homens. Na produção artesanal, a integralidade do saber e fazer dá originalidade aos relacionamentos interpessoais, criando espaços de produção intelectuais ou materiais, alicerçados no humano, somente a partir disso o econômico em defesa do modo de vida tem sua importância. Para o pesquisador, a autonomia dos artesãos configura o maior desafio à organização produtiva artesanal coletiva-solidária.

Finalmente, a presente pesquisa, mesmo que dedicada a contribuir para a ciência e permitir visibilidade aos contramovimentos pelos coletivos de artesanato na microrregião do Litoral do Paraná, é embrionária do ponto de vista teórico, dada a sua limitação temporal, e ensaística, dada à necessidade de suprir suas lacunas. A partir dessa experiência, por abrir as velas e navegar no mar do desconhecido estado da arte da práxis da Economia Solidária nos coletivos de artesanato do Litoral do Paraná, cabe às pesquisas futuras aperfeiçoar ou oferecer novas rotas para o desenvolvimento territorial sustentável em coletivos similares, bem como consubstanciar a cientificidade do assunto aqui tratado.

REFERÊNCIAS

BORGES, Adélia. **Design + artesanato: o caminho brasileiro**. – São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC. **Base Conceitual do Programa do Artesanato Brasileiro – PAB**, 2012. Disponível em: <<http://www.sempe.mdic.gov.br/clientes/smpe/smpe/assuntos/programa-de-artesanato-brasileiro>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

BRASIL. Ministério do Trabalho, Secretaria Nacional de Economia Solidária, 2015. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria>>. Acesso em: 12/02/2018.

CORAGGIO, José Luis. Los Caminos de la Economía Social y Solidaria, **Iconos** – Revista de Ciencias Sociales, n. 33, Quito, Enero, 2009, p. 29-38

CORAGGIO, José Luis. **Karl Polanyi y la otraeconomía en América Latina**, en Karl Polanyi. Textos escogidos, UNGS/CLACSO, Buenos Aires. 2012. Disponível em: <http://www.coraggioeconomia.org/jlc_public_complet.htm>.

ESTADES, N. P. O Litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 8, p. 25-41, jul./dez. 2003. Editora UFPR.

FLICK, Uwe. **Introdução a metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013. 256 p.

FLORES, Murilo. A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento - Uma visão do estado da arte. **RIMISP**. 2006.

FRASER, Nancy. Mercantilização, proteção social e emancipação: por uma concepção neopolanyiana da crise capitalista. In: HILLENKAMP, I.; LAVILLE, J. (Orgs.). **Sociologia e democracia: a atualidade de Karl Polanyi**. Tradução Patricia Chittoni Reuillard. Porto Alegre: Escritos, 2016, p. 39-63.

GERHARDT, Tatiana Engel et al. Estrutura do projeto de pesquisa. SILVEIRA, D. T.; GERHARDT, T. E. (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

KELLER, Paulo Fernandes. Artesanato em debate. Paulo Keller entrevista Ricardo Gomes Lima. **Revista Pós Ciências Sociais**, v.8, n.15, jan./jun. 2011.

KELLER, Paulo Fernandes. **O artesanato e a economia do artesanato**. In: SANTOS, D. M.; NORONHA, R. G.; CARACAS, L. B.; CESTARI, G. A. V. (Orgs.). Artesanato no Maranhão: práticas e sentidos. – São Luís: EDUFMA, 2016, p. 59-88.

KRAYCHETE, Gabriel. Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. In: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (Orgs.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000, p. 15-38.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura um conceito antropológico. – 14.ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Tradução Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. — Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMQ, 1999. Introdução e cap. 6.

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. Economia solidária. In: HESPANHA, P.; CATTANI, A. D.; LAVILLE, J.; GAIGER, L. I. (Orgs.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina CES, 2009.

LIMA, Ricardo Gomes. **Artesanato no Maranhão: práticas e sentidos**. SANTOS, D. M.; NORONHA, R. G.; CARACAS, L. B.; CESTARI, G. A. V. (Orgs.). – São Luís: EDUFMA, 2016, prefácio.

LISBOA, Armando de Melo. A socioeconomia solidária diante da grande transformação. **Ciências Sociais Unisinos**. – v. 37, n. 159. – São Leopoldo: UNISINOS, 2001, p. 27-58.

MANCE, Euclides André. **A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. Introdução e cap. 1.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à economia** [tradução Allan Vidigal Hastings] – São Paulo: Cengage Learning, 2005, cap. 4.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 277 p., il.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 346 p.

MAZZETTO, Terezinha Saracini Ciriello, et al. A economia solidária na perspectiva do desenvolvimento local. In: **Economia solidária em Londrina aspectos conceituais e experiência institucional**. Benilson Borinelli, et al. (organizadores) – Londrina: UEL, 2010. p. 71-90.

MEDEIROS, Viviane Costa Fonseca de Almeida. Turismo e economia solidária: uma análise nas cooperativas e associações de artesanato do Roteiro Seridó norte-rio-grandense. 2011. 122 f. **Dissertação** (Turismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1849>>. Acesso em: 9 abr. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 33. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

NISTAL, Luiz Eduardo Pinheiro. Avaliação dos empreendimentos econômicos solidários (EES) como alternativa de ocupação e renda no Amazonas. 2009. 105 f. **Dissertação** (Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009. Disponível em: <<https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/2481/1/Disserta%0c3%a7%0c3%a3o%20-%20Luiz%20Eduardo%20Pinheiro%20Nistal.pdf>>. Acesso em: 9 abr. 2018.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**; tradução de Fanny Wrobel. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. Caps. 1, 6, 11 ao 21.

SACHS, Ignacy. **Rumo à ecossocioeconomia: Teoria e prática do desenvolvimento**. Org. Paulo Freire Vieira. São Paulo: Cortez, 2007. Caps. 2, 8 e 10.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. STROH, P. Y. (Org.). – Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, Milton. **Globalização por Milton Santos: O mundo global visto do lado de cá**, 2001. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-UUB5DW_mnMA>.

SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRÍGUEZ, C. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Boaventura de Sousa Santos (Org.) – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Introdução, p. 23-78.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Introdução, p. 16-26.

SENNETT, Richard. **O artífice**. Tradução de Clóvis Marques. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2009.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Impactos do pensamento pós-formal: balanço de uma década. **EccoS Revista Científica**. São Paulo, v.10, n. especial, 2008, p.31-43.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed., rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016. 317 p., il. (algumas color.).

SILVA, Lúcia Helena da. Potencialidades de práticas artesanais associativas como alternativas de geração de renda em Machado - MG. 2010. 119 f. **Dissertação** (Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/2401/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O_Potencialidades%20de%20pr%c3%a1ticas%20artesanais%20associativas%20como%20alternativas%20de%20gera%c3%a7%c3%a3o%20de%20renda%20em%20Machado%20-%20MG.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2018.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. SILVEIRA, D. T.; GERHARDT, T. E. (Orgs). **Métodos de pesquisa**. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. – 1. ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S.(Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista** – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Cap. 1, p. 81-130.

SULZBACH, Mayra Taiza; SILVA, Juliana de Oliveira e. Projeto artesanato com identidade territorial no Litoral do Paraná. AUGM. 8ª Bienal del Coloquio de transformaciones territoriales. **Anais...** Buenos Aires: Asociación de Universidades Grupo Montevideo, 2010.

TONET, Rogério Silveira. Fenomias, economia plural e desenvolvimento local: um estudo na Feira de Artesanato do Largo da Ordem em Curitiba – PR. 2004. 153 f. **Dissertação** (Administração) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/30324/R%20-%20D%20-20ROGERIO%20SILVEIRA%20TONET.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 9 abr. 2018.

UFPR/PROEC. Universidade Federal do Paraná – UFPR. Pró-reitoria de Extensão e Cultura – PROEC. **Relatório anual de projeto de extensão universitária, 2015**. Curitiba, 2015.

VIEIRA, Paulo Freire. Ecodesenvolvimento: desvelando novas formas de resistência no antropoceno. In: SOUZA, C. M. de M.; SAMPAIO, C. A. C.; ALVES, A. R.; ALCÂNTARA, L. C. S. (Orgs.). **Novos Talentos – Processos de educação para o ecodesenvolvimento**. Blumenau: Nova Letra Editora, 2016. Cap. 1, p. 23-64.

VILASBOAS, Jaqueline Pereira de Oliveira. Economia solidária: relações de trabalho emergentes e a configuração de novas identidades. 2010. 131 f. **Dissertação** (Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/1632/1/dissertacao%20%20Jaqueline%20Pereira%20de%20Oliveira%20Vilasboas.pdf>>. Acesso em: 9 abr. 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**; trad. Daniel Grassi. – 3. ed. – Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZAOUAL, Hassan. **Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global; tradução de Michel Thiollent**. – Rio de Janeiro: DP&A: Consulado Geral da França: COPPE/UFRJ, 2006. Cap. 7, p. 173-198.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

ALVES, Alan Ripoll. Meio ambiente e arquitetura: a participação identitária do agricultor familiar no contexto da imigração polonesa, na Região Metropolitana de Curitiba. 2014. 363 f. **Tese** – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

ARTESÃO. In: FERREIRA, A. B. de H. Miniaurélio: o dicionário da língua portuguesa. Marina Baird Ferreira (Coordenadora); Margarida dos Anjos (Lexicografia). 7. ed. Curitiba: Ed. Positivo, 2008. 896 p., il.

ARTESÃO. In: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2018. Disponível em: <<https://www.priberam.pt/dlpo/artes%C3%A3o>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

MENEZES, Elaine Cristina de Oliveira. Cooperativismo e desenvolvimento territorial sustentável: compreendendo os atores e os arranjos institucionais das comunidades pesqueiras da grande Florianópolis – Santa Catarina. 2011. 232 f. **Relatório Pós-doutorado** – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

SANDRONI, P. (Org.). Novíssimo Dicionário de Economia. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SULZBACH, Mayra Taiza. Externalidades em projetos de extensão: o caso do Projeto artesanato com identidade territorial do Litoral do Paraná. In: SULZBACH, M. T. & DENARDIN, V. F. (Orgs.). **A inclusão, a inserção, a interação, a investigação...: Os in(s) da extensão no Litoral do Paraná**. Matinhos: Universidade Federal do Paraná, 2013. p. 29-58.

UFPR/PPGDS. Universidade Federal do Paraná – UFPR. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável – PPGDTS. Socioeconomia e saberes locais. **Portal**. Matinhos, 2017. Disponível em: <http://www.ppgdts.ufpr.br/?page_id=130>. Acesso em: 03 dez. 2017.

ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADO

Identificação da/o entrevistada/o

Nome _____ Idade: _____ anos Cód. Entrevistada/o: M E

Identificação do coletivo

Nome do Grupo de artesanato _____

Município: _____

Os temas estão organizados em três momentos. O primeiro, bastante impessoal, o segundo como membro do Grupo e o último pessoal.

Nas duas primeiras partes será solicitado que a/o entrevistada/o fale do tema, se o mesmo não tiver sido abordado, na sequência, serão realizadas as perguntas como seguem.

Na última parte serão realizadas perguntas diretas.

Primeira Parte: impessoal

(Fale sobre a) **Organização do Grupo** (história, composição, ingresso, estrutura jurídica, compromissos pessoais, trabalho, financeiro entre outros que desejar)

Quando o grupo iniciou?

O Grupo tem registro? Sob qual forma jurídica? Possuem estatuto ou regimento?

Como é composto o coletivo do Grupo?

Como se dá a inclusão de membros no Grupo?

Quais os compromissos dos artesãos com o coletivo? (mensalidade, horários, produtos)

(Fale sobre a) **Gestão do Grupo e dos Parceiros** (decisão, instituições parceiras)

Como as decisões do Grupo são tomadas?

O Grupo já atuou ou atua com parceiro? (prefeitura, universidade) Quem foi ou é parceiro?

Em que medida exerce as parcerias? (cede espaço para loja, produção, luz, subvenções financeiras)

(Fale sobre) **Compartilhamento/s comum/uns do Grupo** (propriedade, resultados, espaço, fomento)

Existe alguma propriedade, produto, receita, despesa, entre outros, comum entre os membros do Grupo? Como cada um, nas suas especificidades, é compartilhado? (loja, luz, produtos, receitas)

Segunda Parte: Membro do Grupo, a pessoa do Grupo e como ele vê os demais membros do Grupo

(Fale do) **Artesanato** (técnicas, matéria-prima, aprendizagem, significado de fazer e do produto, entre outros) para você e para outros que participa do Grupo

Que tipo de artesanato produz? E os outros? (técnica, saber, matéria-prima, realidade de vida)

O que o artesanato representa para você? E para os outros do grupo? (valores: simbólico, cultural, ecológico e de troca)

(Fale do por que) **trabalhar no Grupo** (cooperação, competição, troca de saberes, comunicação, informação, apoio institucional)

Como coopera (fica na loja, empresta dinheiro, materiais,...) com os demais do Grupo? E como vê ou observa a cooperação dos outros para com você e para com os demais do Grupo?

Você busca trocar “saber-fazer” (técnicas apropriadas a insumos) com os demais membros do Grupo? Quando, onde e como ocorrem?

Você busca trocar conhecimentos (onde comprar, quem produz, para quem vender – na área) com os demais membros do Grupo? Quando, onde e como ocorrem?

Você busca trocar informações (quem assumiu um cargo na prefeitura – geral) com os demais membros do Grupo? Quando, onde, como ocorrem?

Existe alguém específico que busca esses espaços no Grupo? Ou todas/os possuem esse comportamento?

Terceira Parte: pessoal

Desde quando faz parte do Grupo?

O que ou quem lhe trouxe?

Por que não trabalharia como empregada/o em alguma empresa?

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Ministério da Educação
 Universidade Federal do Paraná
 Setor Litoral
 Programa de Pós-graduação em
 Desenvolvimento Territorial Sustentável



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, LUÍS FERNANDO DA COSTA JÚNIOR, mestrando do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da Universidade Federal do Paraná, matrícula nº 40001016081P3, estou convidando a/o senhora/senhor artesã/ão para participar da pesquisa intitulada previamente como: “O ARTESANATO NO LITORAL DO PARANÁ: SABERES E DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS À LUZ DA ECONOMIA SOLIDÁRIA”. A pesquisa tem o objetivo de investigar as características da Economia Solidária nos coletivos de artesanato do Litoral do Paraná e, também, contribuir com a pesquisa científica na área de conhecimento. Justifica-se para melhor entender a organização dos coletivos em um campo de possibilidade de alternativas a organização econômica de mercado.

O presente termo, assinado pelas diferentes partes, demonstra o respeito no uso das informações coletadas por meio da entrevista que será transcrita e textualizada as quais serão utilizadas para a elaboração de parte da dissertação de caráter educativo.

A/o entrevistada/o, abaixo assinada/o, depois de conhecer e entender os objetivos apresentados pelo pesquisador declara estar ciente e autoriza o uso do depoimento e imagem como base para a construção do estudo, sem divulgação do seu nome.

, de de 2018.

Nome: _____

RG/CPF: _____

Assinatura: _____

Entrevistada/o

Assinatura: _____

Pesquisador